

APARECIDA RAMOS RIBEIRO

**ANÁLISE DA GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO SOCIAL MEDIANTE A
CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO NA FACULDADE SALESIANA DOM
BOSCO DE MANAUS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação-Gestão Educativa, da Universidade Politécnica Salesiana do Equador, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr^a. Dorys Noemy Ortiz Granja

Coorientadora: Dr^a. Josefina Barrera Kalhil

Quito
2011

R484a Ribeiro, Aparecida Ramos

Análise da gestão educacional e inclusão social mediante a concessão de bolsas de estudo na Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus / Aparecida Ramos Ribeiro. -- Manaus: Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2011.

x, 172f. il: 21 x 29,7 cm.

Orientadora: Dorys Noemy Ortiz Granja

Co-orientador: Josefina Barrera Kalhil

Dissertação (Mestrado) – Universidade Politécnica Salesiana, 2011.

1. Ensino Superior. 2. Gestão Educacional. 3. Inclusão Social. 4. Mestrado em Educação – Dissertação. I. Granja, Dorys Noemy Ortiz. II. Kalhil, Josefina Barrera III. Universidade Politécnica Salesiana. IV. Título.

CDU: 371.212.2

Dissertação de autoria de Aparecida Ramos Ribeiro, intitulada “Análise da Gestão Educacional e Inclusão Social mediante a concessão de bolsas de estudo na Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus”, requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, defendida e aprovada, em ___/___/ 2011, pela banca examinadora constituída por:

Dr^a. Dorys Noemy Ortiz Granja
Orientadora

Dr^a. Josefina Barrera Kalhil
Coorientadora

Dr. César Marcelo Montúfar Ugalde
Delegado de Tesis

Master Holger Diaz Salazar
Director del Posgrado de Educación

Quito
2011

Aos meus pais, Maria de Lourdes e Pergentino com carinho, por terem dedicado suas vidas a cuidar da família. Por terem priorizado a educação das filhas, mesmo em tempos difíceis. Minha gratidão eterna.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me amparar em todos os momentos de minha vida e pela oportunidade que me foi concedida para crescimento pessoal e profissional.

À minha família que sempre me incentivou e acreditou em meu potencial, meu amor incondicional.

Às minhas orientadoras Dr^a. Dorys Noemy Ortiz Granja e Dr^a. Josefina Barrera Kalhil, por acreditarem em mim, me mostrarem o caminho da ciência, pela firmeza que me impulsionava a melhorar sempre, por serem exemplos de profissional e de mulheres as quais sempre farão parte da minha vida.

A todos os professores do Mestrado em Educação - Gestão Educativa, da Universidade Politécnica Salesiana do Equador, pela partilha de vida e conhecimentos, apesar da distância e do idioma.

Obrigada ao professor Holger Díaz, pela constante atenção e disponibilidade em escutar e orientar.

A Vice Diretora Acadêmica da Faculdade Salesiana Dom Bosco, professora Meire Terezinha Botelho por ter acreditado na minha capacidade de assumir mais essa jornada em minha formação profissional e pelo convite que me fez para o mestrado.

Ao Pe. Benjamim Morando que me apoiou financeiramente, quando não sabia mais onde recorrer.

A colega e amiga Sandra Elaine pelos momentos de partilha e de entre ajuda na caminhada como mestranda, sobretudo nos momentos finais.

A amiga Zina, bibliotecária da Instituição, que sempre esteve disponível para me ajudar na construção do meu trabalho.

Aos colegas da terceira edição do Mestrado, que durante a etapa de estudos que trilhamos juntos, tornaram-se muito mais que simples colega de estudo, mas amigos.

A todos os estudantes bolsistas que contribuíram com esta pesquisa, a certeza de que pela educação construiremos um mundo melhor.

Aos colaboradores da FSDB: gestores, docentes, técnicos administrativos que foram disponíveis em participar da pesquisa, partilhando conhecimentos.

O meu profundo agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente. De maneira especial aos amigos, parentes e colegas de trabalho.

Se eu pudesse eu dava um toque em meu
destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo
cão
Nem o bom menino que vendeu limão
Trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendia as maldades que essa vida tem
mataria a minha fome sem ter que roubar
ninguem
Juro que nem conhecia a famosa funabem
Onde foi a minha morada desde os tempos de
neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala
no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em
colégio legal
Muitos me chama de pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social

Problema Social.
Seu Jorge.
Composição: Guará/ Fernandinho.

RESUMO

Trata-se de uma investigação sobre a tríade ensino superior, gestão educacional e inclusão social, a partir da análise do referencial teórico e da pesquisa de campo. A pesquisa teve como objetivo principal fazer uma análise sobre a gestão educacional e a inclusão social de estudantes com carência socioeconômica no Ensino Superior mediante a concessão de bolsas de Estudos. O campo de investigação foi uma Instituição de Ensino Superior, particular, confessional, filantrópica, em razão de a pesquisadora trabalhar na Instituição, portanto, em proximidade com os sujeitos da pesquisa e da realidade em que estão inseridos. O tamanho da população pesquisada foi de 402 estudantes bolsistas, regularmente matriculados no ano de 2010, nas duas modalidades de bolsa de estudo: a bolsa Gratuidade (institucional) e a bolsa Prouni (parceria com o MEC). Ambas as modalidades constituem-se em filantropia para a instituição de ensino, que, para ser beneficiada com a imunidade tributária, deve investir 20% de sua renda efetiva anual em programas de bolsas de estudos. A pesquisa buscou analisar e compreender a gestão de uma instituição de ensino superior que desenvolve uma missão específica, com uma tipologia própria (privada, cristã-salesiana e sem fins lucrativos), observando as leis que a regulamenta e fiscaliza, e atuando com profissionalismo, sem perder o foco na missão e na identidade institucional, a partir da pedagogia salesiana. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa e utiliza como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada, numa abordagem dialética. Conclui-se, com este estudo, que os estudantes bolsistas veem as bolsas de estudo na Instituição como política de democratização do acesso e ou permanência no ensino superior privado e que a Instituição de ensino contribui na construção de uma sociedade voltada para a justiça, para a liberdade, para os princípios democráticos e para a valorização da diversidade. Acolher e proporcionar aos jovens em situação de vulnerabilidade social a gratuidade parcial ou integral é com certeza uma política salesiana de inclusão social na educação superior.

Palavras-chave: Ensino Superior, Gestão Educacional, Inclusão Social.

RESUMEN

Se trata de una investigación sobre tríada enseñanza superior, gestión educativa y la inclusión social a partir del análisis de los presupuestos teóricos y de campo. La pesquisa tuvo como objetivo realizar un análisis sobre la gestión educativa y la inclusión social de los alumnos con situación socioeconómica difícil para entrar en la educación superior mediante la concesión de becas. El campo de investigación fue realizada en una Institución de Enseñanza Superior, privada, confesional, filantrópica, sobre la base de que esta investigadora trabaja en la institución, lo que permitió la cercanía a los sujetos de la investigación y la realidad en que viven. El tamaño de la población investigada fue de 402 estudiantes con becas, regularmente matriculados el año de 2010, en las dos modalidades de becas: la beca de gratuidad (institucional) y la beca Prouni (en colaboración con el MEC). Ambas modalidades se constituyen en filantropía para la institución de enseñanza, que, para ésta ser beneficiada con la inmunidad fiscal, deberá invertir el 20% de su renta efectiva anual en programas de becas de estudio. La investigación pretendió analizar y comprender la gestión de una institución de educación superior que desarrolla una misión específica, con una tipología propia (privada, cristiana salesiana y sin fines de lucro), observando las disposiciones legales que regulan y supervisan para actuar con profesionalismo, sin perder centrarse en la misión y la identidad institucional de la pedagogía salesiana. Se trata de una investigación cualitativa y cuantitativa y el uso como un instrumento de recolección de datos para la entrevista semi-estructurada, un enfoque dialéctico. Se concluye, de este estudio que los estudiantes beneficiados con las becas en la institución, ven estas como una política de democratización del acceso y permanencia en la educación superior, y que esta institución de enseñanza privada contribuye a la creación de una empresa dedicada a la justicia, la libertad, los principios democráticos y de valoración de la diversidad. Acoger y proporcionar a los jóvenes en situación de vulnerabilidad social la gratuidad parcial o integral es ciertamente una política salesiana de inclusión social en la educación superior.

Palabras clave: Educación Superior, Gestión Educativa, inclusión social.

ABSTRACT

This is an investigation into the triad higher education, educational management and social inclusion, from the analysis of the theoretical reference and field research. The research aimed to make a major review of the educational management and social inclusion of students with socioeconomic deprivation in higher education by awarding scholarships. The field research was a private, confessional and nonprofit Institution, which the researcher works at, so, closely with the research subjects and the reality in which they live. The size of the population studied was of 402 scholarship students, enrolled in 2010, the two types of scholarship: the scholarship Gratuity (institutional) and purse Prouni (partnership with MEC). Both modes is a way of philanthropy for the educational institution which, to be benefited with the tax immunity, should invest in scholarships programs 20% of its annual effective income. The research sought to analyze and understand the management of an institution of higher education that develops a specific mission, with an own style (private, Christian-Salesian and nonprofit institution), observing the laws that regulate and supervise it, and act with professionalism, without losing focus on the mission and institutional identity from the Salesian pedagogy. This is a qualitative and quantitative research and use as an instrument to collect data to semi-structured interview, a dialectical approach. From this study it is concluded that the scholarship students see the scholarships at the institution as a policy of democratization of access and permanence in private higher education and an educational institution that contributes to building a society, dedicated to justice, to freedom, for democratic principles and to valuing diversity. To receive young people in social vulnerability and provide them a part or full gratuity is, certainly, a Salesian policy of social inclusion in higher education.

Keywords: Higher Education, Educational Management, Social Inclusion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Resumo total da Filantropia: Bolsas Gratuidade e Prouni - Evolução nos últimos cinco anos	96
Tabela 2 -	Resumo da Evolução: Bolsas de estudo Gratuidade parcial e integral nos últimos cinco anos.....	97
Tabela 3 -	Resumo da Evolução: Bolsas de estudo Prouni parcial e integral nos últimos cinco anos	99
Tabela 4 -	Informações Gerais sobre a idade dos discentes da FSDB.....	109
Tabela 5 -	Discentes e Informações Gerais: número de pessoas que contribuem com a renda familiar	112
Tabela 6 -	Discentes e Informações Gerais: Renda Bruta familiar.....	116
Tabela 7 -	Discentes e Informações Gerais: em qual Rede de Ensino você cursou o Ensino Médio.....	119
Tabela 8 -	Entrevista realizada com Gestor da FSDB	154
Tabela 9 -	Entrevista realizada com Docentes da FSDB	155
Tabela 10 -	Entrevista realizada com Colaboradores Técnico Administrativo	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Faixa Etária dos bolsistas da Gratuidade.....	110
Gráfico 2 –	Faixa Etária dos bolsistas Prouni.....	110
Gráfico 3 –	Composição Familiar: Gratuidade.....	111
Gráfico 4 –	Composição Familiar: Prouni.....	111
Gráfico 5 –	Número de pessoas que trabalham: Gratuidade	113
Gráfico 6 –	Número de pessoas que trabalham: Prouni	113
Gráfico 7 –	Renda Familiar: Gratuidade.....	114
Gráfico 8 –	Renda Familiar: Prouni.....	114
Gráfico 9 –	Rede de Educação onde cursou o Ensino Médio: Gratuidade.....	118
Gráfico 10 –	Rede de Educação onde cursou o Ensino Médio: Prouni.....	118
Gráfico 11 –	Vestibular em Instituição Pública: Gratuidade.....	120
Gráfico 12 –	Vestibular em Instituição Pública: Prouni	120
Gráfico 13 –	Condições de cursar o Ensino Superior sem a bolsa de estudo: Gratuidade	122
Gráfico 14 –	Condições de cursar o Ensino Superior sem a bolsa de estudo: Prouni.....	122
Gráfico 15 –	Critérios para a Bolsa Gratuidade	123
Gráfico 16 –	Critérios para a Bolsa Prouni	123
Gráfico 17 –	Participação governamental nas bolsas da Gratuidade	125
Gráfico 18 –	Participação governamental nas bolsas do Prouni	125
Gráfico 19 –	Bolsas de Estudo Gratuidade como Inclusão Social no Ensino Superior	127
Gráfico 20 –	Bolsas de Estudo Prouni como Inclusão Social no Ensino Superior	127
Gráfico 21 –	Bolsas de Estudo Gratuidade como política de acesso ao Ensino Superior	128
Gráfico 22 –	Gratuidade: Inclusão Social de pessoas carentes no Ensino Superior.....	130
Gráfico 23 –	Prouni: Inclusão Social de pessoas carentes no Ensino Superior.....	130
Gráfico 24 –	Benefícios da IES ao conceder as Bolsas da Gratuidade	131

Gráfico 25 –	Benefícios da IES ao conceder as Bolsas do Prouni	131
Gráfico 26 –	FSDB como instituição sem fins lucrativos para bolsistas da Gratuidade	133
Gráfico 27 –	FSDB como Instituição sem fins lucrativos para bolsistas Prouni	133
Gráfico 28 –	Ensino Superior proporcionou mudanças de vida para o bolsista da Gratuidade	134
Gráfico 29 –	Ensino Superior proporciona mudança de vida para o bolsista do Prouni....	134
Gráfico 30 –	Mudanças socioeconômicas do estudante bolsista da Gratuidade	135
Gráfico 31 –	Mudanças socioeconômicas do estudante bolsista do Prouni	135
Gráfico 32 –	Bolsistas da Gratuidade indicariam a FSDB para outros estudantes.....	137
Gráfico 33 –	Bolsistas do Prouni indicariam a FSDB para outros estudantes	137

LISTA DE SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Instituições Superiores
ABRUCA	Associação Brasileira de Universidades Comunitárias
ANACEU	Associação Nacional dos Centros Universitários
ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior
ANUP	Associação Nacional de Universidades Privadas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CF	Constituição Federal
CME	Conselho Municipal de Educação
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro nacional de Pessoa Jurídica
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONAP	Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Prouni

CPA	Comissão Própria de Avaliação
CREDOC	Programa Crédito Educativo
CRES	Conselho Regional de Educação Superior
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DOU	Diário Oficial da União
DRE	Delegacia Regional de Educação
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional
FSDB	Faculdade Salesiana Dom Bosco
IES	Instituição de Ensino Superior
IESALC	Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
ISMA	Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia
IUS	Instituição Salesiana de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC	Ministério da Educação
NAPPS	Núcleo de Apoio Psico-pedagógico e Social
OMs	Organismos Multilaterais
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PBU	Programa Bolsa Universidade
PCD	Pessoa com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAD	Programa Anual por Amostra de Domicilio
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PROLIND	Programa de Formação Superior e Licenciatura para Indígenas
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SME	Secretaria Municipal de Educação
SPS	Sistema Preventivo Salesiano
UB	Universidade do Brasil

UDF	Universidade do Distrito Federal
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UAB	Programa Universidade Aberta do Brasil
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIAFRO	Programa de Ações Afirmativas nas Instituições Públicas de Educação Superior
UNISAL	Universidade Salesiana de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - DA GÊNESIS DAS UNIVERSIDADES NA IDADE MÉDIA A PRESENÇA EDUCATIVA SALESIANA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	24
1.1 Breve Histórico da Educação Superior	26
1.2 A Evolução Histórica do Sistema Educativo no Brasil	33
1.3 A Presença Educativa Salesiana no Ensino Superior Brasileiro.....	52
CAPÍTULO 2 – GESTÃO EDUCACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SEM FINS LUCRATIVOS E A POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO	60
2.1 Gestão Democrática e Participativa: um paradigma em construção na Educação Superior	62
2.2 Gestão de uma Instituição de Terceiro Setor no Ensino Superior.....	69
2.3 A Inclusão Social como política pública de Democratização do acesso ao Ensino Superior	82
2.4 A Faculdade Salesiana Dom Bosco como agente de Inclusão Social no Ensino Superior Privado.....	89
CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	102
3.1 O Caminho Metodológico percorrido pela pesquisa.....	104
3.2 Interpretação e Análise dos Dados: na visão dos estudantes bolsistas	108
3.3 Interpretação e Análise dos Dados: na visão dos Gestores, Docentes e Colaboradores Técnicos Administrativos.....	139
CONSIDRAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICE A – ENTREVISTAS COM OS BOLSISTAS DA GRATUIDADE.....	168
APÊNDICE B – ENTREVISTAS COM OS BOLSISTAS DO PROUNI... ..	169
APÊNDICE C – ENTREVISTAS COM GESTORES, DOCENTES E COLABORADORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.....	170
APÊNDICE D - TERMO DE ESCLARECIMENTOS E CONSENTIMENTO LIVRE... ..	171

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute políticas de democratização do acesso ao ensino superior proposto pelo governo brasileiro; mais especificamente, a inclusão social de uma demanda da população com carência socioeconômica e ou em situação de vulnerabilidade social mediante a concessão de bolsas de estudo filantrópicas.

O Brasil vive momentos em que a desigualdade social tem crescido de forma acentuada. Segundo dados oficiais do Ministério da Educação (MEC) apenas 10,4% dos jovens de idade entre 18 e 24 anos conseguem uma vaga no ensino superior. O Plano Nacional de Educação (PNE) estima que em 2011 esta porcentagem atinja 30%, muito baixo comparado com outros países.

Segundo Sguissardi (2000) estes dados estatísticos refletem a realidade de um país cuja população sobrevive em situação socioeconômica das mais desiguais e injustas do mundo. Além do fato que as deficiências na educação básica do setor público de ensino têm colocado essa demanda em desvantagem na disputa por uma vaga na Universidade Pública, que hoje é preponderantemente freqüentada por alunos oriundos da rede particular de ensino e provenientes de famílias com maior poder aquisitivo.

Os estudantes de baixa condição econômica, oriundos das classes populares e ou do mundo do trabalho ingressam no ensino superior privado com enormes sacrifícios para custear os pagamentos das mensalidades, devido à baixa remuneração, ao desemprego ou ainda devido às despesas familiares que conflitam com as despesas acadêmicas. Muitas das vezes se tornam inadimplentes dificultando a continuidade nos estudos e outras vezes, fazem empréstimos para arcar com o compromisso financeiro a fim de permanecerem no ensino superior e concluir a formação profissional.

A Faculdade Salesiana Dom Bosco é uma instituição de caráter privado e cristão, foi fundada com uma missão específica. Ela existe em função de uma causa humanista, sendo estruturada e organizada a partir de valores e de ideais difundidos através de uma missão e de uma espiritualidade de Educação e Evangelização Salesiana, no desejo de contribuir para a transformação da sociedade.

Com relação às instituições privadas, a Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu artigo 213 permite que aquelas classificadas como comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovem finalidade não lucrativa podem receber recursos públicos na forma de imunidade fiscal, em contrapartida a instituição deve investir um percentual de até 20% de sua receita anual na concessão de bolsas de estudos parciais (50%) e integrais (100%), como inclusão social de uma população sem condições financeiras de arcar com a educação superior e deve se adequar às diretrizes e metas estabelecida no Plano Nacional de Educação.

Ciente do papel da educação com base para a consolidação da cidadania do povo brasileiro e da alta seletividade social representada pelo atual modelo de ingresso no ensino superior público, que o país, representado por seus atores educacionais, pelas instituições de ensino e pela sociedade em geral debate o tema da inclusão social como políticas que visam à ampliação do acesso ao ensino superior.

O Ministério da Educação (MEC) tem o princípio da inclusão como norteador das políticas públicas. Nessa perspectiva, o tema inclusão social no âmbito educacional passou a ser dominante no debate intelectual sobre o ensino superior no Brasil, como política capaz de incluir grupos minoritários, identificados como pessoas provenientes da rede pública de ensino, com carência socioeconômica, afro-descendentes, indígenas e com deficiência (PCD).

O problema objeto da presente investigação consiste em responder a seguinte indagação: quais são os fatores fundamentais que devem estar presentes na inclusão social de estudantes de baixa condição econômica em uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos?

Em que pese à complexidade do tema, optamos por tratar a inclusão social na educação superior pelo prisma do aspecto social e econômico, o que não deixa de abranger a demanda atendida nas políticas afirmativas de cotas e também na educação inclusiva. Nossa intenção é provocar uma reflexão a respeito das desigualdades geradas pelo aspecto sócio-econômico, como afirma Casassus (2002, p.38). “A desigualdade de renda tem um impacto notório no acesso e na permanência na educação”.

Os diversos programas criados pelo governo federal facilitaram o acesso de estudantes pobres no ensino superior público e privado; no entanto, faz-se necessário a existência de

políticas públicas que assegurem a permanência do estudante no sistema educacional de ensino superior e que lhe garanta uma educação com qualidade indiferente de estar cursando o ensino superior na rede pública ou privada.

A atual política pública no âmbito da educação superior beneficia dois atores sociais distintos, os estudantes, demanda em potencial para ocupar as vagas oferecidas e as instituições de ensino superior privada devido à ociosidade de sua estrutura e pela conquista da renúncia fiscal.

Desta forma a promoção da inclusão social na educação superior é um debate complexo; por que vai além da democratização do acesso ao ensino superior; abrange a política de financiamento de instituições privadas por meio da renúncia fiscal; assim como, a certeza de que não basta proporcionar o acesso à educação, é preciso garantir a permanência e a conclusão do curso.

É preciso, como instituição de ensino sem fins lucrativos, assumir o compromisso constitucional de proporcionar a população brasileira o “direito à educação” em todos os níveis, incluindo o ensino superior. Acredita-se que, por meio da educação, a população mais carente terá oportunidade de adquirir conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento pessoal, profissional e social.

Em relação à gestão das instituições de ensino superior privadas, sem fins lucrativos é importante destacar que ao serem credenciadas com essa titulação não significa que tais instituições não devam ter sucesso financeiro em seus empreendimentos. No aspecto econômico, é exigência da Constituição que a imunidade tributária só se aplique às entidades em que o lucro auferido não seja distribuído aos sócios, mas que destine integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Trata-se de uma investigação sobre a tríade ensino superior, gestão educacional e inclusão social a partir da análise do referencial teórico e do entendimento que estudantes bolsistas, gestores, docentes e colaboradores técnicos administrativos da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus têm sobre a gestão de uma instituição privada sem fins lucrativos e a inclusão de pessoas com carência socioeconômica na educação superior por meio da concessão de bolsas de estudos.

No que refere à hipótese principal do trabalho, a mesma foi elaborada a partir dos questionamentos advindos do tema da pesquisa, em sintonia com os objetivos propostos e com a problematização levantada. Desta forma temos a seguinte hipótese: Se a Faculdade Salesiana Dom Bosco tem clareza dos fatores fundamentais que influenciam a inclusão social então contribui para o acesso de estudantes de baixo poder econômico no ensino superior.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a modalidade de gestão educacional da Faculdade Salesiano Dom Bosco e a inclusão social de estudantes mediante concessão de bolsas de estudos objetivando a execução da política pública nacional de democratização do acesso e da universalização do ensino superior à população de baixo poder econômico.

Como objetivo específico pretende-se, (I) identificar a gestão de instituição de ensino superior sem fins lucrativos; (II) verificar como é executada a inclusão social de estudantes pobres dentro da IES; (III) interpretar qual o entendimento que estudantes, gestores e colaboradores técnicos administrativos da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus têm sobre essa modalidade de gestão educacional e de inclusão social na educação superior;

Será utilizado um modelo misto de pesquisa, denominado quali-quantitativo; considerando tudo que pode ser quantificável traduzindo em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las; ao mesmo tempo, que é descritiva com análise dos dados indutivamente, onde os processos e seus significados são focos da abordagem.

A técnica utilizada será a entrevista semi-estruturada, numa abordagem dialética; tendo em vista que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico (GIL, 1999; LAKATOS E MARCONI, 2001).

A entrevista semi-estruturada foi realizada mediante a utilização de um questionário com questões abertas e fechadas que permitiu ao pesquisador um contato mais aprofundado com informações pessoais do universo da pesquisa e de seus protagonistas.

Trata-se de uma pesquisa que tem como campo de investigação os Programas de concessão de bolsa de estudo na Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus/Amazonas, sob duas modalidades: Programa Universidade para Todos (PROUNI) parceria com o Ministério da Educação, implementado em 2005, pelo Governo Federal e as bolsas da própria instituição, denominada de Bolsa Gratuidade; ambos os programas com o foco no atendimento de estudantes com carência socioeconômica.

É uma pesquisa de cunho exploratório dentro de uma abordagem indutiva.

A pesquisa pretende contribuir com os gestores e com a comunidade educativa no desenvolvimento de uma gestão comprometida com o bem coletivo e com a garantia dos direitos sociais da demanda atendida, com a missão e identidade institucional. Assim como, contribuir para a conscientização de estudantes que a inclusão social no ensino superior de uma parcela da população, constitui-se em direito social e que não deve ser visto como caridade, benemerência e muito menos como postura assistencialista pela instituição que oferece os serviços.

A relevância de tal estudo deve-se também para tomar um posicionamento frente às discussões existentes a respeito da inclusão social também no âmbito da educação superior privada e a utilização de recursos públicos para esse fim, longe de esgotar um assunto polêmico e da atualidade no Brasil.

Destaca-se a contribuição para sensibilizar novos estudos e pesquisas, ampliando o espaço de discussões numa perspectiva de conscientização a respeito dos direitos sociais, da necessidade de políticas públicas para educação superior e da co-responsabilidade da sociedade civil organizada na busca de mudanças significativas na vida da população mais pobre, sem tirar do Estado sua responsabilidade para essa função que lhe é devida.

Com este estudo é possível demonstrar que a instituição de educação privada sem fins lucrativos pode atuar profissionalmente em nível de gestão, administrando para a sua sustentabilidade financeira e sucesso de empreendimento sem perder sua identidade cristã, católica e salesiana, ao mesmo tempo contribuindo para a transformação social de demandas carentes da sociedade numa postura salesiana de “evangelizar educando e educar evangelizando”.

Em sua apresentação, o trabalho se divide em três capítulos.

Na Introdução será apresentado o problema, os objetivos, a metodologia para coleta e análise dos dados, a relevância do estudo e a estruturação do trabalho.

No primeiro capítulo, a partir da bibliografia disponível, procura fazer uma breve incursão na história da educação superior, desde sua origem na idade média até o Brasil

contemporâneo, no sentido de identificar e delimitar marcos significativos de sua trajetória histórica, percebendo as dificuldades de estudantes pobres cursarem a educação superior.

No segundo capítulo, é desenvolvida uma análise sobre as origens, tipificação e marco legal que rege as instituições de educação superior sem fins lucrativos (filantrópicas) e a contextualizando a Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus/Amazonas enquanto instituição de ensino superior privada e fins lucrativos, que desenvolve a política da inclusão social.

No terceiro capítulo, o trabalho trata da pesquisa e dos seus resultados. Usando-se da entrevista semi-estrutura com questões fechadas e abertas e do termo de consentimento, com amostra de bolsistas das duas modalidades de programa de bolsas existentes na IES; assim como, de representantes da comunidade educativa nas seguintes categorias: docentes, gestor, colaboradores técnicos administrativos, tenta-se quantificar e qualificar a discussão a partir de indicadores.

A intenção deste estudo não é esgotar a discussão sobre a inclusão social no âmbito do ensino superior, uma vez que este tema é ainda algo novo e polêmico no contexto educacional brasileiro. O nosso interesse é despertar na comunidade educativa, em todos os educadores o debate sobre essa questão que perpassa a realidade do ensino superior no Brasil. Que este estudo possa estimular para a reflexão sobre a democratização e universalização da educação no país.

Quanto à instituição de ensino objeto da pesquisa, o trabalho visa desmistificar a política de concessão de bolsas de estudos, apresentando para toda a comunidade educativa e para a sociedade que as bolsas de estudos filantrópicas (Gratuidade e Prouni) possuem uma legislação que normatiza o processo seletivo, o acompanhamento e controle social e a prestação de contas junto ao Ministério da Educação, ao Ministério da Justiça e ao Conselho Nacional de Assistência Social.

Não podemos mais tratar a concessão de bolsas de estudos na instituição como mera ação caritativa e assistencialista para com estudantes carentes. Trata-se de uma política pública de inclusão social e como tal possui legislação que orienta e fiscaliza, exigindo postura profissional em sua execução.

CAPÍTULO 1

DA GÊNESIS DAS UNIVERSIDADES NA IDADE MÉDIA A PRESENÇA EDUCATIVA SALESIANA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.

O marco teórico se inicia com um breve resgate histórico do nascimento e da evolução das universidades no contexto europeu da Idade Média, passando pelo surgimento das universidades nas Américas até os principais fatos da educação superior no contexto brasileiro.

Na origem das Universidades medievais, indivíduos de todas as classes sociais podiam ter acesso à educação. Segundo Charle e Verger (1996) embora não existam detalhes sobre a situação social dos estudantes, sabemos que os universitários pagavam aos seus mestres para ministrar as aulas. Muitos eram sustentados por suas famílias; outros trabalhavam para custear as despesas dos estudos e existiam também, os estudantes sem recursos financeiros que recebiam bolsas de estudos por parte das autoridades religiosas e de políticos locais e outros ainda com acesso a educação superior por meio do ingresso na vida religiosa e sacerdotal.

Na trajetória histórica da educação superior no Brasil, segundo Teixeira (1989) registra-se várias tentativas de criação de Universidade no país, destacando a resistência de Portugal devido à política de colonização e da própria elite brasileira que preferiram as universidades européias, principalmente, a Universidade de Coimbra.

A educação superior brasileira já em sua gênese apresentava algumas características que podemos classificar como uma educação classista e racista porque sua clientela era constituída pelos membros de famílias ricas; além de não aceitarem negros, afro-descendentes e as mulheres.

A Constituição de 1988, conhecida com a “Constituição Cidadã”, nos artigos 205 e 206 estabelece a educação como um direito de todos, contando com a colaboração de instituições privadas e públicas. Algumas instituições privadas surgiram na trajetória

histórica da educação brasileira com a finalidade de contribuir com a execução desta política pública que viabiliza a concretização do “direito de todos os brasileiros” à educação.

Partindo da afirmação de que a educação é um “direito” do cidadão e que deve ser ministrada com base nos princípios de igualdade de condições, de acesso e permanência, é que se propõe o estudo do tema inclusão social no ensino superior.

Para concretizar a inclusão social de jovens das camadas populares na educação superior é necessário que se construam políticas públicas direcionadas para a democratização do acesso e da universalização da educação.

Apesar da educação se constituir como direito fundamental e essencial ao ser humano e da existência no Brasil de documentos e órgãos oficiais que corroboram com tal afirmação, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988, deparamos com inúmeras situações, seja economicamente ou socialmente, que impedem o pleno desenvolvimento desse direito.

Segundo Bobbio (1992) apesar das sucessivas constituições brasileiras proclamarem o direito de todos à educação, existe no cotidiano uma diferença entre direitos proclamados e a sua real efetivação. Uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente. Não apenas a proclamação do direito à educação, mas, sobretudo, sua efetivação. E acrescenta a necessidade de protegê-los, de lutar contra sua violação e de refletir sobre a igualdade de acesso e da qualidade da educação.

É neste contexto de educação superior no Brasil, que iremos trabalhar a identidade institucional da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus, uma instituição de educação superior pertencente a Pia Sociedade de São Francisco de Sales (Congregação dos religiosos Salesianos), que faz parte da missão educativa das Instituições de Ensino Superior Salesianas (IUS).

A Congregação Salesiana de Dom Bosco desde o ano de 1952 contribui com o ensino superior do Brasil por meio do funcionamento de faculdades, centros universitários e universidades credenciadas como instituições privadas sem fins lucrativos.

As Instituições de ensino superior salesianas existentes em vários países do mundo, inclusive no Brasil, fazem parte das Instituições de Educação Superior Salesianas (IUS) e têm por objetivo principal oferecer aos jovens um serviço de formação: científica, profissional,

humana e cristã, gerando oportunidades de acesso aos que vivem em situação socioeconômica de pobreza e marginalização.

As IUS caracterizam-se pela opção preferencial pelos jovens provenientes das classes populares e do mundo do trabalho a exemplo de Dom Bosco que dedicou toda sua vida e missão a educar e evangelizar jovens, objetivando torná-los “Bons cristãos e honestos cidadãos”.

1.1. Breve Histórico da Educação Superior.

A origem das universidades está vinculada às várias mudanças no contexto social, político, econômico, cultural e religioso ocorrido entre o final do século XI e o início do século XII, tais como: o renascimento das cidades; o desenvolvimento do comércio; os embates entre os dois poderes: Igreja (papado) e Monarquia (príncipes); a organização do trabalho citadino sob a forma de corporação de ofício, dentre elas a própria Universidade. Todos esses acontecimentos geraram uma nova concepção de relação social na qual podemos entender o surgimento da Universidade.

Como salienta Charle e Verger (1996), na obra *História das Universidades*, ela não nasceu por acaso, mas foi herdeira de uma longa história. As Universidades não surgem de um acontecimento único bem como não podemos afiançar, com segurança, uma data precisa para suas origens. O crescimento das cidades e da vida urbana estimulou a vida intelectual, além dos interesses da Igreja e do Estado. Os mosteiros medievais perderam a sintonia com o mundo a seu redor e com um novo tipo de conhecimento que estava surgindo neste contexto.

Buarque (2003) ressalta que,

[...] As Universidades surgiram como um espaço para o novo pensamento livre e vanguardista de seu tempo, capaz de atrair e promover jovens que desejavam se dedicar às atividades do espírito num padrão diferente da espiritualidade religiosa. (BUARQUE, 2003, p.8 e9)

É consenso, ser a universidade uma criação da Idade Média, mesmo sem conhecermos a data exata da fundação das primeiras universidades. De acordo com Verger (1990), as primeiras universidades surgiram em meados do século XII, na Europa Ocidental, sendo a Universidade de Bolonha (1108), a mais antiga, seguida das Universidades de Paris (1211) e Oxford (1249). Outras universidades menores do que as de Bolonha e Paris surgiram no Ocidente antes de 1250 para formar o que o autor denomina de “primeira geração de universidades medievais”

Etimologicamente, o termo “*universitas*”, foi usado pelos romanos na idade média como significado de universalidade, conjunto de pessoas, associação, agrupamentos. Portanto, o termo não se referia inicialmente ao conjunto de faculdades reunidas sob uma estrutura e organização acadêmica.

Segundo Ullmann (2000) o conceito estendia-se a qualquer associação de pessoas que ocorresse naquela época, como as associações dos comerciantes, dos artífices e dos barbeiros. O termo vinculou-se posteriormente aos alunos e mestres já a partir do final do século XII, apresentando a definição de *universitas magistrorum et scholarium* em Paris e a *universitas scholarium* em Bolonha, porque lá ocorreu a separação entre as associações dos alunos e dos mestres.

A idéia de Universalidade se aplica neste primeiro momento, pois os alunos vinham de todos os lugares e a comunicação entre eles era feita por uma língua também universal: o latim. Somente no fim da Idade Média, o termo passou a ter uso restrito para denominar as instituições universitárias. Segundo Loureiro (1975, p.399) a universidade não se define como “[...] um centro de instrução para todos os ramos do conhecimento, mas sim uma escola aberta aos alunos dos mais diferentes lugares [...]”.

As universidades da Idade Média funcionavam em conventos, igrejas, casa dos professores e até mesmo ao ar livre, inexistindo, inicialmente, prédios próprios. Não estava associado à estrutura física, mas a construção do conhecimento.

De acordo com Verger (1990, p.49), “no interior dessa realidade fundamental que era a universidade, apareceram subdivisões ao longo do século XIII: as faculdades e as nações”. As faculdades se configuravam como divisões administrativas, enquanto as nações estavam

diretamente vinculadas ao aspecto corporativo das universidades, auxiliando e defendendo os interesses de professores e alunos,

Segundo Charle e Verger (1996), o ensino universitário não foi prioridade para os filhos dos reis e príncipes da Idade Média. O número de nobres nas universidades correspondia a menos de 5% do total, sendo Direito o curso da preferência desse público.

Os nobres nunca foram muito numerosos nas universidades medievais [...] os “estudantes pobres” – aliás, o significado social é ambíguo – eram sempre minoritários. [...] É bem provável, portanto, que o maior número dos alunos graduados viesse das “classes médias” [...] Se tratassem de pessoas de alguns recursos, os diplomas significavam ainda o meio de ascensão social e também uma forma de retenção de muitos rendimentos, ou, no mínimo, serviam para galgarem mais seguras e mais prestigiosas [...] (CHARLE; VERGER, 1996, p. 28).

Os estudantes das classes ditas médias: pequena nobreza, camponeses abastados e burguesia era a clientela principal das universidades medievais, porque possuíam condições financeiras para pagar as altas despesas com os estudos. Embora as camadas mais pobres também ajudassem a constituir o ensino universitário; eram inúmeras as dificuldades de ingressarem e permanecerem na universidade devido às despesas com a matrícula, o pagamento de professores, os livros, exames, pergaminho, tinta e penas.

Apesar da dificuldade encontrada para reconstruir a origem social dos estudantes universitários, Charle e Verger apresenta em História das Universidades (1996) um estudo sobre a dificuldade financeira dos estudantes provenientes das classes menos favorecidas para o ingresso e a permanência nas universidades, devido à longa duração de cinco a sete anos; as diversas despesas e a dificuldade das famílias pobres em custear tais despesas.

Além dos custos com o estudo existiam outros custos dos quais os universitários pobres deveriam preocupar-se como o alojamento, alimentação, vestuário, calçado, roupa de cama, banhos, barbeiro, médico, iluminação (velas), dinheiro para as viagens à terra natal, para o lazer, a ajuda financeira recebida da família não era suficiente para arcar com tantas despesas.

Pombo (2003) destaca que era comum o estudante pobre procurar meios de sustento, como o trabalho de criados pessoais de professores, porteiros, cozinheiros, serventes ou membros do coro nas igrejas da cidade, cantores de rua ou vendedores no comércio.

A moradia consistia no maior dos problemas para os universitários pobres. Era comum dividirem quarto com colegas e professores. Para assistir aos universitários que não tinham condições financeiras para pagar aluguel foram criadas instituições de assistência, chamadas de *hospitia*, que eram mantidas por doações de benfeitores. Essas instituições deram origem aos colégios que segundo Verger (1990) para o aluno pobre ser beneficiado precisava retribuir a hospedagem com trabalho e se submeter às regras disciplinares que eram rígidas.

Os estudantes pobres que não conseguisse recursos financeiros suficiente para as despesas pessoais e para os estudos era então designada uma bolsa de estudo (alunos-bolseiros). “Aos estudantes que juravam serem pobres era-lhes atribuída uma bolsa que cobria os gastos de alimentação, alojamento, iluminação, vestuário, livros, aquecimento, etc” (POMBO, 2003) ¹; além do benefício da bolsa, existia também a ajuda de pessoas ricas interessadas nas indulgências concedidas pelo Papa Gregório IX para quem se dispusessem a financiar os estudos de um aluno pobre.

Outra forma de ajuda criada a partir do século XIV foi o empréstimo de dinheiro pelas nações aos estudantes e professores visando o pagamento da dívida com os estudos. Os estudantes beneficiados com o financiamento se comprometiam pelo pagamento do empréstimo financeiro após o término dos seus estudos; assim como, de fazerem doações às nações às quais tinham pertencido, quando estas estavam passando por dificuldades. Para o empréstimo financeiro era exigido dos estudantes um juramento solene, juntamente com a entrega de uma garantia (fiador ou um bem para penhorar, geralmente um livro) (POMBO, 2003).

Para muitos estudantes o ingresso na universidade correspondia à garantia de certa ascensão social, uma possibilidade de acesso aos altos cargos no poder público “[...] não somente a uma vocação intelectual, mas à esperança de uma promoção social”. (VERGER, 1990, p.63).

Em Histórias da Universidade de Charle e Verger (1996) apresenta a expansão, a profissionalização e a diversificação do ensino superior, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, influenciando decisivamente a estratificação do

¹ Trabalho realizado por Cláudia Fernandes, David Claro e Margarida Veiga, no âmbito da cadeira História e Filosofia da Educação, lecionada por Professora Olga Pombo, no ano letivo 2002/2003. <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/medieval/estudantes/index.htm>, acesso em 26 de agosto de 2010.

conhecimento científico. A tipologia e a terminologia das Instituições tornaram-se muito complexas transformando a uniformidade das *Universitas* da era medieval na diversidade das práticas locais e nacionais das novas universidades que foram e expandiram-se por todos os países da Europa chegando até as colônias americanas. As novas unidades universitárias resultaram de um ato de fundação decidido por reis e príncipes e confirmado pelo papado.

Segundo Charle e Verger (1996), no decorrer dos séculos XVI ao XVIII as universidades se multiplicaram pelo território europeu e fora dele. Essa expansão, não impediu que muitas cidades e países, como Londres, Amsterdã, Anvers, Bruxelas, Ruão, Lyon, Madri, Milão, Berlim, São Peterburgo, ficassem desprovidas delas, devido, certamente, à desconfiança conjunta dos governos e das elites burguesas. A América Latina entrou no cenário no final do século XVI, quando são criadas as primeiras universidades da América espanhola.

As mais antigas universidades latino-americanas foram instaladas em São Domingos, na atual República Dominicana, em 1538, apenas quarenta e seis anos após seu descobrimento; seguidas depois pela universidade de San Marcos, em Lima no Peru (1551), México (1553), Bogotá (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago (1738); todas de origem espanhola e controlada pelas Ordens Religiosas dos Dominicanos e Jesuítas, com os cursos de Teologia e Direito Canônica.

Na América Latina, as mais antigas fundações foram as de São Domingos (1538), a de Lima (1551) e a do México (1551); instituídas por decreto real com estatutos inspirados nos de Salamanca e de Alcalá, quase sempre controladas por ordens religiosas, ensinando principalmente Teologia e Direito Canônico, as universidades da América Latina eram claramente fundações coloniais e missionárias: vinte delas foram estabelecidas antes da independência, com maior ou menor sucesso, nas principais colônias espanholas. No Brasil não houve nenhuma. Na América do Norte, as primeiras universidades, sob a forma de colégios, foram antes de tudo, o fruto de interesses locais: tratava-se de formar pastores e administradores de que necessitavam as colônias inglesas; os primeiros colégios foram Harvard (1636), Williamsburg (1693) e Yale (1701). (CHARLE; VERGER, 1996, p.42).

Na América inglesa a mais antiga Instituição de Ensino Superior foi criada em Cambridge, Massachusetts em 08 de setembro de 1636 com o nome de “*New College*” (Universidade Nova), passando em 1639, a chamar-se “*Harvard College*” em homenagem ao pastor John Harvard of Charlestown, que deixou como herança à Instituição, sua biblioteca e

metade de seu patrimônio. Harvard University é uma universidade privada; além de ser a mais rica, é também considerada a melhor universidade do mundo.

No ano da Declaração de independência dos Estados Unidos (1776), existiam no país dez instituições de ensino superior. Após a segunda Guerra mundial (1939-1945), os Estados Unidos emergiu como superpotência mundial ante o declive temporário da Europa e a emigração de milhares de intelectuais e cientistas alemães; assim, as universidades norte-americanas tiveram um desenvolvimento singular. Atualmente, os Estados Unidos concentra várias das melhores universidades do mundo.

No final do século XVIII a América espanhola já contava com dezenove universidades e a América inglesa (os Estados Unidos) com vinte instituições de educação superior. Somente o Brasil e o Canadá tiveram suas primeiras universidades um pouco mais tarde. No Canadá as primeiras universidades tiveram início no século XIX e até o final do mesmo século, já contava com catorze instituições. Diferente da história da educação superior brasileira, que somente na segunda década do século XX teria como marco a criação das primeiras universidades.

Das origens coloniais a contemporaneidade, a educação superior na América Latina passou por grandes transformações, revelando uma realidade educacional de contrastes, desigualdades e avanços; o que nos adverte para a necessidade de implementação de políticas públicas efetivas que viabilize a equidade de oportunidades e a democratização do acesso à educação superior para todos os povos.

A necessidade de buscar soluções para as dificuldades enfrentadas pelo setor de educação superior nos países latino-americanos levou o Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC), órgão ligado a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a traçar o mapeamento da realidade da educação superior nos países latino-americanos, denominado de Mapa da Educação Superior na América Latina, que foi apresentado na Conferência Regional da Educação Superior (CRES) na América Latina e no Caribe entre os dias 4 a 6 de junho de 2008, em Cartagena das Índias na Colômbia, como atividade preparatória para a segunda Conferência Mundial de Educação Superior.

Os especialistas do Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC/UNESCO, 2008) analisaram a cobertura e a qualidade da educação na América Latina e no Caribe em 1.231 universidades de 25 países da região, chegaram à seguinte conclusão: a taxa de cobertura educacional de nível universitário está próxima de 32%, enquanto na Ásia registra 68% e na Europa chega a 87%, destacando também a enorme desigualdade entre os países da região.

A segunda Conferência Mundial de Educação Superior realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) aconteceu entre os dias 05 a 08 de julho de 2009 em Paris, com o tema “As novas dinâmicas da Educação Superior”; onze anos após a realização da 1ª Conferência no ano de 1998. Este foi sem dúvida um momento importante para a educação superior, devido seu reconhecimento como fator de produção do conhecimento, geração de riquezas, inovação, formação de cidadãos e de inclusão.

Embasada nos estudos da UNESCO para a educação superior na América Latina e segundo dados do Plano Nacional de Educação, Lei nº. 10172. (PNDE, 2001, p.31), o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileiro em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. A Argentina, embora conte com 40% da faixa etária, configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Mas o Brasil continua em situação desfavorável frente ao Chile (20,6%), à Venezuela (26%) e à Bolívia (20,6%).

A partir desta Conferência Mundial de educação em 2009, o Ministério da Educação do Brasil elaborou documento final, a ser debatido na Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em Brasília (DF) no período de 28 de março a 1º de abril de 2010. O objetivo da Conferência Nacional foi discutir diretrizes, metas e ações para a política nacional de educação, na perspectiva da inclusão, igualdade e diversidade que servirão de propostas para a formulação do Plano Nacional de Educação, com metas a serem alcançadas no período 2011-2020.

Apesar dos avanços, a educação superior ainda é um privilégio para poucos na América Latina e Caribe, segundo conclusão da UNESCO. Diante dessa realidade a educação superior passou a ser foco de debates na sociedade brasileira e objeto de políticas públicas visando ampliar seu alcance e sua qualidade.

A câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), à luz das recomendações da CRES 2008, destacou três eixos temáticos que merecem especial atenção das políticas públicas no Brasil para a transformação qualitativa da educação superior no país: democratização do acesso e flexibilização de modelos de formação; elevação da qualidade e avaliação; compromisso social e inovação.

Partindo do conceito de que a educação é um direito da população e um dos instrumentos necessários à transformação da sociedade; à garantia do desenvolvimento nacional; à erradicação da pobreza e da marginalização e a quaisquer outras formas de discriminação; vamos fazer uma breve análise da organização, da estruturação e da gestão do ensino superior no país.

1.2 A Evolução Histórica do Sistema Educativo no Brasil.

De acordo com Pimenta e Anastasiou (2002), no Brasil diferentemente de toda a América espanhola, o ensino superior iniciou-se tardiamente, somente em 1808 no período colonial com a criação de escolas isoladas. Até esta data, os brasileiros eram obrigados a se deslocar para Europa; mais precisamente, para Coimbra.

Na história da educação brasileira são identificáveis diferentes etapas na sua organização e funcionamento nos períodos de 1500 a 1930 que abrange o Brasil Colônia, Império e Primeira República, prevalecendo o modelo econômico agro-exportador e a concepção tradicional de educação.

Durante o Brasil colônia (1500-1822) a educação assegurava o domínio dos portugueses sobre negros escravos e indígenas. No período do Império (1822-1889) a educação passa a reproduzir a ideologia das classes sociais dominantes e predomina a

exclusão dos pobres, negros, indígenas e mulheres. Já na Primeira República (1889-1930) os estratos sociais que detinham o poder econômico e político usavam a educação como instrumento de mobilidade social e como distintivo de classes, assim as camadas médias procuravam na educação a ascensão social, o prestígio e a integração com os estratos dominantes.

No Brasil colônia existia apenas cursos superiores de Filosofia e Teologia oferecida pelos missionários Jesuítas. Portugal impedia o desenvolvimento do ensino superior no Brasil colônia temendo que os estudos pudessem contribuir com os movimentos em prol da independência. Com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1759, a Ordem dos franciscanos substituíram-nos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em 1808 com a vinda para o Brasil da Família Real Portuguesa, o ensino superior passou a existir em instituições oficiais para atender a uma pequena elite brasileira, dando origem a vários cursos de ensino superior destinados a suprir exclusivamente as necessidades da corte. Em vez de universidade, foram criadas faculdades isoladas e profissionalmente orientadas, cuja organização didática e estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias, de caráter elitista, mantendo-se alheia às necessidades da maior parte da população brasileira.

Os primeiros cursos foram: Cirurgia, na Bahia; Anatomia, Cirurgia e Economia, no Rio de Janeiro em 1808; Medicina, no Rio de Janeiro em 1809; Agricultura (1812), Química (1817) e Desenho Técnico (1818), na Bahia; Laboratório de Química (1812) e Agricultura (1814), no Rio de Janeiro; Ciências Jurídicas em São Paulo (1827) e Ciências Jurídicas na Bahia (1828), além do museu nacional, a biblioteca nacional e o Jardim botânico no Rio de Janeiro.

Os brasileiros, filhos da elite colonial portuguesa, tinham de se deslocar até a Europa para estudar, principalmente em Coimbra. Teixeira (1989) afirma que a Universidade de Coimbra, foi nossa primeira universidade, porque nela se graduaram, em Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia, durante os primeiros três séculos de nossa história, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil.

A afirmação da inexistência da universidade no Brasil, durante o período colonial, usando-se freqüentemente a comparação com a situação diferenciada da América espanhola é

tema abordado por diferentes autores em distintas épocas. Neste estudo utilizaremos a contribuição de Teixeira (1999) quando afirma:

O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência – Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora. (TEIXEIRA, 1999, p. 29).

Por um longo período que abrange de 1549 a 1759, a educação no Brasil foi ministrada pela Companhia de Jesus, a chamada educação jesuítica. Foi o início de uma política educativa que propagava a fé, a obediência, aprendizagem de outra língua e cultura. A elite colonial portuguesa, os portugueses nascidos no Brasil recebiam formação acadêmica nos colégios reais a cargo da Companhia de Jesus. Segundo Azevedo (1971) os pobres somente recebiam formação de nível superior por meio do ingresso em alguma ordem religiosa.

O período do Brasil Império (1822-1889) apresentava algumas características que podemos classificar como uma educação classista e racista porque sua clientela era constituída pelos ricos e por não aceitarem negros e afro-descendentes; além de ser direcionada a formação dos homens, as mulheres não haviam conquistado um espaço no campo político e econômico e, portanto, não necessitavam estudar.

A primeira legislação que dispôs sobre instrução pública no Brasil nesse período e que se manteve até 1930, foi a Constituição de 1823, outorgada por D. Pedro I: “a instrução primária deveria ser gratuita para todos os cidadãos” e previa a existência de colégios e universidades.

Assim, em 15 de outubro de 1827, a Assembléia Legislativa aprovou a primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que “em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. No entanto, durante o Império, não havia muito interesse na expansão do ensino superior porque o modelo econômico agro exportador não necessitava de profissionais com formação superior, mais sim de mão de obra na produção econômica brasileira do açúcar, tabaco,

algodão, café e extrativismo mineral. A educação deste período servia como fator de distinção entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Segundo Fávero (2006) em 1828 foram criados dois cursos de direito: um em Olinda, Mosteiro de São Bento, e outro no Convento de São Francisco, em São Paulo; que exerceram grande influência na mentalidade política do Império; além da Escola de Minas criada em 1832 na região de extração de ouro, na cidade de Ouro Preto e instalado somente 34 anos mais tarde.

Na história oficial da educação superior brasileira, a universidade do Rio de Janeiro é considerada como a primeira instituição criada legalmente pelo governo do Presidente Epitácio Pessoa em 07 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº. 14.343, como Universidade do Brasil denominação que manteve até 1965, quando recebe a designação de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A criação da Universidade do Brasil (UB) é resultante da justaposição de três escolas tradicionais: Faculdades de Medicina, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e da Faculdade Livre de Direito. Uma universidade mais voltada ao ensino do que à pesquisa, com característica elitista em relação à demanda atendida, conservando a orientação profissional de seus cursos e a autonomia das faculdades.

Quanto à tradição inventada de que essa universidade teria sido criada, essencialmente, para que se pudesse conceder um título de Doutor Honoris Causa ao Rei da Bélgica, por ocasião de sua visita ao Brasil; uma pesquisa realizada em fontes textuais da época, por Fávero, através do exame das Atas da Assembléia constituída pelas Congregações das Unidades incorporadas à URJ (outubro a dezembro/1920), bem como das Atas do Conselho Universitário, a partir da primeira sessão que se realizou no dia 21 de janeiro de 1921, não foram encontradas referência alguma à concessão desse título ao Rei dos Belgas ².

O único registro encontrado da Universidade do Rio de Janeiro, no período de 1921 a 1930, foi à concessão de vinte e seis títulos de *Doutor Honoris Causa*, a intelectuais e professores estrangeiros de outras universidades, com destaque para instituições da América Latina. Analisando as origens e o surgimento da Universidade do Brasil, acredita que o

² Este estudo é um dos resultados da pesquisa de Fávero (2004), com base nos dados examinados em fontes documentais, podemos observar que a razão imediata para a criação da Universidade do Rio de Janeiro não foi, como alguns autores afirmam, a necessidade de outorgar um título acadêmico ao Rei dos Belgas.

fundamento real para sua criação foi às pressões para que o Governo Federal assumisse seu projeto universitário, ante o aparecimento de propostas de instituições universitárias livres, em nível estadual. (FAVERO, 2004, p. 89-98)

No período colonial e monárquico, foram frustradas todas as propostas de criação de Universidades no Brasil, o que denota uma política de controle por parte de Portugal, devido sua política de colonização e de inibição de toda iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da Colônia. Além da metrópole, existia a opção da elite brasileira da época, que procuravam as universidades européias para cursarem o ensino superior, principalmente, a Universidade de Coimbra.

Segundo Cunha (1980) existiram outras iniciativas no Brasil em relação à criação de estabelecimentos de ensino superior com uma estrutura universitária, à revelia do que existia nesse período. Estas iniciativas eram consideradas como Universidades passageiras, devido ao curto período de existência.

A primeira Universidade livre foi a de Manaus, em 1909, no decorrer de um período de prosperidade proporcionado pela exploração da borracha, resultado da iniciativa de grupos privados, ofertando cursos de Medicina, Engenharia, Direito, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional. Foi fechada em 1926, restando somente à faculdade de Direito incorporada à Universidade Federal do Amazonas.

A Universidade de São Paulo, em 1911, também pela iniciativa de grupos privados, oferecendo cursos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Comércio, Belas Artes e Direito, sua dissolução ocorreu em 1917 por questões financeiras. Em 1912, foi criada em Curitiba (Paraná), uma terceira universidade no país, por iniciativa de profissionais locais. A Universidade ofertava curso de Medicina, Direito, Engenharia, Odontologia, Comércio e Farmácia. A proibição em torno da equiparação de estabelecimentos de ensino superior em municípios com menos de 100 mil habitantes levou ao fim dessa universidade.

Na transição de uma sociedade oligárquica para urbano industrial redefiniram-se as estruturas de poder no país, gerando mudanças também na educação. No período de 1930 a 1964, surgem reformas educacionais importantes no contexto da educação nacional.

Em 1930 assume o governo do Brasil, Getúlio Vargas, tendo início a Era Vargas (1930-1945). Neste período nasce o Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Federal de Educação, criou-se o sistema nacional de ensino existente até nossos dias.

Em 11 de abril de 1931, com Francisco Campos, então Ministro da Educação e Cultura, vem à promulgação do decreto nº. 9.851 que cria o Estatuto das Universidades Brasileiras, vigente por tinta anos, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº. 4.024/1961.

Com a promulgação do Estatuto das Universidades é que de fato se concretiza no Brasil a idéia de Universidade. Fávero (2000) relata que:

Com relação ao ensino superior destacam-se principalmente os Decretos nº. 9.851 de 11 de abril de 1931, estabelecendo que esse tipo de ensino no país deva obedecer de preferência ao sistema universitário (Estatuto das Universidades brasileiras) e o de nº. 852, da mesma data, dispondo sobre a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro. (FÁVERO, 2000, p. 36).

Nesta época foi criada a Universidade de São Paulo (USP), em 25 de janeiro de 1934 e instituída por meio do Decreto nº. 6.283, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira. A primeira a ser organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931. A Universidade de São Paulo surge em meio a importantes transformações políticas, sociais e culturais na sociedade brasileira.

Em 1935 Anísio Teixeira, então secretário de educação cria a Universidade do Distrito Federal (UDF) por meio do Decreto Federal n. 5.513. Na inauguração dos cursos da UDF (31.07.1935), o então educador, em discurso proferido, chama atenção para a característica fundamental de uma universidade, que é a de ser lócus de investigação e de produção de conhecimento.

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de prepararem práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. (TEIXEIRA, 1998, p. 35)

A Universidade do Distrito Federal foi extinta por meio do Decreto nº. 1.063, de 20 de janeiro de 1939, em função da instabilidade política do país ocasionada pelo golpe de Estado, pela instalação do Estado Novo e pela promulgação de uma nova Constituição, outorgada em 10 de novembro de 1937.

A Constituição de 1934 declara, pela primeira vez, no seu artigo 140 que “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”. De acordo com Cury, Horta e Fávero (2006), as constituições posteriores não fizeram mais do que manter ampliar ou recriar este direito declarado.

A Constituição de 1934 inaugura, em âmbito nacional, a educação como um direito declarado. E, excetuados os casos em que a força se sobrepôs à lei e ao arbítrio ao direito (ainda que textualmente mantido em vários itens, como no caso da educação escolar primária), as constituições posteriores não fizeram mais do que manter ampliar ou recriar este direito declarado. (CURY, HORTA e FÁVERO, 1996, p.25).

As conquistas da Constituição de 1934 foram enfraquecidas na Constituição de 1937. A nova Constituição retira de seu texto a educação como direito de todos, e reforça a distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino pré-vocacional e profissional para as classes mais desfavorecidas.

Dentro deste quadro político-educacional foi extinta a Universidade e seus cursos transferidos para a Universidade do Brasil (UB), criada em 1920. Getúlio Vargas aproveitou o autoritarismo do Estado Novo para implantar seu projeto de Universidade. Um modelo único de ensino superior em todo o território brasileiro.

Soares (2002) apresenta na trajetória histórica da educação superior no Brasil, o surgimento das universidades católicas a partir do primeiro congresso católico de educação, realizado no Rio de Janeiro, em 1934.

Insatisfeita com a perda do poder, devido à separação da Igreja do Estado, a Igreja católica manifesta interesse durante o governo de Getúlio Vargas, na criação de uma universidade subordinada à hierarquia eclesiástica e independente do Estado, com a finalidade de ressocializar as elites brasileiras as bases dos princípios ético-religiosos da moral católica,

ameaçadas pelas influências do liberalismo norte-americano, materialista, individualista e protestante.

Em 22 de agosto de 1946, a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (fundada em 1908) e da Faculdade Paulista de Direito nasce a Universidade Católica de São Paulo, com o objetivo de educar a elite paulistana e de formar lideranças católicas. Em 1947, ela recebe do Papa Pio XII, o título de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o que significa participar de um seleto conjunto de instituições, subordinadas ao Vaticano, do qual fazem parte instituições com mais de 800 anos.

De acordo com Souza (1991), nas décadas de 1950 e 1970 criam-se as universidades federais e multiplicaram-se as universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi à vertente seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961. A partir de então, começaram a surgir universidades, públicas e privadas, por todo o território nacional, em número que, em 1969, já somava quarenta e seis. A explosão do ensino superior, no entanto, ocorreu somente nos anos de 1970.

Com o acelerado ritmo de desenvolvimento no Brasil, provocado pela industrialização e pelas várias transformações no campo econômico e sociocultural, sobretudo na segunda metade dos anos cinqüenta, os vários setores da sociedade brasileira começam a discussão em torno da questão escola pública *versus* escola privada, devido à situação precária das Universidades no Brasil.

De acordo com Cunha (2007), no ano de 1954 o Brasil já contava com dezesseis universidades, sendo três em São Paulo, duas no Rio Grande do Sul, uma no Paraná, três em Pernambuco, uma na Bahia, três em Minas Gerais e três no Rio de Janeiro. Destas, cinco eram confessionais e onze mantidas pelos governos federais e estaduais, ou por ambos. Entre os anos de 1955 e 1964 foram criadas mais vinte e uma universidades, sendo cinco católicas e dezesseis estaduais. Nesse período ocorre o processo de federalização do ensino superior.

A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas, e o governo, impossibilitado de atender a essa demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei 4024 de 1961, aprovada após uma discussão que durou treze anos, estabelecia a organização de sistemas de ensino pela União e pelos Estados e determinava a seguinte organização do sistema educacional: nível primário obrigatório, de quatro a seis anos de duração; nível secundário, dividido em dois ciclos: ginásio de quatro anos de duração e secundário de três anos de duração; nível superior, de duração variável segundo cada habilitação profissional.

Em relação à educação superior não houve acréscimos significativos. Essa lei reforçou o modelo tradicional de instituição de ensino superior vigente no Brasil naquele momento, onde o foco principal era o ensino desligado da pesquisa, fortaleceu a centralização do sistema de ensino superior com a criação do Conselho Federal e o poder concedido ao órgão para autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o currículo mínimo de cada curso e embora não especificasse a proporção da representatividade, assegurou a representação estudantil nos colegiados.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu somente em 1962, elaborado durante a vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 4024, de 1961.

O artigo 150 do PNE/1961 declara ser competência da União "a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País", e no artigo 156 a forma de financiamento da rede oficial de ensino "A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos".

Transcorriam os difíceis anos da ditadura militar, instaurada em 1964. Em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 5.540, de 28/11/68 – Reforma Universitária, fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior. Trata-se, na realidade, de uma Lei de Diretrizes e Bases para o ensino superior, revogando os dispositivos da Lei 4.024, de 1961, sobre esse nível de ensino.

No ano de 1968 o ensino superior passou a contar com legislação própria e separada dos ensinos fundamental e médio. A reforma universitária estabelecida pela Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, abre espaço para a produção científica nas universidades públicas.

Buscando assim, a universidade como estrutura organizacional capaz de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Amplia a rede de ensino superior privada, visando expansão do ensino superior brasileiro de modo a absorver maior contingente de alunos que não tem acesso a universidade pública. Nesse período a organização da educação brasileira tem como referencial a concepção tecnicista, destacando três princípios: racionalidade, eficiência e produtividade.

Segundo Aranha (1996, p. 214), essas são as principais características da Reforma Universitária de 1968: a eliminação da cátedra, unificação do vestibular passando a ser classificatória, aglutinação das faculdades em universidades visando maior produtividade e concentração de recursos, criação do sistema de créditos, estabelece a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o regime de tempo integral para professores, a valorização da titulação e produção científica, além da nomeação dos diretores e reitores das unidades, a renovação periódica do reconhecimento de universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, representação estudantil nos órgãos colegiados; estimula a criação dos diretórios centrais dos estudantes e dos diretórios setoriais ou centros acadêmicos.

A Reforma Universitária de 1968, ao adotar o vestibular unificado e classificatório como fator de controle das vagas no ensino superior público e ao liberar a criação de cursos e vagas no setor privado visando oferecer uma oportunidade de acesso a educação superior para a grande massa de estudantes que não obtinham êxito nos vestibulares das instituições públicas, contribui para a ampliação de forma notável da rede de ensino superior privada; que na análise de Germano (1992, p.128) “[...] coube aos desfavorecidos pagar para a obtenção de um diploma - em geral de 2ª categoria e sustentar os grupos empresariais privados que atuam no campo educacional”.

Neste contexto de ditadura militar, duas leis contribuíram para as reformas educacionais que marcaram a educação brasileira: a Lei 5.540/1968 referente ao ensino superior e a 5.692/1971 referente ao ensino primário - 1º grau e médio - 2º graus.

A Lei Nº. 5.692 promulgada em 11 de agosto de 1971 introduziu mudanças importantes na estrutura da educação brasileira. A escola primária e o ginásio foram fundidos e denominados de ensino de 1º grau. O antigo colégio passou a se chamar ensino de 2º grau. A escolarização básica obrigatória estendeu-se para oito anos. O grau Superior como era chamado a partir de 1961, passou a se chamar Ensino Superior segundo a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional de 1971. Além de reestruturar estes dois níveis de ensino, introduz uma profunda alteração no nível secundário quando determina que o ensino profissional seja obrigatório para todos os jovens brasileiros.

Nesse período o objetivo do ensino consistia em melhorar a qualidade da mão de obra nacional e ampliar o nível de escolaridade da população e, por meio da escola pública, incentivava maior participação das classes mais pobres no ensino de primeiro grau.

O ensino médio, então chamado de 2º grau, passou a ser profissionalizante encaminhando o estudante para o mercado de trabalho, visando fazer com que a educação contribuísse de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira. Esses aspectos mencionados são evidenciados pela leitura das alíneas a e b, do parágrafo 2º do artigo 5º:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados (BRASIL, 1971).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o sistema educacional brasileiro passou por um processo de modificação, culminando com a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro 1996), peça central das profundas transformações por que passa o sistema educacional brasileiro. Com ela, ficaram claros os papéis e as responsabilidades de cada nível de governo: União, Estados e Municípios.

Os princípios gerais do sistema de ensino, no Brasil, foram estabelecidos pela Constituição Federal e redefinidos pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, artigo 21 da seguinte forma: I - Educação Básica: composta pela Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; II - Ensino Superior na atualidade é constituído por um sistema complexo e diversificado de instituições públicas e privadas com diferentes cursos e programas.

Outras modalidades de ensino complementam o processo de educação formal no Brasil, por meio de: educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial, ensino presencial, ensino semipresencial, educação à distância e educação continuada.

O artigo 214 da Constituição Federal de 1988, já prevê a obrigatoriedade do Plano Nacional de Educação - PNE, como um instrumento necessário para estabelecer o desenvolvimento de políticas para o ensino em seus diversos níveis e modalidade sob a responsabilidade do poder público. Além de definir as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação e as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, para um período de dez anos.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (CF-1988, artigo 214)

De acordo com o artigo 9º da LDB (Lei 9.394/1996) é de incumbência da União, elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A mesma lei que aprovou o PNE / 2001 com duração de dez anos, também recomendou que os Estados, o Distrito Federal e os municípios, com base no Plano Nacional de Educação, elaborassem Planos decenais correspondentes, para adequação às especificidades locais e a cada circunstância. O que não aconteceu plenamente, reduzindo-se em alguns planos estaduais e poucos municipais.

Para a educação superior, o Plano Nacional de Educação (2001, p.113) estabelece como objetivos e metas, prover até o final da década, a oferta do ensino superior para 30% da população com faixa etária dos 18 a 24 anos. Ampliar a oferta do ensino público, de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40 % do total das vagas. Conforme a taxa de

escolarização bruta, hoje, a matrícula na educação superior corresponde a 16,1% da população nessa faixa etária.

O processo de transformação da educação superior continuou com a Constituição Federal de 1988 no artigo 211º e a LDB no artigo 8º. Que estabeleceram a descentralização da educação no país, dividindo entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios em regime de colaboração, a organização dos respectivos sistemas de ensino.

Nas diferentes esferas, são os seguintes os órgãos administrativos:

- Federal: Ministério da Educação (MEC); Conselho Nacional de Educação (CNE).
- Estaduais: Secretaria Estadual de Educação (SEE); Conselho Estadual de Educação (CEE); Delegacia Regional de Educação (DRE) ou Subsecretaria de Educação.
- Municipais: Secretaria Municipal de Educação (SME); Conselho Municipal de Educação (CME).

A estrutura e o funcionamento da educação superior são definidos e regidos por um conjunto de normas e dispositivos legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, na seção 1 do capítulo 3, do Título VIII – Da ordem Social, nos artigos 206 a 214; pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/ 1996, no capítulo IV, nos artigos 43 a 57; e pela Lei 9.131/1995 que criou o Conselho Nacional de Educação, além de vários Decretos, Portarias e Resoluções.

Outros órgãos se destacam como importantes na esfera da coordenação da educação superior no país. A Secretaria de Educação Superior (SESU) como a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior aplicada às instituições públicas federais de ensino superior (IFES) e as instituições privadas de educação superior.

Destacamos ainda, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada em 1951, tendo sido instituída como fundação em 1992, que subsidia a MEC na formulação da política da pós-graduação, elaborando a proposta do Plano Nacional de Pós-graduação, acompanhando e coordenando sua respectiva execução.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que possui o importante papel de monitoramento da qualidade da educação em todos os níveis e modalidades por meio da realização de três tipos de avaliação:

- Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, avaliando a educação básica;
- O Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, avaliando a competência e rendimento escolar dos alunos ao final da educação básica, tornando-se atualmente em critérios de seleção para o ingresso em instituições de ensino superior pública através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e instituições privada por meio do Programa Universidade para todos (PROUNI),
- O Exame Nacional de Cursos – ENC, conhecido como Provão, que avalia os conhecimentos e habilidades adquiridas pelos acadêmicos que concluem a graduação, fazendo parte das avaliações periódicas das instituições de educação superior.

Além do Censo da Educação Básica e da Educação Superior e outros censos especiais, com a finalidade de levantar informações importantes para realizarem diagnósticos e identificar tendências da educação nacional.

A diversificação institucional do ensino superior tem propiciado o surgimento de organismos não governamentais que intervêm na política de ensino superior em âmbito nacional. Podemos destacar os seguintes: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB; Associação Brasileira de Mantenedoras de Instituições Superiores – ABMES; Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC; Associação Nacional dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Associação Nacional das Universidades Privadas – ANUP; Associação Nacional dos Centros Universitários – ANACEU.

No artigo 43 da LDB/1996, estabelece as finalidades da educação superior que consiste em estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à

difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Estabelecidas as finalidades da educação superior no artigo 43, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) apresenta a abrangência da educação superior no artigo 44 por meio dos seguintes cursos e programas: cursos sequenciais; graduação (bacharelado e licenciatura); pós-graduação e extensão; abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; que podem ser as universidades, os centros universitários, as faculdades isoladas, institutos superiores, escolas superiores e faculdades integradas.

De modo geral, as Instituições de Ensino Superior (IES) são inicialmente classificadas pela Lei 9.394 /1996 no artigo 16: como instituições de ensino mantidas pela União e as criadas pela iniciativa privada; além dos órgãos federais de educação, posteriormente, são regulamentadas por decretos que a complementam.

As instituições públicas são criadas e mantidas pelo poder público nas três esferas – federal, estadual e municipal. A LDB em seu artigo 45 põe fim à legislação que determinava o modelo único, assumindo e estimulando a diversidade institucional (especialização de serviços) “A educação superior será ministrada em Instituição de Ensino Superior pública ou privada com variados graus de abrangência ou especialização”.

A LDB/1996 traz, pela primeira vez, capítulos específicos sobre a educação superior brasileira, integrados nessa forma de lei, no capítulo IV, nos artigos 43º a 57º, fixa a estrutura e organização, as regras de funcionamento do ensino superior e redefine a tipologia das IES no Brasil.

As Instituições de Ensino Superior (IES) mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado classificam-se, quanto à sua natureza jurídica em: particulares, comunitárias, confessionais, filantrópicas.

De acordo com a Lei nº. 9.394/96 no artigo 20 existem quatro possíveis categorias para as instituições privadas de ensino superior, a saber:

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

- I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II – comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III – confessionais, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV – filantrópicas, na forma da lei. (LDB 1996, artigo 20)

As pessoas jurídicas de direito privado mantenedoras de instituições de ensino superior privada podem assumir as seguintes finalidades: com fins lucrativos são as de natureza comercial, tomando a forma de sociedade mercantil e as sem fins lucrativos são aquelas que podem se organizar sob a forma de sociedade civil, religiosa, pia, moral, científica ou literária.

O que distingue dentro do setor privado as instituições particulares é a imunidade tributária que usufruem, por se caracterizar como instituições sem fins lucrativos, e por não distribuir lucro entre seus associados e diretores, mais reinvesti-los nas atividades da própria instituição, objetivando cumprir sua missão e objetivos.

Nessa discussão sobre a privatização da educação superior, vale evidenciar que a Constituição de 1988, artigo 213, determina que “os recursos públicos serão destinados às escolas públicas”. No entanto, este mesmo artigo, consente que os recursos educacionais possam ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sendo disponibilizados através da aquisição de bolsas de estudos no ensino fundamental, médio e superior.

Neste caso, esta se constitui como a única possibilidade, legalmente amparada, de transferência dos recursos educacionais públicos para a esfera privada; desde que, comprovem finalidade não-lucrativa; não distribui os resultados financeiros; apliquem o excedente financeiro nas próprias atividades de educação; assegure a destinação de seu patrimônio à outra instituição com a mesma finalidade estatutária ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades e prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

A autora Sampaio (2000) no livro “O ensino superior no Brasil: o setor privado” apresenta o ensino superior brasileiro e sua organização nas últimas três décadas, enfocando sua complexa diversidade acadêmico-institucional e evidencia determinadas mudanças estruturais e institucionais que vêm ocorrendo no ensino superior privado visando o atendimento da massa populacional.

A partir do final da década de 1980, o movimento é para transformação de escolas isoladas e/ou de federação de escolas em universidades particulares. Com efeito, entre 1985 e 1996, o número de universidades privadas no País quase quadruplicou o que contrasta com o número inexpressivo de universidades privadas, sobretudo não confessionais, no período de auge da expansão do ensino privado. Em 1996, elas somavam 76, sendo maioria total das universidades brasileiras. Esse movimento expressa a percepção da iniciativa privada, de que estabelecimentos maiores, com oferta mais diversificada de cursos, têm vantagens competitivas na disputa pela clientela de ensino superior. (SAMPAIO, 2000, p.76).

Na discussão sobre a expansão do ensino superior, Durhan (1998) constata que as instituições se diversificaram, passando a possuir características empresariais, o que muitos críticos denominam de mercantilização da educação:

[...] o setor privado, além de ter expandido, também se diversificou internamente nas décadas subseqüentes à reforma. No período anterior era constituído majoritariamente por instituições não lucrativas, em geral confessionais ou criadas por iniciativa das comunidades locais [...] A grande ampliação do setor privado, entretanto, se deu pela expansão de outro tipo de estabelecimento, criado pela iniciativa privada e de cunho mais empresarial. Este setor responde do modo muito mais direto às pressões de mercado, as quais nem sempre se orientam no sentido da qualidade (DURHAN 1998, p. 8).

O processo de expansão do sistema de ensino no Brasil através da privatização continuou a evoluir e atualmente, segundo Sguissardi (2006, p.1028), apresenta o “maior índice de privatização na América Latina e está entre os cinco países com maior índice de privatização no mundo, se considerados o número de Instituições de Ensino Superior (IES) e o percentual de matrículas”.

Ao analisarmos a expansão do ensino superior privado nos deparamos com duas linhas de entendimento que divergem entre alguns autores. Por um lado é considerada como uma possibilidade de democratização do acesso para amenizar o problema da falta de vagas no

ensino superior público; por outro, como uma política privatista e mercantilista da educação que deveria ser pública e gratuita e de responsabilidade do Estado.

Para Souza (2001) o que o poder público e alguns autores chamam de democratização do acesso ao ensino superior, não passa de uma fase da mercantilização da educação brasileira.

Democratização de oportunidades educacionais no ensino superior confundiu-se com a mera e atropelada massificação de matrículas, com todo o cortejo de inconveniências que acabou vindo no seu bojo e pelas quais, ainda hoje, se paga um alto preço. (SOUZA, 2001, p.17).

A procura por vagas nas instituições privadas de educação superior devido ao fato da incapacidade das instituições públicas e gratuitas de absorver uma demanda de excluídos dos processos seletivos leva o governo a buscar essas vagas nas instituições privadas sem fins lucrativos que já usufruem de imunidade tributária devido à certificação de entidade filantrópica e também nas instituições particulares com fins lucrativos, que passam a ser beneficiadas com isenções tributárias do governo federal ao aderirem programas federais voltados ao acesso e a democratização do ensino superior, como por exemplo, o programa Universidade para Todos – Prouni.

De fato, a expansão do ensino superior se dá via ensino privado, com o financiamento público por meio de programas de bolsas de estudos e programas de financiamento a alunos em situação de carência socioeconômica e que não conseguiram ingressar em uma instituição pública de educação superior.

Apesar do MEC reconhecer e autorizar a expansão do sistema de Ensino Superior através do setor privado da educação, como política pública de democratização e acesso ao nível superior e de programas de inclusão social de camadas mais carente da população, não se pode deixar de fazer referência à baixa cobertura da educação superior no Brasil.

Segundo dados do Ministério da Educação (INEP, 2005), em termos da população estudantil, podem-se, dizer que há uma baixa cobertura da educação superior. A taxa de escolarização líquida no país, para a faixa etária entre 18 e 24 anos, é de apenas 10,5%. O

PNE/2001 estima que em 2011 esta porcentagem atinja 30%. Portanto, fica evidente a necessidade de expandir drasticamente o número de vagas no sistema de ensino superior. Segundo Sguissardi (2006),

Trata-se de uma das mais baixas na América Latina, em que há casos de países, como a Argentina, o Chile e o Uruguai, que já ultrapassavam, em 2002, os 30%, meta que o Brasil estabeleceu para o ano 2011, isto é, dez anos após a aprovação do Plano Nacional de Educação em janeiro de 2001 (SGUISSARDI 2006, p. 1027).

Pode-se afirmar que a baixa taxa de escolarização no Brasil deva-se as décadas de políticas educacionais excludentes. O país apresenta na atualidade o pior desempenho educacional da América Latina em relação à educação superior, segundo Sguissardi (2000).

[...] o nosso país está entre os de pior desempenho educacional no terceiro grau entre os países deste continente. É imperativo reafirmar sempre que isto reflete a realidade de um país cuja população em geral sobrevive em situação sócio-econômica das mais desiguais e injustas do planeta, e no qual, mercê dos modelos de desenvolvimento e décadas de políticas educacionais conservadoras adotados pelas elites dominantes, o saber e a educação foram vias de regras entendidos muito mais como mercadoria de interesse privado ou dádivas para semi-cidadãos, do que como bens públicos universais coletivos da cidadania. (SGUISSARDI, 2000, p. 13).

Constata-se que as ações políticas educacionais adotadas pelos governos brasileiros desde a década de noventa apresentam sintonia com as recomendações do Banco Mundial (BM) e de Organismos multilaterais de financiamento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

Os princípios norteadores apresentados pelo Banco Mundial para as políticas direcionadas ao ensino superior se configuram na redefinição do papel do Estado na direção da diminuição gradativa da aplicação de recursos públicos para o financiamento do ensino superior; o princípio da lógica mercantil que deve prevalecer no mercado educacional; a diversificação das fontes de financiamento para as instituições públicas, visando captação de recursos e a possibilidade de criação de diferentes modalidades de Instituições de Ensino

Superior como universidade, centro universitário, faculdade ou instituição isoladas especializadas em ensino e ou em pesquisa.

Nos anos noventa, a partir do cenário traçado pelo Consenso de Washington, os países periféricos foram pressionados a realizar reformas nas suas estruturas por meio de um processo de desregulamentação na economia, da privatização das empresas produtivas estatais, da abertura de mercados, da reforma dos sistemas de previdência social, saúde e educação, descentralizando-se seus serviços, sob a justificativa de otimizar seus recursos.

As políticas educacionais a partir deste novo contexto mundial de transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas regidas pelo neoliberalismo apresentam uma nova realidade, a redução do papel do Estado ao descentralizar ações para a sociedade, desobrigando-se de manter políticas públicas, especialmente as sociais, repassando essa responsabilidade para as organizações do Terceiro Setor e para as empresas socialmente responsáveis.

Neste contexto é que a Faculdade Salesiana Dom Bosco como instituição sem fins lucrativos, desenvolve seu compromisso social para com a juventude pobre, com a classe popular que busca no ensino superior a oportunidade de qualificação para o mercado de trabalho, a formação do “Honesto cidadão e Bom cristão”. Tem clara sua finalidade educativo-pastoral segundo as características da pedagogia e espiritualidade salesiana.

1.3 A Presença Educativa Salesiana no Ensino Superior Brasileiro.

Giovanni Melchior Bosco nasceu em 16 de Agosto de 1815 numa pequena localidade de nome Castelnuovo D’Asti, no Piemonte – Itália, chamada popularmente de “os Becchi”. Filho caçula de uma família humilde de camponeses ficou órfão de pai aos dois anos, teve em sua mãe Margherita Occhiena, analfabeta, o exemplo de vida cristã e educação que marcou profundamente sua vida.

Terésio Bosco (2002) apresenta a biografia de Dom Bosco e revela fatos interessantes, profundos e belos da infância e da missão do padre santo de Valdocco para conseguir estudar

e concretizar os sonhos num contexto social, político e econômico tão difícil, sobretudo para os jovens provenientes de famílias pobres.

Giovanni Bosco teve uma infância sofrida e somente conseguiu estudar em meio a inumeráveis trabalhos e dificuldades. Mesmo diante de todas as dificuldades, Giovanni Bosco nunca desistiu. Prestou toda a espécie de serviços. Foi costureiro, sapateiro, ferreiro, tipógrafo, carpinteiro e, ainda nos tempos livres, estudava música. O adolescente perambulou pela região, servindo de garçom num café, de aprendiz de alfaiate, de sapateiro, de marceneiro, de ferreiro, tudo com um empenho exímio, e, assim, pode custear os estudos até ser ordenado presbítero em 5 de junho de 1841.

O sonho de Dom Bosco aos nove anos de idade é o ponto de partida para a educação e evangelização dos jovens. Do encontro com o jovem Bartolomeu Garelli, pobre e analfabeto, órfão de pai e mãe, Dom Bosco decide dedicar a sua vida para a educação dos jovens mais desprotegidos. Resolveu criar o primeiro "Oratório Festivo" com um grupo de rapazes pobres, a quem ensinou a ler e a escrever. "Essa é a origem do nosso Oratório, que, abençoado por Deus, teve um desenvolvimento que então eu não podia imaginar" (BOSCO, 1999, p. 108-110).

Na cidade de Turim - Itália do século XIX, no contexto da revolução industrial, Dom Bosco inicia sua vida sacerdotal em favor de muitos adolescentes e jovens pobres do meio rural que migraram para a cidade a procura de emprego e melhores condições de vida para trabalhar nas fábricas e construção civil. Além do catecismo, Dom Bosco dava aulas aos jovens analfabetos, exigia dos patrões que cumprissem os contratos e não maltratassem os meninos, visitava os jovens na prisão e se fazia presente junto aos jovens ociosos nas ruas.

Convicto da importância fundamental da educação da juventude e inflamado de zelo e amor pelos jovens mais pobres e abandonados, procurava a salvação deles em meio às necessidades do seu tempo, marcada por um cenário juvenil ameaçador, quer seja do ponto de vista moral quanto material. Frente a essa triste realidade Dom Bosco advertia que para combater a marginalização e abandono dos jovens é preciso priorizar a educação cristã.

Dom Bosco almejava formar o jovem em sua complexidade, tornando-o protagonista de seu próprio processo educativo. Adquirindo conhecimentos, habilidades, competências e valores que o capacitasse para viver como "Bom Cristão e Honesto Cidadão". Tinha

convicção da importância da educação e da profissionalização na vida dos jovens, sobretudo dos mais pobres. Somente desta forma poderia vencer o círculo da marginalização gerado pela miséria e incluir os jovens e seus familiares na sociedade.

Foi o maior educador prático do século XIX. Conviveu e foi influenciado por vários educadores, sobretudo, franceses e italianos que também optaram pela prática preventiva em seus sistemas educacionais. O Sistema Preventivo já existia antes de Dom Bosco, porém, ele enriqueceu dando uma característica própria ao método, tornando-o desta forma diferente, próprio dos salesianos de Dom Bosco.

Uma experiência educativa desenvolvida por Dom Bosco (1815-1888) e que se atualizou nas obras salesianas espalhadas por diversos países, onde o amor aos jovens mais pobres e abandonados encontrou espaço na proposta pedagógica e pastoral fundamentada no tríplice: Razão, Religião e Amorevollezza.

Segundo o Sistema Preventivo Salesiano (SPS), a primeira preocupação é prevenir o mal através da educação, mas, ao mesmo tempo, ajudar os jovens a reconstruírem a própria identidade pessoal, a revitalizarem os valores que eles não conseguiram desenvolver e elaborar, justamente pela sua situação de marginalização, e a descobrirem razões para viver com sentido, com alegria, com responsabilidade e competência.

Em uma sociedade pluralista como a nossa, existem muitas propostas educativas, o sistema preventivo apresentado por Dom Bosco busca unir autoridade com a liberdade, a disciplina com a familiaridade, a serenidade dos estudos com alegria contagiante que envolve a todos nesse processo de ensino-aprendizagem e de assistência-presença, pontos fortes da pedagogia do amor, herança de Dom Bosco para todos os educadores do nosso tempo.

A obra de Dom Bosco não se limitou a servir aos pobres e necessitados da Europa. Em 1882, o Pe. Luís Lasagna, inspetor salesiano em Montevideu, Uruguai, veio ao Rio de Janeiro, acompanhado pelo seminarista Teodoro Massano procurar um lugar para fundar uma casa salesiana. Significativos foram dois relatórios escritos em 1882, pelo Pe. Luís Lasagna e pelo seminarista Teodoro Massano, na longa viagem exploratória do Rio de Janeiro a Belém da Pará.

O relato de ambos descreve a situação de vulnerabilidade e risco social da infância brasileira abandonada nas ruas, portos e em todos os cantos das cidades. Crianças maltrapilhas

entregue a própria sorte, exploradas pela escravidão do trabalho infantil e debilitadas pela doença da febre amarela, situação parecida com a realidade da Itália que sensibilizou João Bosco a dedicar-se a juventude pobre e marginalizada (AZZI, 1992, p. 107).

Segundo Marcigaglia (1955), a primeira vez que os salesianos vieram ao Brasil foi de passagem para a Argentina, em uma expedição missionária enviada por Dom Bosco em 1875.

A primeira terra americana em que os salesianos pousaram o pé foi o Brasil. Isto aconteceu em 1875, quando a assim chamada “1ª Expedição Missionária”, que Dom Bosco enviou à Argentina, passou pelo Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil. (MARCIGAGLIA, 1955, p.13).

Somente em 10 de julho de 1883, vieram finalmente os Salesianos para o Brasil e foram recebidos “com extraordinária amabilidade” pelo Imperador Dom Pedro II que demonstrava “o maior interesse pelas obras salesianas”, sendo a primeira delas a fundação do Colégio Santa Rosa de Niterói em 1883. (MARCIGAGLIA, 1955, pp.17-19).

Havia um grande trabalho a ser realizado pelos salesianos em terras brasileiras, devido à realidade gritante da juventude abandonada decorrente da Lei do Ventre Livre e das conseqüências da febre amarela. Dom Lasagna percebeu essa realidade e o campo de atuação para os missionários salesianos, por essa razão, toda a ênfase até os primeiros anos da segunda década do século XX foi dedicada à educação da juventude das classes populares e a sua formação profissional.

Fundaram diversas escolas profissionalizantes, com a preocupação de ensinar um ofício aos jovens carentes, para que pudessem ganhar honestamente a própria vida. Ao possibilitar aos jovens pobres a aprendizagem de um ofício ou arte, os salesianos facilitavam sua inserção na sociedade brasileira evitando a marginalização social. Vale lembrar que nesse período histórico do Brasil havia preconceito da população brasileira para com as escolas profissionalizantes devido ao regime escravocrata.

Vencidos os obstáculos a obra salesiana no Brasil firmou-se e cresceu. Em 1885, é criado o Liceu Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo; em 1890, é fundado o Colégio São Joaquim em Lorena, em 1892 foi lançada à pedra fundamental do Liceu Salesiano Nossa

Senhora Auxiliadora de Campinas. Posteriormente, fundaram muitas outras casas, paróquias, seminários e dedicaram-se às missões juntos aos indígenas.

A missão educativa salesiana, até poucas décadas atrás, estava concentrado nos níveis de ensino fundamental e médio, com partícua notoriedade no campo da formação profissional (IUS, 2003a, n. 1). As instituições de educação superior não estavam previstas pela Congregação dos Religiosos Salesianos, no entanto, elas foram surgindo lentamente e hoje se encontram espalhados em vários Estados brasileiros.

A origem da presença salesiana na educação superior tem como marco inicial a Índia, no ano de 1934, em Shillong, Assão, com a fundação do “St. Anthony’s College, a primeira dentre todas as instituições universitárias salesianas a iniciar o caminho da educação superior (IUS 2003a, n. 2).

A Pia Sociedade de São Francisco de Sales ou Congregação Salesiana de Dom Bosco criou uma rede internacional que reuni todas as instituições de ensino superior e do ensino de terceiro grau não universitária, distribuídas em vários países da Europa, Ásia e América sob o nome de Instituições Salesianas de Ensino Superior – IUS.

São dois os documentos de referência para definir e orientar a presença salesiana no Ensino Superior: Identidade das Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS 2003a); e Políticas para a presença salesiana na educação superior (IUS, 2003b).

Hoje, os salesianos de Dom Bosco contam com uma rede de Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS) que ultrapassa a 56 (cinquenta e seis) unidades, em vinte países dos cinco continentes, sendo 12 (doze) delas no Brasil, distribuídas nas cinco regiões do país.

Do ponto de vista do grau acadêmico, as Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS) no Brasil são organizadas em universidades propriamente ditas, centros universitários, faculdades isoladas, escolas técnicas e escolas superiores, com o predomínio das áreas das ciências humanas, das ciências da educação e das áreas técnicas.

A presença salesiana no ensino superior brasileiro consta desde 1939, com a instalação dos primeiros cursos superiores em São Paulo, no Liceu Coração de Jesus sendo transferidos posteriormente para a Pontifícia Universidade Católica – PUC.

Em 1952 foi fundado a Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras, em Lorena, na década de oitenta, foi criado à faculdade salesiana de Campinas. Em 1997 os salesianos solicitaram ao Ministério da Educação – MEC a transformação em universidade, nascendo oficialmente o Centro Universitário Salesiana de São Paulo (UNISAL), com sede em Americana e unidades de ensino em Americana, Campinas, Lorena e São Paulo.

As IUS se definem como instituições de ensino superior, de inspiração cristã, caráter católico e índole salesiana (IUS 2003a, n. 14) e têm como objetivo principal oferecer aos jovens um serviço de formação: científica, profissional, humana e cristã, gerando oportunidades de acesso a tantos que vivem em desvantagem econômica e social.

Como instituições de ensino superior desejam superar qualquer postura elitista, não apenas em relação aos destinatários, mas também na orientação da pesquisa e no desenvolvimento dos diversos serviços universitários: quer dizer, no ensino, na pesquisa e na extensão. Neste sentido, a pesquisa, a docência e os serviços têm como objetivo conhecer melhor a condição juvenil, sobretudo dos setores menos favorecidos para proporcionar-lhes uma transformação positiva; e a educação transmitida procura formar pessoas comprometidas com a causa da justiça e promover na sociedade propostas que incidam nos processos educativos e nas estratégias e políticas juvenis (IUS, 2003a, n. 19).

As Instituições se caracterizam pela opção preferencial pelos jovens provenientes das classes populares e do mundo do trabalho, fazendo-se presente no momento mais decisivo de sua vida que é o discernimento vocacional e o amadurecimento profissional, oferecendo-lhe a contribuição do seu patrimônio educativo e carismático. (IUS, 2003a, N. 17).

Enquanto instituição de educação superior, cada IUS é uma comunidade acadêmica, formada por docentes, estudantes e pessoal administrativo, que promove de modo rigoroso, crítico e propositivo o desenvolvimento da pessoa humana e do patrimônio cultural da sociedade, mediante a pesquisa, a docência, a formação superior e contínua e os diversos serviços oferecidos às comunidades locais, nacionais e internacionais (IUS 2003a, N. 15).

As inspetorias salesianas mantenedoras de cada instituição de educação superior devem assegurar “as condições para uma presença salesiana significativa em nível cultural e científico, educativo e pastoral” (IUS 2003b, n.19). E que sejam implantadas onde exista

maior necessidade social de educação, especialmente para os menos favorecidos econômicos, social ou culturalmente. (IUS 2003b, n.25).

A Inspetora Salesiana Missionária da Amazônia (ISMA), que integra a Pia Sociedade de São Francisco de Sales (Congregação Salesiana de Dom Bosco), está presente nos Estados do Amazonas, Pará e Rondônia. São vinte e cinco filiais, entre missões junto aos indígenas do Alto Rio Negro, oratórios festivos, obras sociais, paróquias, centros de formação religiosa, colégios, faculdade e centro de documentação etnográfica e missionária. As filiais da Inspeção estão localizadas em quatro áreas: Rio Negro, Manaus, Rio Madeira e Belém.

A instituição religiosa é credenciada como associação civil, religiosa, de caráter beneficente, promocional, de assistência social, educacional e cultural. Caracterizada como entidade sem fins lucrativos, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

O certificado CEBAS tem por finalidade disciplinar os processos de inscrição e seleção de candidatas (as) para a concessão de gratuidades em bolsas de estudos e projetos sociais filantrópicos; em cumprimento do disposto no Capítulo II artigos 3 e 4 de seu Estatuto Social, em conformidade com as LEIS 11.096/2005 – PROUNI, Lei nº 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social 8.742/1993, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, Lei nº 10.172/2001 - Plano Nacional de Educação e Lei nº 9.870/1999.

Para possuir o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a entidade beneficente de assistência social no âmbito educacional deverá demonstrar anualmente, a aplicação de pelo menos 20% (vinte por cento) da receita proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, bem como das contribuições operacionais, em gratuidade, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições previdenciárias usufruídas.

A Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB é filial da Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia – ISMA, foi fundada no ano 2000 na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, e credenciada pela portaria 1.166 / 2002 do Ministério da Educação (MEC), é credenciada como uma instituição privada sem fins lucrativos.

A especificidade de ser “sem fins lucrativos” compreende uma gestão que não envolve exploração de atividade mercantil, nem distribuição de lucros ou participação no resultado econômico final entre seus gestores e associados.

A Instituição de Ensino Superior (IES) fundada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, é movida por uma clara finalidade educativo-pastoral, segundo as características da pedagogia e da espiritualidade salesiana (IUS, 2003a n. 24).

A Instituição de Ensino Superior - Faculdade Salesiana Dom Bosco, faz parte de uma rede de Instituições salesianas de ensino superior espalhadas pelo mundo, que tem por princípio a opção preferencial pelos jovens e pessoas em situação de carência socioeconômica.

Inserida no contexto da região amazônica, a identidade da Faculdade Salesiana Dom Bosco se faz refletir em sua organização, em seu planejamento e na sua gestão institucional. Explicita a sua missão, visão e identidade católica e salesiana e a sua intencionalidade educativo-pastoral.

Observadas as finalidades da educação superior, definidas no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI. 2008 - 2012), a Instituição tem ainda por finalidade enriquecer a sociedade com um número crescente de cidadãos comprometidos com a sua transformação estrutural para que se:

- Construa maior igualdade de partilha e de justiça dentro de uma dimensão cristã;
- Busque uma sociedade livre, democrática e participativa;
- Superem as discriminações na construção de uma convivência pluralista.

O artigo 209 da Constituição Federal, diz que “o ensino é livre à iniciativa privada”. Desta forma, a Faculdade Salesiana Dom Bosco é credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) na sua organização como “Faculdade” e na sua categoria como “pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos”.

CAPÍTULO 2

Gestão Educacional de uma Instituição de Ensino Superior sem Fins Lucrativos e a Política de Inclusão Social no Ensino Superior Privado.

Neste capítulo abordaremos a gestão educacional de uma instituição de educação superior definida como “instituição sem fins lucrativos ou de fins filantrópica” e o contexto das políticas educacionais formuladas nas últimas décadas para o ensino superior privado.

Apesar da especificidade da titulação, as instituições de educação superior denominada privada “sem fins lucrativos” ou de “fins filantrópicos” devem observar as normas gerais que regem o ensino superior brasileiro, tanto público como privado, que constam de dois instrumentos legais principais: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996). Além destes instrumentos principais, existe um grande número de Medidas Provisórias, Decretos, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, Conselhos Profissionais e outros órgãos e Portarias Ministeriais que são promulgadas com grande frequência, visando regulamentar e implementar as normas constitucionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Na análise da gestão educacional e da inclusão social no Ensino Superior no contexto brasileiro teremos em vista a concepção de Estado mínimo originário das políticas neoliberal do capitalismo global, que desresponsabiliza o Estado de sua obrigação de prover os serviços sociais à população.

A educação dos países pobres tem sido alvo nas reformas políticas e sociais planejadas e executadas pelo projeto neoliberal. Organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) vêm impondo diretrizes para as políticas de Ensino Superior no Brasil.

O neoliberalismo difunde a idéia de que o bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. Deslocando as questões sociais da esfera estatal para o mercado e a sociedade civil organizada. O que podemos chamar de refilantropização do social.

A respeito desta questão, Soares (2003) esclarece:

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As micro-situações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (Soares 2003, p.12).

No contexto neoliberal, a ação do Estado passa a ser focalizada em programas sociais de combate à extrema pobreza, no controle dos riscos sociais, transferindo a defesa dos direitos sociais ao mercado (2º setor) e à filantropia (3º setor), o que denominamos de “desresponsabilização” do Estado.

O Terceiro Setor surge da atuação ineficiente do Estado, em especial na área social. Desta forma, este setor vem crescendo e se expandindo em várias áreas, objetivando atender a demanda por serviços sociais em que o Estado e os agentes econômicos não têm interesses ou não são capazes de provê-la.

Embora saibamos da importância do Terceiro Setor, somos conscientes de que o Estado é o maior responsável pela promoção do desenvolvimento social. O que não diminui a importância para a sociedade das instituições de terceiro setor atuando como parceiras eficazes na implementação de políticas públicas.

Sguissardi (1998) aponta o caráter fortemente privatista, a diferenciação institucional e a diversificação de fontes de financiamento como proposta apresentada pelo governo brasileiro para a reforma da educação superior no país.

A proposta deste trabalho é abordar de maneira detalhada a política nacional de democratização do acesso ao ensino superior, por meio dos programas de inclusão social implantados na Instituição de educação superior sem fins lucrativos, denominada de Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus / Amazonas.

Embora grande parte da literatura nacional apresente a inclusão na educação como política direcionada às Pessoas com Deficiência - PCD nossa intenção é provocar uma

reflexão a respeito das desigualdades geradas pelo aspecto socioeconômico, como afirma Casassus (2002, p.38) “A desigualdade de renda tem um impacto notório no acesso e na permanência na educação”.

Antes de aprofundarmos sobre as instituições sem fins lucrativos no ensino superior brasileiro, e de modo especial na Faculdade Salesiano Dom Bosco, faz-se de fundamental importância à reflexão sobre a gestão educacional.

Abordaremos a seguir a modalidade de gestão democrática e participativa prevista pela Constituição federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996). Modalidade esta proposta para a Faculdade Salesiana Dom Bosco em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2008-2012).

2.1 Gestão Democrática e Participativa: um paradigma em construção na Educação Superior.

A gestão é de fundamental importância em qualquer tipo de instituição, sejam elas, instituições religiosas sem ou com fins lucrativos, as agências governamentais ou empresas que visam lucros. Portanto, qualquer instituição que deseja realizar sua missão necessita estar munida de instrumentos gerenciais. Segundo Murad (2007) a gestão torna-se o órgão específico e distinto de toda e qualquer organização.

De acordo com Ferreira (2004) no dicionário a palavra gestão significa “o ato de gerir, da gerência, da administração de algo“. Gerir, por sua vez, deriva do latim “*gerere*”, que significa “trazer, produzir, criar, executar, administrar“. Administrar significa “dirigir qualquer instituição, reger com autoridade suprema, governar, ou manter sob controle um grupo, uma situação, a fim de obter o melhor resultado”.

Segundo Lück (2002) a expressão “gestão educacional”, comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes, surge, por conseguinte, em substituição a "administração educacional", para representar um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma

orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo.

A gestão não prescinde nem elimina a administração educacional. Apenas a supera, dando a esta um novo significado, mais abrangente e de caráter potencialmente transformador. Daí porque ações propriamente administrativas continuarem a fazer parte do trabalho dos dirigentes de organizações de ensino como, controle de recursos, de tempo, etc. (LÜCK 2002, p.5).

A reflexão sobre a gestão educacional deverá, ser analisada e entendida a partir do contexto neoliberal das leis de mercado e das Reformas do Estado para os países pobres ditadas por organismos internacionais. É neste contexto político, econômico e social que a instituição de ensino superior se apresentará como instituição social interagindo com a sociedade na construção de um paradigma de gestão que promova a educação de qualidade e a superação de um sistema educacional excludente.

Mas de qual modalidade de gestão educacional estamos nos referindo?

Alguns termos como gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa não se restrinjam especificamente ao campo educacional, no entanto, fazem parte da luta de educadores e instituições educacionais em defesa de um projeto de educação de qualidade e democrática.

Na atualidade uma nova tendência de gestão educacional vem orientando os dirigentes educacionais das instituições de ensino superior que é a gestão democrática e participativa. Uma modalidade de gestão que exige conhecimento da realidade onde a Instituição de Ensino Superior (IES) encontra-se inserida e dos desafios do dia-a-dia.

Desta forma, a gestão educacional é uma tarefa que exige o envolvimento de todos os sujeitos da comunidade educativa. Assim sendo, é possível depreender que “a gestão já pressupõe, em si, a idéia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto” (LÜCK et al., 1999, p. 15).

A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da instituição, por essa razão é fundamental a participação de toda a comunidade educativa nos diferentes

níveis de decisões e competências. A participação deve ser entendida por toda a comunidade educativa como um processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão pelos gestores.

O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. Abrange uma série de concepções: o comprometimento dos gestores, a valorização dos profissionais, a gestão democrática e participativa, o fortalecimento e a modernização da gestão, a racionalização e a produtividade do sistema educacional.

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 206 - incisos I ao VIII estabelece princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

A gestão democrática das instituições educacionais brasileiras está prevista tanto na Constituição Federal de 1988 no Artigo 206, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu artigo 3º, inciso VIII, ao ressaltar que o ensino público será ministrado com base no princípio da gestão democrática.

Apesar da superficialidade com a qual a Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 trata a questão da gestão da educação, ela apresenta a gestão democrática como norte para as instituições de educação no Brasil; apesar de nem todos os atores da comunidade educativa estar preparados para esta modalidade de gestão.

No artigo 3º, inciso VIII, a LDB/1996 apresenta a “gestão democrática do ensino público na forma de lei e da legislação do sistema de ensino” e artigo 56, ficando assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, que contem com a participação dos “segmentos da comunidade institucional, local e regional”. O artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os princípios sobre os quais o ensino deverá ser ministrado, no parágrafo VI, apresenta a gestão democrática do ensino na forma da lei.

Portanto, de acordo com Ferreira e Aguiar (2006) a gestão educacional no Brasil passa a ser entendida como conjunto de ações articuladas em suas distintas esferas, onde a União, Estados e Municípios e a iniciativa privada têm responsabilidades solidárias no cumprimento da educação como direito social. E ainda, que a luta pela universalização e equidade da

educação leva à defesa da gestão democrática, assumindo o direito de escolarização para todos os brasileiros.

Apesar de o termo participação ser amplo e abrangente, ele se constitui no principal meio de assegurar a gestão democrática da instituição de ensino. Faundez (1993, p.32), falando da importância da participação no processo educativo, diz que “a participação é um elemento chave na produção do conhecimento, no estabelecimento das necessidades básicas da comunidade, na busca de soluções e, principalmente, na transformação da realidade”. Nesse sentido, participar com qualidade é democratizar o conhecimento produzido e fazer com que esse conhecimento seja revertido para a melhoria das condições de vida da maioria da população.

De acordo com Pimenta e Anastasiou (2002) os espaços institucionais democraticamente constituídos expressam a diversidade e a pluralidade de pensamentos e a convicção de que o processo educativo de qualidade resulta da participação dos sujeitos nos processos decisórios das instituições de ensino.

A convicção de que os espaços institucionais, democraticamente constituídos, por expressarem e contemplarem a diversidade e a pluralidade de pensamento são espaços legítimos para efetivar essa finalidade; a convicção de que o processo educativo de qualidade resulta da participação dos sujeitos nos processos decisórios, o que se traduz no fortalecimento de práticas colegiadas e na condução dos projetos e das ações educativas na universidade (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 163).

Uma Instituição de Ensino Superior - IES orientada por princípios democráticos e participativos, o processo da gestão acontece de forma descentralizada e coletiva envolvendo todos os atores da comunidade educativa no planejamento, na discussão e solução de problemas, no acompanhamento, controle e avaliação do processo educativo e nos encaminhamentos diversos.

Para Oliveira (2002), o termo gestão democrática da educação significa:

A defesa de mecanismos mais coletivos e participativos de planejamento e administração escolar representa a luta pelo reconhecimento da escola como espaço de política e trabalho, em diferentes interesses podem se confrontar e dialogar em busca de conquistas maiores (OLIVEIRA, 2002, p.136).

Na prática o modelo de gestão democrática e participativa não é tão simples de concretizar. Este modelo se configura em um grande desafio para Instituição de Ensino Superior, porque deverá envolver nas decisões e ações de diferentes complexidades todos os atores da comunidade educativa e, sobretudo, porque consiste em uma filosofia que exige a construção de ações contínuas, permanentes, de qualidades com o envolvimento, a co-responsabilidade de todos.

De acordo com Ferreira e Aguiar (2006) a gestão democrática somente existe mediante uma prática que articule a participação de todos os envolvidos, o desempenho administrativo - pedagógico e o compromisso sócio-político. E acrescenta ainda:

A gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudanças de paradigmas que fundamentam a construção de uma proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente do que hoje é vivenciada. (FERREIRA E AGUIAR, 2006, p.148).

É preciso que as Instituições privadas sem fins lucrativos primem pela qualificação da gestão, pois o cenário do ensino superior brasileiro é caracterizado pela concorrência, pela urgência de preencher vagas ociosas, pela necessidade de recursos financeiros, pelas exigências do MEC e pelas expectativas dos estudantes.

Apesar da finalidade não lucrativa, as instituições privadas filantrópicas necessitam de lucro para reinvestir no próprio negócio. Por essa razão, uma instituição de educação privada independente da finalidade (lucrativa ou não) deve ser gerenciada como um empreendimento.

Os gestores das IES privadas devem buscar um modelo de gestão que possa preocupar-se com a qualidade de ensino e com a sustentabilidade do empreendimento, sem perder a convicção de que a educação não é mercadoria e sim um direito social de todos.

Um dos instrumentos de planejamento e gestão em uma instituição de educação superior é o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Ele constitui-se dos seguintes eixos temáticos: Perfil Institucional, Gestão Institucional, Políticas de Extensão e Pesquisa, Organização Acadêmica, Infra-estrutura, Aspectos Financeiros e Orçamentários e Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional.

Cada um desses eixos identificará a Instituição de Ensino Superior - IES quanto a sua filosofia de trabalho, função social, diretrizes pedagógicas, estrutura organizacional e atividades acadêmicas desenvolvidas e a desenvolver; e em cada qual será apresentada a situação atual e os referenciais que deverão balizar o desenvolvimento da instituição nos próximos cinco anos.

O Ministério da Educação (MEC) ao criar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) - Lei 10.861/2004 definiu o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como um instrumento de planejamento e gestão, um instrumento legal para aferir a qualidade de sua gestão; norteador das decisões e ações institucionais; portanto, o PDI foi instituído pelo SINAES como parte do processo de avaliação institucional.

O PDI abrange um horizonte de, no mínimo, cinco anos de execução e as dimensões mínimas exigidas pelo MEC são: missão, objetivos, metas da instituição em sua área de atuação; projeto pedagógico institucional; organização didática pedagógico; organização administrativa; infra-estrutura física e instalações acadêmicas; demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Na Faculdade Salesiana Dom Bosco o processo de elaboração do PDI envolveu a efetiva participação de todos os segmentos da comunidade educativa e, ainda, representantes da comunidade local.

Em 2007 a Faculdade Salesiana Dom Bosco elaborou o seu novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PID) aprovado pelo MEC para o período 2008-2012, onde define sua missão, sua visão, princípios e valores nos termos seguintes:

1. Missão: Promover o Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana e do Patrimônio Cultural da Sociedade através da Produção e Difusão do Conhecimento e do Compromisso Ético e Político com a Região Amazônica.
2. Visão: Ser referência de Ensino Superior em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas a partir da Pedagogia Salesiana.
3. Princípios e Valores: fundada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, na Instituição destaca-se os seguintes valores:
 - Sentido de pertença que gera co-responsabilidade com a missão institucional;
 - Profissionalismo, caracterizado pela competência e formação contínua;

- Familiaridade, regida pela confiança, diálogo, ética e solidariedade nas relações humanas e sociais;
- Preventividade no planejamento, na execução e na avaliação das ações;
- Atitude de fé cristã, fonte de alegria e de otimismo, em defesa da vida e na construção da cidadania.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2008-2012) apresenta as políticas de gestão da instituição organizada no modelo de gestão participativa, na qual todos os sujeitos da comunidade educativa são convidados ao envolvimento com co-responsabilidade nos processos de planejamento, execução e avaliação das metas e objetivos institucionais.

[...] através de um modelo de gestão participativa, na qual os sujeitos da comunidade educativa são convidados ao envolvimento ativo nos processos de planejamento, execução e avaliação, em vista da consecução das metas e objetivos institucionais. Valoriza, portanto, a participação dos múltiplos setores administrativos e os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, respeitando, contudo, os níveis de responsabilidade. (PDI – 2001-2012, p.31).

A Instituição compreende que as pessoas de um modo geral e a comunidade educativa precisam estar inseridas, e envolvidas no processo de planejamento e gestão da instituição. A IES apresenta algumas iniciativas institucionais para garantir a co-responsabilidade na gestão participativa e democrática da IES, tais como:

1. Apoio aos órgãos colegiados da instituição;
2. Respeito às decisões tomadas pelos órgãos colegiados;
3. Autonomia e credibilidade aos diferentes setores da instituição;
4. Garantia de acesso e de proximidade da equipe de gestores aos diferentes membros e grupos da comunidade acadêmica.
5. Valorização do diálogo, da escuta e das relações interpessoais;
6. Avaliação contínua dos processos administrativos e educativos;
7. Respeito às competências, às atribuições e à autonomia dos gestores;
8. Valorização e apoio às organizações acadêmicas.

(PDI- 2008-2012, p.32).

Para uma melhor compreensão da modalidade de gestão educacional que desenvolve a Faculdade Salesiana Dom Bosco como instituição sem fins lucrativos e da inclusão social

realizada junto à população pobre de Manaus e da região amazônica, precisamos compreender o papel do Terceiro Setor e reconhecer a conceituação do termo sem fins lucrativos no contexto das normas jurídicas e da legislação que rege o Terceiro Setor no Brasil.

A compreensão do conceito e da legislação do Terceiro Setor no Brasil é de fundamental importância para entender a gestão educacional da Faculdade Salesiana Dom Bosco, inserida neste contexto.

2.2 Gestão de uma Instituição de Terceiro Setor no Ensino Superior.

De acordo com Levitt (1973), data de 1601 o surgimento das primeiras legislações, instituída pela Rainha Elizabeth I, para organizar o combate à pobreza com recursos obtidos dos impostos pagos ao Estado. O “Estatuto dos Usos Caritativos” iria influenciar mais tarde os Estados Unidos da América na criação de um setor filantrópico.

Na segunda metade do século XX, espalharam-se pelo mundo milhares de organizações de caráter não governamentais e nem mercantil, com a finalidade de realizar a caridade em prol dos mais necessitados.

Em termos históricos, o Brasil teve na Igreja Católica o berço das instituições assistenciais e filantrópicas que hoje compõe o Terceiro Setor. Até o final da década de oitenta, o trabalho das tradicionais organizações filantrópicas no país eram realizados de forma isolada, assistencialista e sem grandes pretensões transformadoras.

No Brasil os colonizadores não se preocupavam em realizar ações filantrópicas em favor da população pobre, delegando a Igreja católica e as famílias ricas a prestação de assistência social aos pobres, doentes, idosos, abandonados e incapacitados como dever católico para alcançar o perdão dos pecados e a salvação das almas. A ação social no Brasil, durante décadas, consistia em iniciativas caritativas e cristãs.

Com a Constituição Federal de 1988, passam a se organizar como organizações do Terceiro Setor por meio de legislação que regulam suas ações, e da profissionalização dos agentes sociais envolvidos com a gestão das organizações.

Essas organizações são movidas pelo desejo de transformar a sociedade, na criação de uma sociedade mais justa e solidária onde os direitos sociais sejam respeitados. Por essa razão, segundo Hudson (1999) elas são conhecidas também como organizações orientadas por valores e estão cada vez mais cientes da necessidade de monitorar o seu desempenho.

Ainda na concepção de Hudson (1999), a criação de uma visão clara em toda organização de sua missão, dos objetivos e do desenvolvimento do planejamento e estratégias é essencial para a tomada de decisão e para a sobrevivência das organizações sem fins lucrativos.

Para nos ajudar a entender a diferenciação existente entre as organizações do terceiro setor e as atividades estatais / públicas do primeiro setor e as atividades de mercado com finalidade lucrativa conhecida como segundo setor, Hudson (1999) acrescenta que:

O traço comum que une todas essas organizações é que são orientadas por valores: são criadas e mantidas por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam elas mesmas tomarem providências nesse sentido. [...] Ao contrário de organizações do setor privado, não distribuem lucros a seus proprietários e, diferente das organizações do setor público, não estão sujeitas a controle político direto. Essas organizações têm independência para determinar seu próprio futuro. (HUDSON 1999, p.11).

Apesar de essas organizações estarem a algum tempo presentes nos países desenvolvidos como Estados Unidos, Inglaterra, França; segundo Mereghe e Barbosa (2001, p.131), no Brasil a tentativa de regulamentação do referido setor no aspecto legal se deu com o Código Civil de 1916 (Lei 3.071), ano em que “foi formulada pela primeira vez uma lei para regular essas entidades sem fins lucrativos”.

Mas apesar disso o processo de constituição e legislação dessas instituições foi sempre muito confuso e sua fiscalização de forma indevida e sem transparência, por não existir no Brasil um consenso sobre as origens e as qualificações das instituições que a compõem. Somente a partir da Constituição Federal de 1988, que essas instituições tiveram um grande crescimento devido ao foco dado para a garantia dos direitos sociais.

Até a pouco tempo, a ordem sociopolítica compreendia apenas dois setores, o público e o privado, tradicionalmente, bem distintos um do outro. No entanto, surge um novo

conceito, que segundo Montaña (2003) teve procedência nos Estados Unidos, em 1978, pelo banqueiro John D. Rockefeller III, que se denominou de “*Three sector system*”; assim, o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado como primeiro setor, o mercado como segundo setor e a sociedade civil organizada como o terceiro setor.

De forma simplificada, podemos definir o Terceiro Setor como as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, voltadas para a questão de interesse público. As organizações que compõem o Terceiro Setor evidentemente não são novas, o que mudou foi à forma de conceber essas organizações, organizando-as em um setor em se encontra em pleno desenvolvimento em vários países.

A dificuldade encontrada para definir esse segmento da sociedade civil pode ser visualizada na multiplicidade e heterogeneidade das organizações que compõem o universo do Terceiro Setor. Assim, podemos citar como composição do Terceiro Setor: os clubes de futebol, hospitais e universidades privadas, associações, centros comunitários, entidades ambientalistas, associações de bairro, associações de produtores rurais, organizações de defesa de direitos, fundações e institutos empresariais, clubes recreativos e esportivos, organizações não-governamentais, organizações religiosas, partidos políticos e sindicatos, entre outros.

Segundo Montaña (2003) a partir da reforma do Estado, de sua redução na intervenção das questões sociais e a transferência destas atribuições para as organizações do Terceiro Setor, conseqüentemente gerou uma maior participação da sociedade civil em ações que visam diminuir a miséria e que tem por finalidade o fortalecimento da solidariedade e cidadania dos excluídos.

Nesse sentido, promovido pelos governos neoliberais e orientados pelo Consenso de Washington com discurso de que o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, caberá, portanto a sociedade civil organizada dar respostas às demandas sociais de forma eficiência e profissional.

Nas palavras de Montaña (2003) esta denominação constitui uma segmentação do social entre Estado, mercado e sociedade civil, como se o político pertencesse à esfera estatal, o econômico ao mercado e o social remetesse à sociedade civil.

Para Cury (2001) é preciso fazer distinção entre Estado, Empresas e Sociedade Civil quanto aos interesses e fundamentação; no entanto, é preciso aproveitar as potencialidades de cada partícipe na construção de sólidas parcerias na busca pelo bem comum. Parceria é aliança. E alianças precisam ser construídas entre empresas privadas, sociedade civil e o Estado, colocando em prática o regime de colaboração previsto na Constituição para o enfrentamento conjunto dos desafios de um país de tamanha dimensão como é o Brasil.

Não existe no Brasil uma definição legal para as organizações sociais no plano federal. De acordo com Merege e Barbosa (2001), pode-se formular uma definição operacional das organizações do terceiro setor nos termos seguintes:

Organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para as atividades de relevante valor social, que independem de concessão ou permissão do poder público, criadas por iniciativas particulares segundo modelo previsto em lei, reconhecidas, fiscalizadas e fomentadas pelo Estado. (MEREGE e BARBOSA, 2001, p.17).

Para Hudson (1999), nenhuma classificação seria adequada para definir uma entidade ou organização do terceiro setor com precisão, motivo pelo qual adotou as seguintes características:

O seu objetivo deve ser social, portanto, sem visar lucros;
Deve ser independente do Estado, porque o grupo de pessoas que fará parte da administração não tem vínculos com órgãos ou unidades de qualquer esfera governamental;
Deve reinvestir todo o resultado obtido nos próprios serviços que oferece.
(HUDSON 1999, p.8)

Segundo Drucker (1997) o terceiro setor foi o que mais cresceu, mais movimentou recursos, mais gerou empregos, bem como foi o mais lucrativo na economia norte-americana nos últimos vinte anos. Diante do atual crescimento do terceiro setor, a profissionalização do pessoal envolvido nas instituições tornou-se um dos grandes desafios para o desenvolvimento de uma boa gestão, desde o planejamento das atividades, a elaboração e execução dos projetos, a captação de recursos.

Apesar das divergências na origem e conceituação do termo, de uma gestão pouco profissionalizante, da diversificação de instituições e do tamanho do Terceiro Setor no Brasil ser ainda impreciso, existem rumores de que sua participação na economia seja relevante inclusive no mercado de trabalho, empregando uma massa significativa de trabalhadores. Além de outros fatores importantes como as iniciativas voltadas para o desenvolvimento social; pelo aspecto qualitativo, caracterizado pelo idealismo de suas atividades – enquanto participação democrática, pelo exercício de cidadania e responsabilidade social.

O crescimento atual do Terceiro Setor também se deve à política neoliberal e a globalização da economia que produz instabilidade econômica, política e social nos países, pobres, levando a ineficiência do Estado frente à solução das questões sociais, abrindo espaço para a intervenção das organizações que constituem o terceiro setor no país.

O que podemos perceber é que o terceiro setor, conhecido como o setor sem fins lucrativos constitui-se em maior crescimento no século XXI; mais do que as atividades econômicas organizadas. O terceiro setor já tem sido caracterizado como uma área estratégica na economia mundial.

Enfatizando o tema, Drucker (2001) mostra que:

[...] As instituições do terceiro setor são o grande sucesso corporativo nos últimos 50 anos. Elas são essenciais à qualidade de vida, à cidadania e, na verdade, trazem consigo os valores e a tradição da sociedade como um todo. A pressão por um serviço comunitário eficaz só aumentará, conforme a sociedade atravessa um período de acentuada transformação. A partir de uma necessidade de envolvimento pessoal, o número de voluntários também aumentará. A organização do terceiro setor está se tornando rapidamente o novo centro de ação social, de compromisso ativo e de contribuição significativa. [...] O século XXI é um período de mudanças agudas. [...] As organizações do terceiro setor serão ainda mais importantes nas próximas décadas, conforme as necessidades aumentam. [...] (Drucker 2001, p.15)

As instituições do Terceiro Setor possuem um estilo próprio de gestão que vai além das técnicas gerenciais de administração. Os gestores dessas organizações necessitam possuir mais do que qualificação profissional e talento para administração. É preciso ter ideal, uma motivação capaz de levá-los a ter utopia, a sonhar com um mundo melhor, mais humano, justo e solidário. É preciso ter uma visão de mundo, de ser humano compatível com os valores da missão institucional.

As instituições do terceiro setor são tipificadas como pessoa jurídica de caráter privada, sem fins lucrativos ou de fins filantrópicos.

O conceito de Entidade Filantrópica é relativamente antigo e foi consolidado na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. A origem etimológica da palavra filantropia vem do grego “*philos*” (amor) e “*anthropos*” (homem), que segundo o dicionário Aurélio significa “amor à humanidade”, “caridade”. (FERREIRA, 1977, p.221).

A filantropia é identificada, geralmente, como prática de doação de dinheiro ou bens a favor de indivíduos marginalizados socialmente ou de instituições que desenvolvem trabalho social. É uma atividade visando promover o desenvolvimento e a mudança social, sem recorrer à intervenção estatal.

O amor e a caridade ao próximo enquanto prática social nasceu no interior da sociedade civil, referendado por um longo período histórico pela Igreja católica por meio de suas ações junto às famílias pobres no pioneirismo de São Vicente de Paula (1576-1660) e com as crianças e idosos abandonados nos orfanatos e asilos e junto aos doentes nas Santas Casas de Misericórdia; o que leva Sposati (2006, p. 75) afirmar que “o termo filantropia é também uma laicização da concepção católica de caridade [...]”.

Segundo Sposati (2006) a Constituição de 1891 não fez nenhuma referência às entidades beneficentes ou filantrópicas no atendimento aos pobres. Foi apenas com a Constituição Federal de 1934, Título IV – Da ordem Econômica e Social no artigo 115 “se deve possibilitar a todos, a existência digna” e do artigo 138 que afirma ser de competência da União, Estados e Municípios “assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais”.

O governo de Getúlio Vargas cria em 1938 o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), pelo Decreto Lei n. 525, órgão estatal que atribui parecer quanto à concessão do título de Entidade Beneficente de Assistência Social para entidades sem fins lucrativos, além da concessão de recursos públicos através de subvenções.

Esse conselho foi reformulado em 1943 por meio do Decreto Lei n. 5697 para centralizar e fiscalizar as obras sociais públicas e privadas. Em 1993 o CNSS é extinto, sendo substituído pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, órgão paritário na

composição entre o governo e a sociedade civil. No entanto, foi apenas com a Carta Constitucional de 1988 que a Assistência Social configurou-se como política pública integrando o tripé da Seguridade Social junto das políticas de saúde e previdência.

Segundo a Lei nº. 8.742 de 1993 compete ao Conselho Nacional de Assistência Social, conforme artigo 18:

IV – conceder atestado de registro e certificado de entidade de fins filantrópicos, na forma do regulamento a ser fixado, observado o disposto no art. 9º desta Lei;
Art. 36. As entidades e organizações de assistência social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos terão cancelado seu registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sem prejuízo de ações cíveis e penais.

Sob o aspecto legal a gênese da legislação sobre instituições de fins filantrópico, remota a Lei nº. 3.577 de 04 de julho de 1959 que isentava da cota patronal da contribuição previdenciária prevista no Artigo 1º “a isenção da taxa de contribuição de previdência aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, as entidades de fins filantrópicos, reconhecidas como de utilidade pública, cujos membros de suas diretorias não percebiam remuneração”.

Nessa época surgiram os certificados de fins filantrópicos, que tinham prazos indeterminados de validade. Dezoito anos mais tarde, o Decreto Lei nº 1572 de 1 de setembro de 1977 revogou a isenção, protegendo apenas as IES que receberam o certificado entre 1959 e 1977. Até o Decreto nº 752, de 16 de fevereiro de 1993, no artigo 2º inciso IV, reitera as isenções para instituição beneficente de assistência social, educacional ou de saúde sem fins lucrativos, postulando a obrigatoriedade destas entidades a aplicarem a gratuidade de atendimento no percentual mínimo de 20% de sua renda bruta. Hoje, a matéria está disciplinada no Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

No texto constitucional de 1988, as entidades filantrópicas são destinatárias das seguintes referências: no artigo 195 § 7º são isentas da contribuição para a seguridade social, as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências fixadas em lei; o artigo 213 o ensino é livre à iniciativa privada; recursos públicos destinam-se a escolas públicas, podendo ser dirigidos as escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, definidos em lei, que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes

financeiros em educação; o artigo 150 veda-se instituir imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Em 1995, com a reforma do aparelho administrativo do Estado, iniciou-se uma nova fase da história das entidades sem fins lucrativos no Brasil. Concomitantemente a discussão da reforma do Estado, o governo brasileiro passa a avaliar a atuação dos atores do terceiro setor e propõe reforma da legislação que regulam as instituições privadas sem fins lucrativos que atuam em benefício do público.

Desenvolveu-se nos últimos anos no Brasil, uma legislação que tem ajudado a definir e regulamentar entidades privadas com “interesse público”, “não governamental”, “sem fins lucrativos”, como justificativa para a atuação do processo neoliberal de desresponsabilização do Estado no trato das questões sociais. Por fins não – lucrativos, entende-se aqueles cuja realização não envolva exploração de atividade mercantil, nem distribuição de lucros ou participação no resultado econômico final da entidade.

Segundo Szazi (2003) as entidades filantrópicas situam-se no campo dos agentes não governamentais com o encargo de substituir o Estado no atendimento da educação, saúde e assistência social. No Brasil, a maioria das instituições religiosas de educação são também entidades de assistência social e, conseqüentemente, filantrópicas, pois a preocupação com o próximo nessas instituições deve-se reconhecer, é mais antiga do que no próprio Estado.

Essas organizações do terceiro setor recebem várias qualificações, tais como: pessoas jurídicas de direito privado, entidades beneficentes de assistência social, entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos, instituições sem fins lucrativos, escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas com finalidade não lucrativa, entidades beneficentes sem a preocupação de se adotar uma padronização.

Nesta pesquisa iremos utilizar a qualificação de instituição sem fins lucrativos que é a mesma que entidade sem fins lucrativos ou filantrópica.

Por fim, apresentaremos a nova lei que regulamenta as organizações sem fins lucrativos no Brasil do século XXI - a Lei n. 12.101 de 27 de novembro de 2009, conhecida com a Lei da filantropia.

A regulamentação da nova lei traz mudanças importantes quanto ao funcionamento das instituições de saúde, educação e assistência social, tendo em vista que por mais de uma década observaram as normas dispostas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no Decreto n. 2536 de 1998 e nas resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, conhecida com a nova Lei da Filantropia, regulamentada pelo Decreto 7.237 de 2010, alterou de forma significativa a legislação anterior, especialmente quanto ao procedimento de requisição e concessão da certificação de entidades beneficentes de assistência social. Reorganizou as competências para análise e julgamento dos pedidos de concessão e renovação de certificação: Ministério da Saúde para as entidades da área da saúde; Ministério da Educação para as entidades da área de educação; e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para as entidades de assistência social.

Para as organizações da área da educação, a lei exige a aplicação de pelo menos 20% da receita anual em gratuidade, por meio da concessão de bolsas de estudos. As que atuam na área da Educação deverão atender aos critérios do PROUNI, bem como observar o Plano Nacional de Educação (PNE).

A Constituição Federal, nos artigos 145 a 156 dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional prevendo a competência dos sujeitos ativos para criar, modificar e extinguir tributos. Ademais, a Constituição Federal, em seu artigo 46, II, dispõe que outras espécies normativas, como lei complementar, podem estabelecer restrições ao poder de tributar.

No campo tributário, as instituições do Terceiro Setor podem ser divididas em dois campos: as imunes e as que somente podem gozar de isenções. A imunidade é concedida pela Constituição Federal, com base no Artigo 150, Inciso VI - Alínea c. enquanto a isenção é concedida pelas leis ordinárias, e também por lei, pode ser revogada. A isenção é um favor legal.

Assim, a constituição Federal garante as instituições filantrópicas, a imunidade porque são organizações que auxiliam o Estado na prestação de serviços sociais e educacionais de

obrigatoriedade pública. Portanto, é de suma importância que as instituições do Terceiro Setor conheçam a diferença entre imunidade e isenção para que possam lutar pelos seus direitos.

De acordo com Amaro (2003, p. 150) a diferença básica entre imunidade e isenção “está em que a primeira atua no plano da definição da competência, e a segunda opera no plano do exercício da competência”.

Imunidade é a renúncia fiscal ou vedação de cobrança de tributo estabelecida na Constituição Federal, ou seja, ainda que o termo utilizado na Constituição seja isenção, como é o caso de contribuições para a previdência social no artigo 195, § 7º, na verdade se trata de imunidade.

A imunidade em questão encontra fundamento no caráter de interesse público das atividades de educação e assistência social executadas por instituições sem finalidade lucrativa, conforme artigo 150, Inciso VI, Alínea c. Por essa razão, a norma contemplada pelo § 7º do art. 197 da Carta da República diz respeito à imunidade.

Já a Isenção é um benefício concedido, mediante lei, para afastar a tributação que seria exigida do sujeito passivo. A isenção é um favor legal que caracteriza a dispensa de pagamento de tributo devido. Em outras palavras, a autoridade legislativa desobriga o sujeito passivo da obrigação tributária de pagar o tributo. O Estado pode, ou não, cobrar o tributo em um determinado período, ou não fazê-lo em outro, diferentemente da imunidade, que é teoricamente inexaurível, só podendo ser revogada ou alterada por meio de processo de Emenda à Constituição.

Desde a Constituição Federal de 1946, em seu artigo 31, Inciso V, Alínea b, previa a imunidade das instituições de educação e assistência social, porém, restrita somente aos bens adquiridos e serviços prestados. Exigindo das instituições beneficiadas somente a aplicação de sua renda integralmente no país.

Já na Constituição da República de 1988, foi mantida a previsão do direito de imunidade tributária das instituições de educação e assistência social em seu Artigo 150, Inciso VI, “c”, todavia, o texto constitucional passou a prever expressamente a necessidade de ausência de finalidade lucrativa de tais instituições para o gozo da imunidade tributária.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI – instituir impostos sobre:

- a) patrimônio, renda, ou serviços, uns dos outros;
- b) templos de qualquer culto;
- c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

As imunidades tratadas no art. 150 da Constituição da República referem-se exclusivamente aos impostos. No entanto, a Constituição prevê também a hipótese da imunidade para contribuições para a seguridade social, conforme dispõe o art. 195, §7º, da Constituição, que determina:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

[...] § 7.º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam as exigências previstas em lei.

De acordo com a Lei 9.532 de 10 de dezembro de 1997, considera instituição em fins lucrativos aquelas que não apresentem superávit em suas contas e que destine o resultado de determinado exercício, integralmente, na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Para o gozo da imunidade, as instituições citadas nos artigos 150 e 197 estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos, de acordo com a Lei 9.532 de 10 de dezembro de 1997, artigo 12 § 2:

- a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

- f) Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g) Assegurar à destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- h) Outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Portanto, a instituição Faculdade Salesiana Dom Bosco possui a imunidade tributária, porque sua mantenedora – Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia (ISMA) é reconhecida como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, possuidora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, fornecido pelo governo federal por meio do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

A gestão educacional de uma instituição de ensino superior, de caráter privada e sem fins lucrativos envolve questões complexas, que exige de seus gestores conhecimentos na área do Terceiro Setor para enfrentar com profissionalismo a concorrência dentro do setor privado.

As instituições sem fins lucrativos, assim como as de finalidade lucrativa, são igualmente pessoas jurídicas, de direito privado, com CNPJ, registros em órgãos públicos, patrimônio próprio, com direitos e obrigações.

O que diferencia as instituições sem fins lucrativos das instituições privadas comerciais é o objetivo assistencial a que se propõe. A prestação de serviços educacionais é assumida como missão primordial pela organização, assim como, não auferir lucros e o enriquecimento dos associados.

A cobrança das mensalidades e taxas servirá para custear as despesas operacionais da própria instituição, tais como: recursos humanos, equipamentos, manutenção dos prédios, entre outras despesas.

De acordo com Lima e Pereira (2004).

A principal fonte de recursos é a mensalidade escolar paga por seus alunos. Essas instituições, apesar de serem sem fins lucrativos, sofrem concorrência tanto na obtenção de recursos quanto na colocação de seus produtos e serviços a seus clientes, e precisam assegurar a sua continuidade para alcançar seus objetivos. (Lima e Pereira, 2004, p. 37).

Outra questão também importante a ser observada pelos gestores são as muitas exigências legais e contábeis desse modelo societário, levando a instituição a ficar mais suscetível à fiscalização do poder público e da sociedade civil. Desta forma, acaba por inviabilizar profissionalmente essa modalidade de prestação de serviço educacional, quando a gestão não possui qualificação profissional na área.

Em relação às instituições particulares com finalidade lucrativa, até a poucos anos atrás, as muitas exigências burocrática do Ministério da Educação e o privilégio constitucional das Instituições de Ensino Superior sem fins lucrativos em usufruir da imunidade tributária, desaminava o setor empresarial em investir na educação superior.

Esse quadro sofreu alteração a partir da década de noventa, quando o Brasil passa a executar políticas públicas de incentivo à mercantilização do setor educacional, por meio do Programa Universidade para Todos, que proporciona ao setor privado com fins econômicos isenções de tributos em troca de vagas no ensino superior para demandas consideradas socioeconomicamente carentes da sociedade brasileira.

Existem muitas polêmicas em torno das políticas e dos programas de democratização e universalização do acesso a educação superior no Brasil. É de grande complexidade discutir a política de democratização do acesso do ensino superior e o grande entrave está no repasse de recursos públicos, por meio da imunidade e da isenção tributária às instituições privadas com e sem fins lucrativos em troca de vagas.

Neste trabalho iremos abordar a política executada pelo governo brasileiro em parceria com as instituições de ensino superior privada visando à democratização do acesso a educação superior, de modo particular a política da troca de isenções e imunidades tributárias por vagas nas instituições com e sem fins lucrativos, por meio da concessão de bolsas de estudo a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nos últimos anos a discussão sobre inclusão social tomou conta do Ensino Superior brasileiro. Na educação superior a palavra inclusão significa a execução de políticas capazes de fazer com que grupos menos favorecidos da sociedade brasileira tenham acesso ao ensino superior, como os estudantes provenientes da rede pública, as pessoas de baixa renda ou mesmo de raça como é o caso da cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Neste trabalho, quando falamos em inclusão na educação, não nos referimos exclusivamente às pessoas com deficiência (PCD), embora grande parte da literatura nacional apresente a educação inclusiva como educação voltada às pessoas com deficiência.

A inclusão é para todas as pessoas que se encontram à margem do sistema educacional, independente da idade, gênero, etnia, condição econômica e social, condição física ou mental. Em que pese à complexidade do tema, optamos por tratar a inclusão social na educação pelo prisma do aspecto social e econômico, que não deixa de abranger a demanda atendida nas políticas afirmativas de cotas e na educação inclusiva.

A situação torna-se de dupla exclusão quando o negro, o indígena e o deficiente são também pobres, com baixa escolaridade e com pouca ou nenhuma qualificação profissional, sem recursos materiais e econômicos para sobreviver dignamente, sem as mínimas condições de ingressar e permanecer numa instituição de educação superior.

2.3 A Inclusão Social como política pública de Democratização do acesso ao Ensino Superior.

Constatamos na análise histórica da educação superior no Brasil que o sistema nacional de educação superior ainda não está acessível às camadas populares no Brasil.

Desde o seu advento que a educação superior no país esteve voltada para os filhos das famílias da elite social e econômica, que possuía condições econômicas para arcar com os altos custos desta formação e podia enviar os jovens para a Europa, especialmente para Coimbra em Portugal.

Os jovens oriundos de famílias pobres somente conseguiam frequentar os cursos do ensino superior mediante o ingresso na vida religiosa ou com o apoio da Igreja. Apesar do surgimento das universidades públicas e gratuitas, o acesso à educação superior continua privilégio de uma pequena parcela da população.

Com a expansão do capitalismo industrial e posteriormente neoliberal, houve a necessidade de ampliar o acesso do ensino superior às camadas populares, aos mais carentes com a finalidade de garantir a formação de mão de obra qualificada ao mercado de trabalho e apta a “aprender a aprender”, desenvolvendo novas competências exigidas para a vida na sociedade contemporânea, cabendo a educação o papel estratégico de promover o desenvolvimento das novas capacidades requeridas do trabalhador.

Neste sentido, a partir dos anos noventa, insere-se no quadro das políticas públicas de educação superior a discussão sobre a implantação das propostas de acesso dos jovens das camadas populares ao ensino superior no país. É evidente que não basta ampliar o acesso à educação, é preciso garantir a permanência e a qualidade da educação para todos.

O discurso do governo federal de justiça social e de inclusão das camadas sociais menos favorecidas, cujo principal indicador é o baixo percentual de alunos com idade entre 18 e 24 anos freqüentando o ensino superior, passa pela reforma educacional, que segundo Saviani (1998), é concretizada através da Lei de Diretrizes e Base para Educação Nacional (LDB/1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE/2001), apresentadas numa perspectiva de dar forma às políticas neoliberais caracterizadas principalmente pela privatização.

Destaca também a importância e urgência de promover a inclusão educacional como elemento formador de nacionalidade, da elevação da escolaridade e da construção da cidadania plena dos brasileiros.

O MEC tem o princípio da inclusão como norteador das políticas públicas. Nesta perspectiva entendemos as instituições de ensino devem acolher os estudantes independentes de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. A inclusão na educação representa a possibilidade de combater a exclusão e responder as especificidades dos estudantes.

A Universalização do acesso ao ensino superior é um tema emergente, complexo e de fundamental importância no cenário mundial e nacional de rápidas mudanças do mundo do trabalho, do processo de mundialização do capital, das alterações no papel do Estado em relação a sua responsabilidade no trato das questões sociais desde os anos de oitenta e na construção da chamada sociedade do conhecimento.

A inclusão social na educação superior perpassa a realidade de indivíduos afro-descendentes, indígenas, pessoas deficientes em situação de carência sócio-econômica. Vamos priorizar a inclusão no ensino superior destacando o aspecto sócio-econômico da demanda educacional. Nossa intenção é provocar uma reflexão a respeito das desigualdades geradas pelo aspecto sócio-econômico, como afirma Casassus (2002, p.38). “A desigualdade de renda tem um impacto notório no acesso e na permanência da educação”.

Com o propósito de dar uma resposta a essa realidade, o MEC no ano de 2003 desencadeou o processo de Reforma da Educação Superior, visando: democratizar o acesso ao ensino superior; inserir a universidade no projeto de desenvolvimento nacional; refinanciar a universidade pública; transformar a universidade pública em referência para toda a educação superior; estabelecer nova regulação entre o sistema público e privado.

A ação desenvolvida pelo governo federal visando concretizar a política pública da inclusão social no ensino superior brasileiro acontece por meio de programas como: PROUNI (Programa Universidade para Todos), INCLUIR (Igualdade de Oportunidade e direito à universidade), FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), UNIAFRO (Programa de Ações Afirmativas nas Instituições Públicas de Educação Superior), PROLIND (Programa de Formação superior e Licenciatura para Indígenas), UAB (Programa Universidade Aberta do Brasil), REUNI (Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e pode ser referenciada como exemplo de ações destinadas a democratização do acesso e da permanência de uma parcela da população brasileira que por longos anos estiveram excluídos dos direitos civis, políticos, sociais e educacionais.

Na rede pública, o Governo Federal publicou em 24 de abril de 2007, o Decreto nº. 6.096 que institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades públicas federais.

De acordo com o MEC (2007) o REUNI é reconhecido como o principal projeto do para a educação pública. A missão do programa é a elevação gradual da taxa de conclusão

média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento (90%); além da finalidade de dobrar o número de estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior.

São diretrizes gerais do Programa REUNI (Artigo 2º): redução das taxas de evasão; ocupação das vagas ociosas; aumento de vagas de ingresso especialmente no período noturno; ampliação da mobilidade estudantil; revisão da estrutura acadêmica; diversificação das modalidades de graduação; ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil; articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Outra ação da política nacional de inclusão social no ensino superior voltada para as universidades públicas consiste em ocupar no período noturno o campus das universidades públicas com curso de graduação é com certeza uma oportunidade de oferecer educação superior gratuita aos jovens pertencentes às camadas sociais mais empobrecidas, que estão impossibilitados de freqüentar cursos diurnos, devido à necessidade de trabalhar para contribuir com o orçamento familiar. Algumas instituições públicas temem a perda da qualidade da educação oferecida e resistem à proposta.

O ensino noturno se transformou em instrumento de inclusão social, pois nele o jovem busca sua formação profissional, enquanto o trabalho remunerado, durante o dia, oferece-lhe subsídios financeiros para sua sobrevivência pessoal e familiar e para viabilizar os custos financeiros com os estudos.

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, as Universidades federais, já vêm desenvolvendo uma série de estratégias no sentido de ampliar o acesso e garantir à permanência na universidade de uma parcela significativa de estudantes oriundos das classes populares, além de ações como residências, restaurantes universitários, bolsa de apoio, atendimento médico, psicológico e odontológico, atendimento às demandas de estudantes com necessidades especiais e conseqüentemente adequação física e tecnológica do campus. No entanto, isso ainda é pouco diante dos obstáculos que se impõe aos estudantes brasileiros no caminho rumo à universidade pública.

Enquanto o Reuni é considerado o principal projeto do governo para a ampliação de vagas nas instituições de ensino superior públicas, o PROUNI - Programa Universidade para

Todos - Lei n. 11.096/2005, foi anunciado pelo governo como carro-chefe na democratização da educação superior brasileira junta às instituições de ensino superior privado.

Os programas mais importantes do governo brasileiro para democratizar o acesso ao ensino superior utilizando as vagas das instituições privadas são o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Ambos estão contemplados na ação do governo em possibilitar que estudantes das classes populares ingressem no ensino superior privado. Além dessas ações existem outras medidas como programas de cotas e programas pré-vestibulares gratuitos, “que priorizam a inserção de grupos minoritários com histórico de exclusão (étnicos, raciais, sexuais, entre outros)” (GUARNIERI e MELO SILVA, 2007, p.70).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) criado pela Medida Provisória nº. 213 de 13.05.2004 e institucionalizado pela Lei nº. 11.096, em 13 de janeiro de 2005, consiste numa modalidade de parceria pública privada que repassa recursos públicos às instituições particulares com e sem fins lucrativos.

A adesão da Instituição de Ensino Superior (IES) ao PROUNI permite a isenção de recolhimento de impostos e tributos incidentes sobre as receitas provenientes das atividades desenvolvidas na educação superior (CORBUCCI, 2004, p. 694).

A Lei nº. 11.096 de 2005 institui o PROUNI e também regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social na área do ensino superior privado sem fins lucrativos.

A Lei nº. 12.101 de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e sobre os procedimentos de isenção e imunidade tributária concedida as Instituições certificadas com o título de fins filantrópicos, ou seja, que não visam finalidade lucrativa em sua atuação.

As referidas leis apresentam as categorias: Saúde, Educação e Assistência Social como modalidade de prestação de serviços e de acordo com as respectivas áreas de atuação deverão prestar contas aos respectivos ministérios.

Na área da educação afirma que o percentual a ser comprovado como filantropia pelas instituições de ensino é de 20% sobre a receita anual e que se tratando da educação superior deverá ser exclusivamente aplicado na concessão de bolsas de estudos a estudantes carentes.

Os programas de acesso ao ensino superior inserem-se no âmbito das políticas inclusivas, focalizadas, afirmativas e compensatórias. Estas políticas foram criadas objetivando corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências de políticas universalistas de educação superior.

Os programas criados pelo governo como inclusão educacional no ensino superior, na fala de Curry (2005), é uma forma clássica de se fazer justiça tratando desigualmente os desiguais, como uma ação reparatória que na atualidade visam:

[...] corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Com isso se pretende equilibrar uma situação em que a balança sempre tendeu a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, conjugando assim ao mesmo tempo, por justiça, os princípios de igualdade com o de equidade (CURRY, 2005, p.24).

A situação de pobreza material e de sub-cidadania da população socioeconomicamente desfavorecida da sociedade, agravada pela falta de informação, de capital cultural além dos preconceitos e da discriminação são empecilhos enfrentados pelos estudantes da camada popular, os mais pobres no acesso e permanência no ensino superior.

Para muitos destes estudantes ingressarem no ensino superior e conseguir concluir o curso escolhido consiste numa luta diária para conciliar a sobrevivência pessoal e familiar com as despesas acadêmicas. Estudar passa a ser o passaporte para uma vida com mais qualidade e conforto para si e para os seus familiares. Essa utopia de uma vida melhor é que fortalece o estudante pobre para gastar o pouco que possui financeiramente no pagamento das despesas durante sua formação acadêmica, seja numa instituição pública ou particular.

É errôneo pensar que o estudante pobre matriculado em uma instituição pública gratuita não possui dificuldades financeiras capazes de inviabilizar a permanência e a conclusão da formação acadêmica. Muitos estudantes acabam trancando matrículas e até desistindo nas instituições públicas devido à situação socioeconômica pessoal e familiar.

A luta pela inclusão no ensino superior é uma causa justa e necessária, no entanto, não podemos considerar como inclusão educacional apenas o simples ingresso em uma instituição de ensino superior.

Os diversos programas criados pelo governo federal facilitaram o acesso de estudantes pobres no ensino superior público e privado; faz-se necessário a existência de políticas públicas que assegurem a permanência do estudante no sistema educacional de ensino superior e que lhe garanta uma educação com qualidade indiferente de estar cursando o ensino superior na rede pública ou privada.

Neste sentido, estamos falando de políticas públicas necessárias e urgentes em vários setores da vida do povo brasileiro, na construção de direitos sociais, civis, políticos, educacionais que capacite a população para a conquista de qualidade de vida.

Outra questão importante nesse debate sobre a política pública de democratização e universalização do ensino superior, e que é considerada geradora de muitas polêmicas, sobretudo, com os defensores da educação superior pública, é a mercantilização do ensino superior com o surgimento de instituições de educação particulares com fins lucrativos, participando dos programas de inclusão social do governo e recebendo incentivos fiscais; portanto recursos públicos, como é o caso do PROUNI. Deste fato, decorrem as conclusões e as preocupações de que a educação está deixando de ser um bem público e se tornando um negócio lucrativo num mercado em constante expansão.

É interessante perceber que não existe a mesma preocupação em relação à educação básica. Poucas são as discussões a respeito da mercantilização do ensino básico particular e da desresponsabilização do poder público em relação à educação com qualidade nas escolas da rede pública. Será porque uma parcela economicamente favorecida de nossa sociedade tem seus filhos matriculados nas melhores escolas privadas, recebendo uma formação que os capacita para serem aprovados nos vestibulares das universidades públicas e agora também, no concorrido Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que além de abrir as portas das instituições privadas através do programa PROUNI com bolsas de estudo, está possibilitando o ingresso nas instituições de educação superior públicas.

No Brasil, a elite cursa a educação básica em instituições particulares, preparando-se para as universidades públicas e gratuitas, enquanto, os pobres estudam em escolas básicas públicas e gratuitas e ingressam no ensino superior privado, permanecendo matriculados enquanto conseguem pagar as mensalidades ou até serem beneficiados com os programas de inclusão social, por meio da concessão de bolsas de estudos ou financiamentos estudantis.

A intenção deste estudo não é esgotar a discussão sobre a inclusão educacional no ensino superior brasileiro, uma vez que este tema é ainda algo novo e polêmico no contexto educacional. O nosso interesse é despertar na comunidade educativa, em todos os educadores e, sobretudo na população brasileira o debate sobre essa questão que perpassa a realidade do ensino superior no Brasil.

Vamos delimitar esta pesquisa no estudo da inclusão social executada em uma instituição de ensino superior (IES) privada e sem fins lucrativos de nome Faculdade Salesiana Dom Bosco situada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, que por meio da adesão ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e do Programa de concessão de bolsas de estudos da própria IES (que chamaremos de Bolsa Gratuidade) constituem a filantropia da Faculdade Salesiana Dom Bosco.

A política de inclusão social implementada pela Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus, constitui-se num instrumento que vem auxiliar no processo de acesso e democratização do ensino superior aos estudantes oriundos das camadas populares que não dispõe de recursos financeiros para arcar com os custos das mensalidades na instituição e que por essa razão, são os beneficiários das bolsas de estudos da instituição.

2.4 A Faculdade Salesiana Dom Bosco como agente de Inclusão Social no Ensino Superior Privado.

O relato da infância e juventude de João Bosco se assemelha a de muitos jovens que procuram as instituições de ensino salesianas, espalhadas pelo Brasil e pelo mundo, no contexto pós-moderno de uma sociedade globalizada e neoliberal, onde o ser humano tem pouco valor e a educação se tornou mercadoria, vendida a quem pode pagar por ela.

Hoje, como na época de João Bosco para o jovem de família pobre conseguir acesso e permanência em uma instituição de ensino que o qualifique para o exercício da sonhada profissão, faz-se necessário muita luta, determinação e principalmente recurso financeiro pessoal e familiar.

No atual contexto mundial e nacional de uma economia neoliberal e globalizada a educação de qualidade é mercadoria que poucos podem adquirir. Acolher e educar jovens e adultos provenientes das camadas populares, em situação de carência socioeconômica devido aos baixos salários ou da privação de um trabalho, consiste na atualidade um grande desafio para as Instituições salesianas que se dedicam ao ensino superior.

Como participar do sonho de milhares de pobres que buscam nas IUS a esperança de formação humana e qualificação profissional? Como priorizar o atendimento aos pobres em nossas instituições sem colocar em risco a sobrevivência financeira das mesmas? O que significa ser uma instituição de ensino superior privada sem fins lucrativos num contexto de mercantilização da educação?

Estas e outras perguntas norteiam a missão da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus no Estado do Amazonas.

Dom Bosco nos deixa uma orientação de como proceder com discernimento cristão e com conhecimento profissional nas instituições de educação salesianas em relação a esse polêmico assunto.

Em linha de máxima, Dom Bosco achava que toda educação deveria ser paga. Dizia ele não ser justo que aproveitasse da beneficência feita ao Oratório aquele cuja família pudesse pagar, nem que fosse em parte, a sua educação. Por isso, mesmo que se tratasse de uma soma simbólica, para ter o menino interno na casa salesiana, a família deveria pagá-la. Era uma forma de valorizar a educação ministrada e a pessoa do educando. Nos casos, porém, que nem isso era possível, Dom Bosco admitia gratuitamente os alunos. São vários os casos de alunos que não puderam mais pagar a pensão no Oratório, e que, recorrendo a Dom Bosco, conseguiram prosseguir seus estudos gratuitamente (Revista de Ciência da Educação, 2003, Ano 05, nº 09, p.116).

Podemos interpretar essa postura de Dom Bosco como a partilha de bens entre as famílias assistidas, de tal forma que quem possuía mais recursos financeiros contribuía mais e quem estava à margem era assistido por todos. Continuamos realizando hoje essa partilha quando em nossas instituições de educação pagam pelos serviços quem possui recursos financeiros e recebe assistência educacional os que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Essa consciência cristã e profissional garante ao mesmo tempo a sustentabilidade da instituição de educação sem perder a característica de solidariedade para com os mais pobres.

O que deve nortear essa política de atendimento é o carisma herdado de Dom Bosco e a consciência de cada educador salesiano de que temos uma grande missão. Para nos orientar nessa missão de educação e evangelização, vamos utilizar o documento sobre a Identidade das Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS), que nos ajuda a definir “o que” são as IUS e “a quem” se destinam.

As Instituições de ensino superior salesianas situadas no Brasil, são credenciadas como Instituições privadas sem fins lucrativos, de acordo com a tipologia de instituições classificadas junto ao MEC. Por essa razão, de acordo com a Lei nº. 12.101 de 27 de novembro de 2009 devem destinar um percentual de 20% de sua receita anual na concessão de bolsas de estudos a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Desta forma as IUS se fazem presentes no momento mais decisivo da vida dos jovens que é o discernimento vocacional e o amadurecimento profissional, oferecendo-lhe a contribuição do seu patrimônio educativo e carismático. (IUS, 2003a, n. 17).

Acolher e proporcionar aos jovens em situação de vulnerabilidade social a gratuidade parcial ou integral é com certeza uma política salesiana de inclusão social na educação superior.

Nessa discussão sobre a inclusão social na educação superior alguns fatores são importantes como: a qualidade do ensino nas instituições privadas, a educação superior gratuita e de qualidade para todos os brasileiros, a educação superior como direito social da população, a gestão participativa e democrática nas instituições de ensino superior; o estudante ser considerado como cidadão.

Nas palavras do sociólogo francês Morin (2004) a educação deve contribuir para a autoformação da pessoa, ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver e ensinar como se tornar cidadão. Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos e deveres.

Deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como tornar-se cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria, o que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional. MORIN (2004, p.65).

Como instituição de ensino superior particular e sem fins lucrativos, a Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus/Amazonas prima pela qualidade dos serviços educacionais oferecidos a população onde se encontram inseridas, contribuindo desta forma para a concretização da política pública de acesso e universalização da educação superior.

Apesar da característica de instituição privada e de dependermos das mensalidades de nossos alunos para a auto-sustentação da instituição, o que diferencia a instituição salesiana das demais instituições privadas é a identidade institucional, a missão, a visão e os valores que norteiam a criação e funcionamento de uma Instituição de Educação Superior Salesiana.

A presença salesiana na educação superior se justifica como uma forma alternativa de intervenção na formação humana e profissional de jovens e adultos no contexto de uma sociedade pós-moderna, neoliberal e excludente. A ótica salesiana sobre a educação superior privada supera a concepção de mercado e de cliente que caracterizam algumas das iniciativas privadas e afirma a visão de construção de uma sociedade mais humana, justa, solidária e na conquista dos direitos sociais.

A Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) tem clareza de que a concessão de bolsas de estudos consiste numa política pública de inclusão no ensino superior, por essa razão, constitui-se em direitos da população.

Segundo Carvalho (2002) é preciso analisar que esse direito do cidadão e dever do Estado e da sociedade civil muitas das vezes, ainda são vistos como “favores”, “ajuda”, “caridade” pelos próprios beneficiários e pelas instituições.

A política nacional de democratização do acesso ao ensino superior na Faculdade Salesiana Dom Bosco é executado pelas seguintes ações: Programa de Assistência Educacional através da concessão do benefício da bolsa de estudos da IES em duas modalidades: pelas bolsas da Gratuidade e pelas bolsas do PROUNI, priorizando segmentos excluídos da população, em conformidade com os critérios da legislação federal que regulamenta as instituições do terceiro setor.

A instituição também desenvolve ações de responsabilidade social junto à comunidade acadêmica por meio de benefícios como: descontos na mensalidade para colaboradores das filiais da mantenedora ISMA; descontos para acadêmicos em condições acadêmicas especiais,

mas que não contempla os critérios da filantropia; descontos pela pontualidade no pagamento e do Programa de Financiamento Estudantil – FIES. (PDI, 2008-2012, p.94 a 98).

Além destes, a Instituição aderiu em 30 de novembro de 2010, no âmbito do Município de Manaus, o Programa Bolsa Universidade para a concessão de bolsas de estudo parcial (50%) para estudantes ingressantes no ensino superior, conforme artigo 2º da Lei 1357 de 08 de julho de 2009, no inciso II - com renda familiar bruta não excedente a quatro salários mínimos e no inciso V – não possuir diploma de curso superior.

Na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, além da adesão ao Prouni com isenção de tributos, as instituições com fins lucrativos podem aderir também ao Programa Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus sendo também beneficiadas com isenção de tributo municipal.

A Faculdade Salesiana Dom Bosco, por ser uma instituição sem fins lucrativos já imunes a tributos não se beneficia com o benefício oferecido pela gestão municipal em troca de vagas nas instituições privadas. No entanto, a instituição aderiu ao programa visando preencher vagas ociosas, por essa razão priorizou na parceria somente estudantes ingressantes no ensino superior com bolsa parcial de 50%.

Já em relação às bolsas da filantropia, a instituição é beneficiada com a imunidade tributária, ela se torna parceira do Estado na política pública de democratização do acesso ao ensino superior de uma demanda com carência socioeconômica. A instituição apenas administra, gerencia um recurso que é público.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as instituições de educação sem fins lucrativos desde que atendam os requisitos estabelecidos em lei são imunes a impostos, estando, portanto desobrigada ao recolhimento do imposto de renda próprio, recebe a isenção das contribuições para a seguridade social, desde que aplique pelo menos 20% da sua receita anual em bolsas de estudos parciais (50%) e integrais (100%).

Na Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) o Serviço Social é o setor encarregado de planejar, executar e avaliar os programas de inclusão social mediante a concessão de bolsas de estudo da própria IES (Gratuidade), do Ministério da Educação (PROUNI); assim como, de acompanhar o financiamento estudantil junto ao Programa do FIES e os demais programas de apoio financeiro aos estudantes.

O processo de solicitação das bolsas de estudos institucional é aberto a toda comunidade educativa por meio de uma edital de concessão de bolsas a cada semestre letivo. O número de vagas abertas e o percentual dos descontos na mensalidade são estipulados após análise da situação financeira da IES. Todo o processo seletivo é divulgado no site da instituição de ensino.

A gratuidade integral ou parcial será concedida após operacionalização de todo processo de seleção, em conformidade com o Plano de Atendimento Semestral, mediado pelo profissional de Serviço Social e demais membros que compõem a Comissão de Análise e Acompanhamento em Gratuidades de Educação, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional. (PDI 2008-2012, p. 94).

O primeiro passo do processo seletivo de bolsas da própria IES é apresentar ao Serviço Social em envelope lacrado, em data determinada, a documentação solicitada no site da instituição, que comprove a situação socioeconômica e familiar do candidato a bolsa; preenchimento do formulário “Solicitação de Gratuidade em Assistência Educacional” poderá ser realizado uma visita domiciliar, se necessário, para comprovação “in loco”, da real necessidade da família; entrevista socioeconômica realizada pela Assistente Social, com o objetivo de diagnosticar social e financeiramente o perfil da família, é emitida parecer técnico.

Após parecer técnico da Assistente Social e aprovação da Comissão Especial para concessão de bolsas da FSDB, constituída pelo Vice-Diretor Administrativo Financeiro, Vice Diretor de Ações Comunitárias, um docente, um representante do Núcleo Apoio Psicopedagógico e Social (NAPPS) e a Assistente Social da instituição, o estudante assinará um instrumento contratual, se comprometendo a cumprir as determinações ali estipuladas, afirmando serem verdadeiras todas as informações prestadas, a fim de se tornar apto a usufruir do programa.

Esse processo continua depois da concessão do benefício, com a comprovação da frequência e do rendimento acadêmico a cada período letivo, além do fato, de bolsistas parciais não poderem estar inadimplentes. Ressaltando que, nem sempre a bolsa parcial de 50% é recurso suficiente para o estudante poder estudar com tranquilidade. Muitos acabam tendo dificuldades com o pagamento dos outros 50% devido à situação socioeconômica comprovados nos baixos salários e nas despesas familiares.

As bolsas de estudo mensuradas como filantropia na FSDB, são denominadas de Gratuidade (bolsas institucionais) e Prouni (parceria com o MEC). As duas modalidades são objeto desta investigação, tais como a percepção dos acadêmicos, docentes, diretores e técnicos administrativos sobre a gestão educacional e a inclusão social desenvolvida pela Instituição.

Na evolução contábil das bolsas de estudo concedidas aos estudantes da Faculdade Salesiana Dom Bosco, é importante observar a demanda total dos atendidos pela prestação dos serviços educacionais na condição de bolsistas, analisando os últimos cinco anos; assim como, é importante observar que os percentuais da filantropia na IES até o ano de 2009 somavam-se aos percentuais de outras filiais e no consolidado da mantenedora ISMA atingiam os 20% exigidos pela lei da filantropia.

Com a nova legislação brasileira sobre a filantropia (Lei 12.101/2009) ficou estabelecido que as diversas instituições sem fins lucrativos na área da educação básica e superior, para terem o direito ao benefício da imunidade tributária, precisam aplicar o total de 20% do valor de seu faturamento em serviços educacionais gratuitos, anualmente e não mais no consolidado da mantenedora.

Mas se o nível de gratuidade educacional não tiver atingido plenamente os 20%, a instituição deverá repor a fração não concedida, nos três anos seguintes, de sorte que, ao final tenha, cumulativamente, cumprido a lei.

Em um universo aproximado de 18.260 (dezoito mil, duzentos e sessenta) acadêmicos matriculados nos últimos cinco anos, a Faculdade Salesiana Dom Bosco proporcionou para estudantes em situação de vulnerabilidade social, cerca de dois mil, quinhentos e sessenta e oito (2.568) bolsas de estudo: Gratuidade e Prouni, executando desta forma, a inclusão social no Ensino Superior privado, por meio da concessão das bolsas de estudo.

Pode-se observar na tabela de nº 1 abaixo apresentada, que a FSDB apresentou na evolução do percentual de filantropia nos cinco anos analisados percentuais próximo aos 20%, que consiste numa significativa contribuição da IES no consolidado da mantenedora. Somente no exercício de 2007 é que o percentual chegou a 22,09%.

Tabela 1 - Resumo Total da Filantropia: Bolsas Gratuidade e Prouni - Evolução nos últimos cinco anos.

Filantropia na Instituição					
Ano	Matriculados	Gratuidade	PROUNI	Bolsas Filantropia	% (anual)
2006	4.680	421	176	597	16,29%
2007	4.431	352	304	656	22,09%
2008	3.592	230	280	510	18,43%
2009	3.109	201	202	403	15,36%
2010	2.448	204	198	402	19,72%

(Fontes: elaborado por Ribeiro (2011) com base nos Relatórios de Atividades - FSDB – 2006 a 2010.

As instituições de ensino superior de caráter privado, sem fins lucrativos, embasados no Decreto nº. 2536/98 que rege as Instituições do Terceiro Setor possuidoras da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no seu artigo 2º, inciso IV devem “promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde”, tendo como critério preponderante a situação de vulnerabilidade socioeconômica das famílias beneficiadas.

Assim como, as instituições de educação superior de fins filantrópicos que aderiram ao Programa Universidade para Todos – Prouni (Lei nº. 11.096/05) aplica-se o disposto no artigo 11, que determina a aplicação de 20% da receita efetivamente recebida em gratuidade educacional na forma da lei. Para as instituições sem fins lucrativos (filantrópica) que não aderiram ao Prouni aplica-se o disposto no artigo 10, que determina a aplicação de 20% da receita bruta em gratuidades educacionais na forma da lei.

Em qualquer situação a instituição deverá registrar e evidenciar de forma segregada as receitas, despesas e gratuidades educacionais com bolsas Gratuidade (bolsas institucionais) e Prouni (parceria com o governo federal) na escrituração contábil, bem como documentação do estudante beneficiado que comprove sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A tabela de nº 2 demonstra a evolução da filantropia pela Faculdade Salesiana Dom Bosco nos cinco últimos anos, contabilizada como bolsas de Estudo Gratuidade parciais e integrais, como política de acesso ao ensino superior, com a finalidade de incluir pessoas com carência socioeconômica como determina a legislação.

Tabela 2 - Resumo da Evolução: Bolsa de Estudo Gratuidade Parcial e Integral nos cinco últimos anos.

Programa Assistência Educacional - Gratuidade				
Ano	Integral	Parcial	Total	% (anual)
2006	35	328	363	9,27%
2007	29	263	292	8,52%
2008	28	202	230	6,04%
2009	11	190	201	4,39%
2010	98	106	204	6,72%

(Fontes: elaborado por Ribeiro (2011) com base nos Relatórios de Atividades - FSDB – 2006 a 2010.

Outro programa que tem por finalidade a inclusão social de pessoas pobres na educação superior é o PROUNI - Programa Universidade para Todos.

Instituído em setembro de 2004, O PROUNI visa criar condições para ao cesso de estudantes carentes no ensino superior, por meio da oferta de bolsas de estudo, de diferentes modalidades: bolsa de estudo integral (100%) concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda per capita familiar não exceda o valor de até um salário mínimo e meio vigente; bolsa de estudo parcial (50%) concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda per capita familiar não exceda o valor de até três salários mínimos.

Além da renda per capita familiar, outros critérios que norteiam a participação do estudante no programa são os seguintes: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública de ensino ou na condição de bolsista integral (100%) em instituição de ensino privado; ser portador de necessidades especiais; ser professor da rede pública de educação básica e que tenha se submetido ao Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) com avaliação igual ou superior a 400 pontos.

O programa visa também beneficiar negros e indígenas, em igual proporção no conjunto populacional, o que levou a identificação do programa como ação afirmativa.

A instituição sem fins lucrativos, ao emitir o Termo de Adesão ao programa junto ao MEC, deve conceder uma bolsa de estudo integral (100%) para cada nove estudantes regularmente matriculados, devendo a IES atentar para a proporcionalidade em relação aos cursos oferecidos, turnos e unidade administrativa.

As instituições de ensino classificadas como sem fins lucrativos, que já gozam de imunidade tributária, para compor os cálculos da gratuidade educacional deverão oferecer um percentual mínimo de pelo menos 10% de bolsas integrais para o PROUNI e para completar os 20% de gratuidade obrigatória por lei, sobre a receita anual, deverão conceder bolsas integrais (100%) e parciais de 50% nos programas da própria instituição.

A adesão da Instituição de Ensino Superior (IES) ao PROUNI permite a isenção do recolhimento de impostos e tributos incidentes sobre as receitas provenientes das atividades desenvolvidas na educação superior (CORBUCCI, 2004, p. 694).

Em linhas gerais o PROUNI se estende a toda instituição privada (com ou sem fins lucrativos). Na prática, isso significa mais repasse de recursos públicos para o setor empresarial.

De acordo com a Lei 11.096/2005, no artigo 5º - § 4º as instituições privadas com fins lucrativos que não são beneficentes, deverão oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do Prouni.

As Instituições de ensino superior particulares com ou sem fins lucrativos poderão aderir em troca das isenções tributária de quatro impostos federais:

- Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988;
- Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº. 70, de 30 de dezembro de 1991;
- Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº. 7, de 7 de setembro de 1970.

A Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus aderiu ao Programa Universidade para Todos – PROUNI, assinando o Termo de Adesão para o 1º semestre de 2005 no dia 26 de

novembro de 2004, atendendo 100 estudantes sendo 65 com bolsa integral e 35 com bolsa parcial.

No período que corresponde ao exercício 2006 a 2010 ingressou na Instituição pelo Prouni um total de 402 estudantes, sendo 362 estudantes com bolsa integral e 40 estudantes com bolsa parcial. Deste montante, já deixaram a instituição devido ao encerramento da bolsa pelos motivos de transferência e formatura um total de 313 estudantes.

Observa-se na tabela de nº 3 o percentual da filantropia no montante das bolsas do Prouni na evolução dos últimos cinco anos.

Tabela 3 - Resumo da Evolução: Bolsas de Estudo Prouni Parcial e Integral nos cinco últimos anos.

Programa Universidade para Todos - PROUNI				
Ano	Integral	Parcial	Total	% (anual)
2006	140	29	169	6,87%
2007	230	29	259	13,56%
2008	253	27	280	12,39%
2009	198	04	202	10,66%
2010	198	00	198	13,00%

(Fontes: elaborado por Ribeiro (2011) com base nos Relatórios de Atividades - FSDB – 2006 a 2010.

Além do Prouni, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 1999, é um programa do Ministério da Educação e Cultura, atualmente operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) na qualidade de agente operador e administrador.

O FIES é uma parceria entre o governo federal através do Ministério da Educação, um agente financiador (Caixa Econômica ou Banco do Brasil) e as instituições de ensino superior privadas, com a finalidade de propiciar aos estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos da mensalidade de sua graduação, contribuindo desta forma com democratização da educação superior.

A Faculdade Salesiana Dom Bosco também oferece aos estudantes a possibilidade de utilizar o Fundo de Financiamento ao Estudante - FIES no pagamento das mensalidades; no entanto, não existe muita procura pelos acadêmicos por que deverá devolver o valor financiado aos cofres públicos, após a conclusão da graduação.

O programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) dentre as políticas de acesso ao ensino superior voltados para a população

de baixa renda, são considerados pelos críticos a essa política como ações inclusivas, compensatórias, focalizadas e afirmativas, visando corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Tais medidas, no entanto, não são condições suficientes para a democratização do acesso ao ensino superior (CORBUCCI, 2004, p.684).

Na fala de Curry (2005), os programas para universalização e democratização do acesso ao ensino superior inserem-se no âmbito das políticas inclusivas compensatórias, criadas para suprir as insuficiências de políticas universalistas de educação superior.

As políticas inclusivas compensatórias visam, então, a corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Com isso se pretende equilibrar uma situação em que a balança sempre tendeu a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, conjugando assim ao mesmo tempo, por justiça, os princípios de igualdade com o de equidade. Além disso, compreendida a melhor escolaridade, elas atendem à dimensão de uma inserção profissional mais qualificada e com isso ancoram em uma base maior de inteligência o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Mas não se pode ignorar um certo risco populista que as políticas diferencialistas podem incorporar (CURY, 2005, p. 24).

Os bolsistas do Prouni que recebem o benefício parcial de 50% podem recorrer ao FIES para o financiamento do restante da mensalidade. Os bolsistas da gratuidade (IES) não podem recorrer ao FIES e então acabam recorrendo aos amigos, parentes e até empréstimos em banco para arcar com a mensalidade não inclusa no benefício da bolsa de estudo.

As políticas inclusivas, assim, podem ser entendidas como estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais, trabalhando com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social.

De acordo com Asmann (1998), é fazer com que essas minorias se sintam inseridas e não vitimizadas pela insensibilidade social de um sistema que comporta a lógica da exclusão, que mesmo apesar dos avanços, ainda hoje predomina no cenário histórico.

A intenção deste estudo não é esgotar a discussão sobre a inclusão educacional no ensino superior brasileiro, uma vez que este tema é ainda algo novo e polêmico no contexto educacional. O nosso interesse é despertar na comunidade educativa o debate sobre essa questão que perpassa a realidade do ensino superior no Brasil e para que isto ocorra, faz-se

necessário o entendimento da realidade social, política e econômica do país, na atual conjuntura de globalização e internacionalização da economia, onde todas as políticas, inclusive as educacionais, sofrem interferências de instituições e agências internacionais.

Nas últimas décadas possuir a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e usufruir da imunidade tributária, exige da instituição de educação superior sem fins lucrativo o compromisso de assumir a luta por políticas públicas voltadas para a democratização do ensino superior e a inclusão social das demandas em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior, não como caridade, mas como direito social.

Para compreender melhor como se processa a gestão educacional em uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos e poder mensurar a modalidade de serviços de assistência educacional prestados na graduação por meio dos programas de concessão de bolsas de estudos parciais e integrais é que está sendo realizada essa investigação, envolvendo toda a comunidade educativa: estudantes beneficiados, gestores, docentes e colaboradores técnicos administrativos.

CAPÍTULO 3

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS.

Este trabalho se propõe a fazer uma análise sobre a gestão educacional e a inclusão social no âmbito da educação superior mediante a política de concessão de bolsas de estudos na Faculdade Salesiana Dom Bosco com a finalidade de atender estudantes que comprovem carência socioeconômica.

A IES é credenciada no MEC como uma instituição privada, sem fins lucrativos; por essa razão, usufrui de imunidade tributária para atuar na educação superior, com finalidade de contribuir com o poder público na concretização da política pública da educação como um direito social que se tornou pré-requisito para a conquista dos demais direitos civis, políticos e sociais.

A globalização com seu ajuste neoliberal, não afeta apenas a esfera econômica, interferindo também na política e no social dos países, agravando a já existente desigualdade social. No Brasil sob a orientação de organismos internacionais, as políticas sociais tornaram-se focalizadas, descentralizadas e privatizadas reduzindo a obrigatoriedade do Estado na solução das questões sociais, dividindo com a sociedade civil e empresarial a responsabilidade de intervenção na efetivação dos direitos sociais. Dentre esses direitos sociais está a educação superior.

Neste contexto de globalização neoliberal, as instituições de ensino superior, têm sido alvo das reformas políticas e sociais do projeto neoliberal. Organismo internacional liderados pelo Banco Mundial tem traçado diretrizes para as políticas de ensino superior no Brasil. A meta, dentro do ideário neoliberal, é privatização da educação superior.

A exclusão social manifestada no campo da educação é visível quando a população de baixa condição econômica oriundos das classes populares e ou do mundo do trabalho ingressa no ensino superior privado com enormes sacrifícios para custear os pagamentos das mensalidades, devido à baixa remuneração, ao desemprego ou ainda devido às despesas familiares que conflitam com as despesas acadêmicas.

Neste contexto, a partir da década de noventa tem intensificado o debate sobre a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil e as parcerias público-privadas, destacando-se políticas de inclusão focalizadas e compensatórias, direcionadas a população de baixa renda.

A partir dessa contextualização da educação superior no Brasil, apresentamos o problema objeto da presente investigação, que consiste em responder a seguinte indagação: “Quais são os fatores fundamentais que devem estar presentes na inclusão social de estudantes de baixa condição econômica em uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos?”

Na tentativa de responder a questão de pesquisa, os seguintes objetivos foram definidos.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a modalidade de gestão educacional da Faculdade Salesiano Dom Bosco e a inclusão social de estudantes mediante concessão de bolsas de estudos objetivando a execução da política pública nacional de democratização do acesso e da universalização do ensino superior à população de baixo poder econômico.

Os objetivos específicos que irão delinear a pesquisa são os abaixo enumerados:

- Identificar a gestão de instituição de ensino superior sem fins lucrativos;
- Verificar como é executada a inclusão social de estudantes pobres dentro da IES,
- Interpretar qual o entendimento que estudantes, gestores e colaboradores técnicos administrativos da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus têm sobre essa modalidade de gestão educacional e de inclusão social na educação superior;

A hipótese que permeia esse trabalho foi elaborada a partir dos questionamentos advindos do tema da pesquisa, em sintonia com os objetivos propostos e com a problematização levantada. Em termos de hipótese, a IES busca afirmar ou refutar: “Se a Faculdade Salesiana Dom Bosco tem clareza dos fatores fundamentais que influenciam a inclusão social então contribui para o acesso de estudantes de baixo poder econômico no ensino superior”.

Dessa forma, espera-se que essa investigação contribua para o aprofundamento da discussão sobre a política de inclusão social no ensino superior brasileiro.

3.1 O Caminho Metodológico percorrido pela Pesquisa.

A complexidade e a polêmica relacionada ao tema levaram a pesquisadora a levantar um acervo variado. Foram consultados livros, artigos científicos, revistas e sites especializados com o intuito de colocar a pesquisadora em contato com o que foi produzido sobre o assunto.

Segundo Marconi; Lakatos (2006) método significa o caminho para chegar a um fim ou pelo qual se atinge um objetivo. O método é de extrema importância, pois permite traçar o caminho a ser seguido na evolução do trabalho.

Neste trabalho foi utilizado um modelo misto de pesquisa, denominado quali-quantitativo considerando tudo que pode ser quantificável traduzindo em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las; ao mesmo tempo, que é descritiva com análise dos dados indutivamente, onde os processos e seus significados são focos da abordagem.

Quanto ao método ser quali-quantitativo, Minayo et. al (2003, p. 22) assinala que a diferença entre essas duas modalidades de encaminhamento metodológico é apenas de natureza. Na sua visão, embora apresente diferença, não se opõem ou que se excluem mutuamente como instrumentos de análise em uma pesquisa. “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

A superação da dicotomia e a articulação entre as abordagens quantitativas e qualitativas em um trabalho científico por pesquisadores e epistemólogos resultam em benefícios das análises dos dados coletados.

Através da pesquisa quantitativa, torna-se possível à coleta de dados numéricos e estatísticos, que auxiliam a pesquisadora a obter resultados mais definidos e aproximados com a área em estudo. Na abordagem qualitativa existe um conjunto de características essenciais capazes de identificar esse tipo de pesquisa, entre eles destacaremos o caráter descritivo e o enfoque indutivo que utilizaremos nesta pesquisa.

Para conceituar a pesquisa qualitativa utilizaremos Minayo et al. (2003) que descreve:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO et al. 2003, p.21).

Quanto à utilização da técnica de entrevista semi-estruturada, Trivinos (1987) a define como aquela que, apesar de utilizar um roteiro básico de questões, abre espaço para que o informante se torne em co-participantes no processo de investigação.

Entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVINOS: 1987, p.146).

Segundo Cervo e Bervian (2002), a coleta de dados constitui-se uma tarefa importante na pesquisa e envolve diversos passos, tais como:

A coleta de dados, tarefa importante na pesquisa, envolve diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração do instrumento de coleta, a programação da coleta e também os dados e a própria coleta. Há diversas formas de coletas de dados, todas com as suas vantagens e desvantagens. Na decisão do uso de uma forma ou de outra o pesquisador levará em conta o que menos desvantagens oferecer, respeitados os objetivos da pesquisa. (CERVO; BERVIAN 2002, p. 45).

Para a coleta de dados foi utilizada um questionário com questões abertas e fechadas, numa abordagem dialética; tendo em vista que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico (GIL, 1999; LAKATOS E MARCONI, 2001). Assim como, análise de alguns documentos institucional sobre a gestão e a inclusão social de estudantes carentes mediante a execução da filantropia.

Os dados coletados foram tabulados e representados por meio de gráficos que ilustraram os resultados obtidos na pesquisa.

Em um projeto de pesquisa a análise dos dados é um passo muito importante e essencial, pois, o mesmo mostra todo o resultado obtido na pesquisa. Para a análise dos dados, procurou-se estabelecer articulações entre as informações coletadas pela pesquisadora através da entrevista e o referencial teórico do estudo.

Quanto à amostragem segundo Fonseca; Martins (1996).

Geralmente, as pesquisas são realizadas através de estudo dos elementos que compõem uma amostra extraída da população que se pretende analisar. O conceito de população é intuitivo; trata-se do conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para o estudo. Amostra é um subconjunto da população. [...] Torna-se claro que a representatividade da amostra dependerá do seu tamanho (quanto maior, melhor) e de outras considerações de ordem metodológica. (Fonseca; Martins, 1996, p. 177).

O tamanho da população pesquisada foi de 402 estudantes dos cinco cursos da graduação, regularmente matriculados no ano de 2010 e beneficiados com a Filantropia da Instituição constituída pelas bolsas de estudo do Prouni e da Gratuidade. Destes 198 estudantes foram beneficiados com o programa do governo federal – PROUNI com bolsas integrais (100%) e 204 foram beneficiados com as bolsas da própria instituição denominada bolsa Gratuidade, com percentuais parciais (50%) e integrais (100%).

Do total de 402 estudantes bolsistas, aceitaram participar da pesquisa 196 bolsistas. De acordo com Fonseca e Martins (1996), é compreensível que o pesquisador nem sempre consiga a totalidade dos elementos da população a ser pesquisada, devido a inúmeros fatores; por essa razão deverá se acerrar de todos os cuidados para obter uma amostra que seja significativa.

Nesta pesquisa o tamanho da amostra foi calculado para os dois segmentos de estudantes: bolsistas da Gratuidade e bolsistas do Prouni, segundo a seguinte fórmula e respectivos parâmetros:

$$n = \frac{O^2 p q N}{e^2 (N-1) + O^2 p q}$$

Onde n = tamanho da amostra [=115; 81], $O 2$ = nível de confiança escolhido, em quantidade de desvios-padrão [= 4; 2,7], p = percentagem com a qual o fenômeno é estimado [= 80%; 75%], q = percentagem complementar ($100 - p$) [= 20%; 25%], e = erro máximo permitido [= 10%;10%] e N = tamanho da população [=204; 198].

A aplicação da fórmula gerou uma amostra do tamanho de: (i) 113,7% de estudantes bolsistas Gratuidade, arredondados para 10%, totalizando 115 estudantes; (ii) 81,1% de estudantes bolsistas Prouni, totalizando 81 estudantes. Assim, a amostra total foi de 196 (cento e noventa e seis) estudantes. Realizou-se, então, para cada categoria de estudante, uma amostragem estratificada e aleatória dos sujeitos que participariam da pesquisa.

Em seguida, foi realizada a entrevista com amostragem aleatória, de 10% do universo de cada segmento: gestores (1), docentes (8), técnicos administrativos (5), com a entrega de um questionário com perguntas abertas e fechadas e de acordo com a disponibilidade de cada pessoa. Desta forma, foram entrevistadas quatorze (14) pessoas.

Neste universo, a pesquisa tem como finalidade investigar o processo de concessão de bolsas de estudo social que para a instituição de ensino é caracterizada como bolsa filantropia, sob duas modalidades: Gratuidade e Prouni. Ao mesmo tempo em que analisa a gestão educacional de uma instituição de ensino superior privada e sem fins lucrativos.

A bolsa de estudo social filantrópica é aquela concedida a estudantes a partir da análise de indicadores sociais e econômicos e que consiste em uma obrigação para as IES privadas sem fins lucrativos em contrapartida a imunidade tributária recebida.

A pesquisa utilizou a abordagem quali-quantitativa, por meio de entrevistas semi-estruturadas com aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas aplicadas aos estudantes bolsistas e aos representantes da comunidade educativa.

A entrevista aconteceu em dia, horário e local pré-determinado pela pesquisadora, após escutar a sugestão dos bolsistas para que fosse aplicada a pesquisa na própria instituição.

A escolha do tema e do local da aplicação da pesquisa se deu em razão da pesquisadora trabalhar na Instituição, portanto, em proximidade com os sujeitos da pesquisa e da realidade em que estão inseridos.

A pesquisa tem como objetivo identificar o entendimento dos estudantes bolsistas e dos representantes da comunidade educativa (gestor, docentes, colaboradores técnicos administrativos) a respeito da gestão educacional e da política da inclusão social no ensino superior, de maneira especial, como a mesma se concretiza dentro da FSDB.

Os resultados da entrevista com perguntas fechadas serão processados e registrados em tabelas e gráficos e os dados qualitativos organizados por temas e referenciais teóricos. Esse resultado será discutido à luz do marco teórico procurando responder às questões propostas para a presente investigação. Os dados coletados serão apresentados em gráficos e através de transcrições predominantemente descritivos.

A devolutiva será socializada com a comunidade educativa após a defesa da dissertação, conforme calendário das atividades acadêmicas como: reunião com estudantes bolsistas; nos momentos de formação para docentes e colaboradores; acolhida aos acadêmicos a cada período letivo e na doação de um exemplar da dissertação para o acervo da biblioteca da Instituição de Ensino.

3.2 Interpretação e Análise dos Dados: na visão dos estudantes bolsistas.

Para enriquecer a análise do perfil dos estudantes bolsistas e de sua realidade socioeconômica familiar, foram utilizados dados coletados pela Avaliação Institucional no ano de 2010, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a participação de 928 discentes que participaram da pesquisa.

A Comissão Própria de Avaliação da FSDB é composta por um representante da Diretoria, um representante dos colaboradores, um representante dos discentes, um representante dos docentes e um representante da Sociedade Civil. Sua principal atribuição é realizar a avaliação interna da Instituição, observando os princípios, abrangência e dimensões propostas pelo SINAES.

Tornar a avaliação institucional um processo contínuo de autoconhecimento para o planejamento da melhoria da qualidade, da democratização e da transparência no Ensino Superior representa um desafio significativo para a instituição.

A Avaliação Institucional, de acordo com o que expressa o Plano de Desenvolvimento Institucional, é um instrumento de melhoria da FSDB.

Em seu conjunto, os dados coletados pela CPA e utilizados neste trabalho proporcionarão uma análise do perfil do estudante bolsista, bem como do contexto social, econômico, familiar em que se encontra situado.

O perfil dos discentes da FSDB em relação à idade apresentado pela Avaliação Institucional – 2010 podem ser divididos em quatro grupos assim distribuídos:

1- Um primeiro grupo é a grande maioria dos acadêmicos que participaram da pesquisa. É composto por alunos com idade média entre 26 e 30 anos e representa 25,97% do total;

2- Um segundo grupo é constituído por acadêmicos de idade entre 31 e 40 anos representando 25,75% do total.

3- O terceiro grupo possui idade entre 22 e 25 anos. Representam 23,17% dos acadêmicos.

4- O quarto grupo possui idade entre 18 e 21 anos. Representam 13,04% dos acadêmicos.

5- O grupo que apresenta o menor índice está no 18 anos (0,11%) e acima de 40 anos, que representa 11,96% dos acadêmicos.

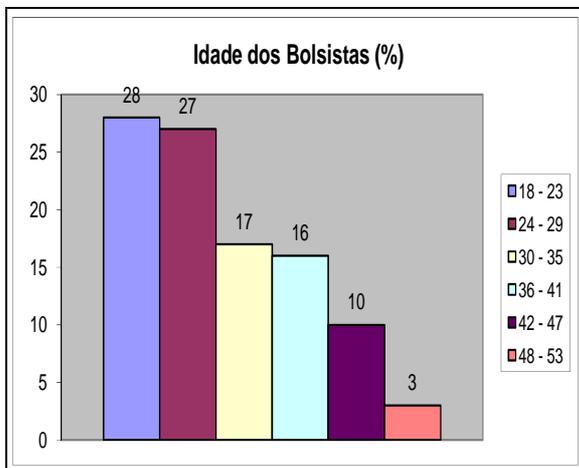
Tabela 4 - Informações Gerais sobre a idade dos discentes da FSDB.

Valor	Respostas	Percentual
Menor de 18 anos	1	0,11%
Entre 18 e 21 anos	121	13,04%
Entre 22 e 25 anos	215	23,17%
Entre 26 e 30 anos	241	25,97%
Entre 31 e 40 anos	239	25,75%
Acima de 40 anos	111	11,96%
-----	928	100%

(Fonte: Avaliação Institucional 2010-CPA)

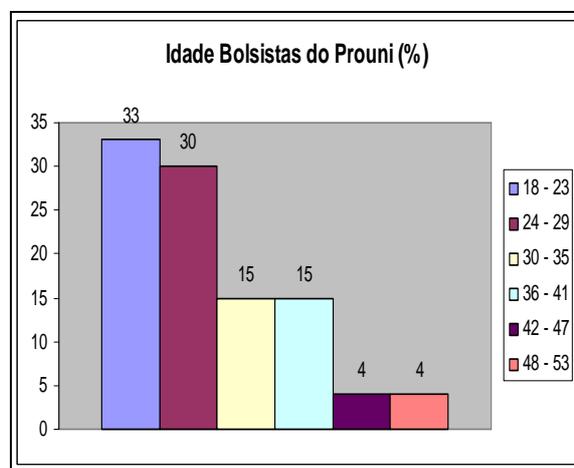
A idade dos estudantes bolsistas será analisada nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Faixa Etária: Gratuidade



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 2 – Faixa Etária: Prouni



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Os estudantes bolsistas da Gratuidade apresentaram conforme gráfico 1, a faixa etária entre 18 e 23 anos (28%) e com idade entre 24 a 29 (27%). A faixa etária dos estudantes bolsistas do Prouni é apresentada no gráfico nº. 2, que apresenta uma realidade de 33% com faixa etária dos 18 a 23 anos e 30% com idade entre 24 a 29 anos. Isso demonstra que os estudantes estão tendo a oportunidade de obter a bolsa, em sua maioria, na faixa etária considerada como jovem. No entanto, não existe nenhuma exigência do MEC quanto à idade para ser contemplado com as bolsas Gratuidade e Prouni.

Os dados acima vêm confirmar a realidade apresentada pelo PNE/2001 para a educação superior no Brasil e justificar a política pública de inclusão social por meio da concessão de bolsas de estudos nas instituições privadas, com a finalidade de democratizar o acesso dessa faixa etária da população brasileira na educação superior.

O PNE define diretrizes e metas para a educação no país e tem prazo de dez anos para que todas elas sejam cumpridas. O PNE (2001, p.43) definiu como meta até 2011: “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”.

Para os próximos dez anos (2011-2020) o PNE tem como meta elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade do ensino nas instituições de ensino superior. Fica o

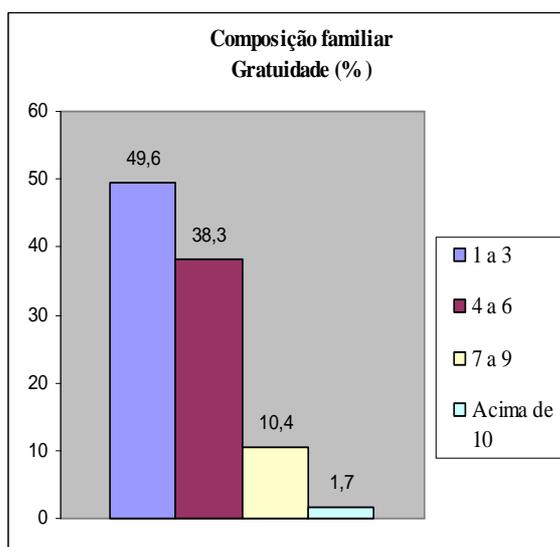
questionamento a respeito da execução de tais metas previstas tendo em vista que o país não conseguiu atingir os 30% que havia sido estabelecida no plano aprovado em 2001.

Desta forma, o governo do Brasil vem implementando nas últimas décadas, políticas educacionais que visam democratizar e universalizar o acesso no ensino superior, utilizando as vagas ociosas das instituições particulares, para a concessão de bolsas de estudo a estudantes de famílias de baixa renda, em troca de renúncia fiscal, com o Programa Universidade para Todos e as bolsas concedidas pelas próprias IES sem fins lucrativos, denominada Gratuidade. E através do programa REUNI busca ampliar a oferta de vagas nas Universidades Públicas.

A universalização e a democratização da educação são princípios básicos legalmente garantidos pela Constituição Federal; no entanto indicadores educacionais revelam enormes desafios interpostos à garantia do acesso a esse nível de ensino. Neste sentido, a política de inclusão social na educação superior tem por finalidade universalizar o acesso desse nível de educação a população mais pobre.

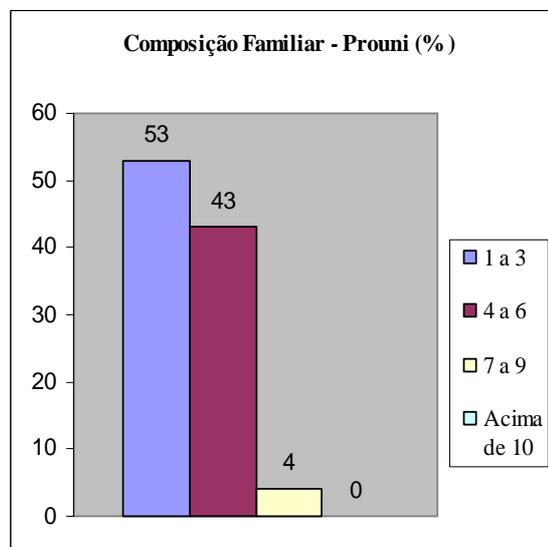
Os gráficos da composição familiar demonstram que o número maior das famílias dos bolsistas da Gratuidade é composta por 1 a 3 pessoas (49,6%) de 4 a 6 pessoas (38,3%). E a dos bolsistas Prouni 53% das famílias são compostas de 1 a 3 membros e 43% de 4 a 6 membros.

Gráfico 3 – Composição Familiar: Gratuidade



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 4 – Composição Familiar: Prouni



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

As informações coletadas nas duas modalidades de bolsas de estudos existentes na IES demonstram que a realidade familiar é semelhante entre os estudantes bolsistas da FSDB. O que vem confirmar que a política de concessão de bolsas da FSDB cumpre os critérios estabelecidos pela legislação que normatiza as instituições filantrópicas.

Ao analisar a renda familiar dos bolsistas é importante ter comprovação da composição familiar. A baixa renda per capita familiar é um indicador social que segundo os critérios do MEC a instituição deve levar em conta no processo seletivo para a concessão de bolsas de estudos.

Entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia que o candidato que, cumulativamente, usufruam da renda bruta mensal familiar, e sejam relacionadas ao candidato pelos seguintes graus de parentesco: pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro (a), filho (a), enteado (a), irmão (ã), avô (ó).

De acordo com a avaliação institucional 2010, um percentual de 40,41% dos discentes que participaram da avaliação duas pessoas contribuíam com o orçamento familiar, 34,38% uma pessoa é que provia a renda familiar e apenas 17,13% três pessoas contribuíam com a renda familiar.

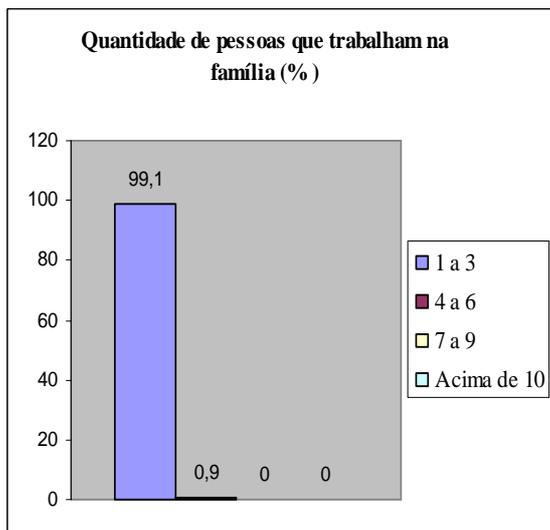
Tabela 5 - Discente e Informações Gerais - Número de pessoas que contribuem na renda familiar:

Valor	Respostas	Percentual
Uma	319	34,38%
Duas	375	40,41%
Três	159	17,13%
Quatro	42	4,53%
Cinco	15	1,62%
Acima de cinco	18	1,93%
-----	928	100%

(Fonte: Avaliação Institucional 2010-CPA)

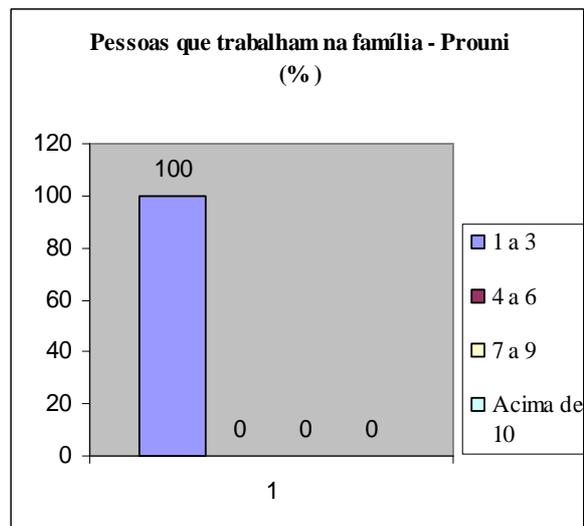
Dados este que se assemelham a realidade dos estudantes bolsistas, em que o número de pessoas da família que trabalham é 99,1% para a categoria de 1 a 3 pessoas, contra 0,9% de entrevistados em que de 4 a 6 pessoas da família trabalham; o que demonstra que a maioria das pessoas que compõe a família necessitam contribuir com o orçamento familiar. Já no gráfico de nº 6 em relação aos bolsistas do Prouni, 100% dos entrevistados afirmaram que de 1 a 3 pessoas da família precisam trabalhar para contribuir com o orçamento familiar.

Gráfico 5- Número de pessoas que trabalham: Gratuidade.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 6 – Número de pessoas que trabalham: Prouni.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

A análise do número de pessoas que precisam trabalhar, como demonstra os gráficos de número 5 e 6, indica as condições de vida do grupo familiar do estudante bolsista, que para arcar com todas as despesas é imprescindível que todos as pessoas que compõe a família contribua com a renda; assim como, é um indicativo dos baixos salários e portanto, da necessidade do estudante conciliar estudo com trabalho e sobrevivência familiar.

O que nos remete a questão seguinte, que demonstra a realidade socioeconômica dos bolsistas ao analisar a renda per capita familiar.

A renda familiar por pessoa é calculada somando-se a renda bruta dos componentes do grupo familiar e dividindo-se pelo número de pessoas que formam este grupo familiar.

Segundo os critérios exigidos pelo Ministério da Educação para o estudante carente poder ser beneficiado com a bolsa de estudo pela filantropia nas instituições privadas sem fins lucrativos a renda per capita familiar deverá ser de até um salário e meio (1½) para bolsa integral (100%) e de até três salários mínimos para a bolsa parcial de 50%.

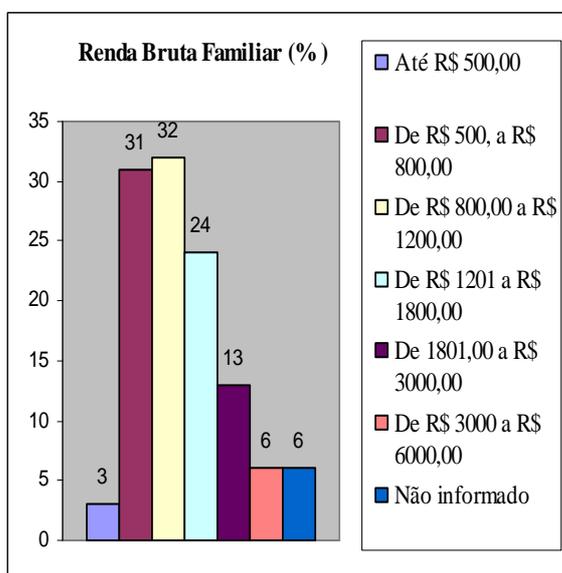
Para participar do programa de bolsas pela filantropia da FSDB na modalidade Gratuidade o estudante deverá apresentar uma relação de documentos para comprovar a renda familiar. Além disso, submeter-se-á a entrevista com a assistente social, e caso seja necessário

para comprovação das informações o candidato poderá receber a visita domiciliar. Após a triagem socioeconômica, caberá a uma Comissão Interna para Concessão de Bolsas Gratuidade aprovar o candidato. Portanto, é a avaliação socioeconômica que determinará ser beneficiado ou não com a bolsa de estudo filantrópica.

Os gráficos de nº 7 e 8 demonstram que a Faculdade Salesiana Dom Bosco como uma instituição filantrópica está cumprindo o critério da renda per capita familiar para a concessão das bolsas de estudo pela própria instituição (Gratuidade) e pelo Prouni.

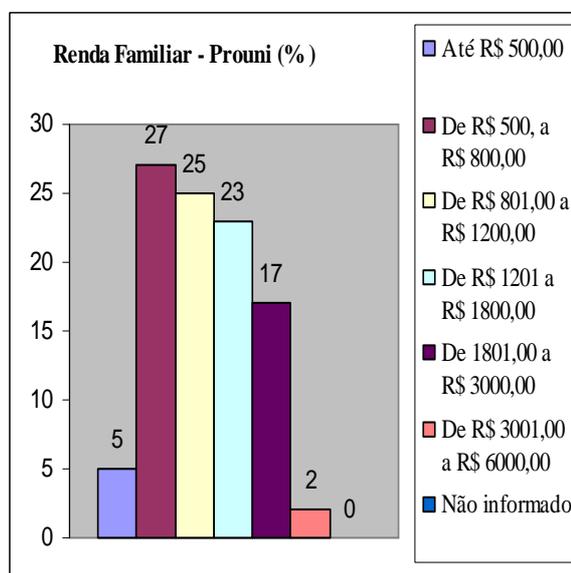
Nas famílias dos bolsistas da Gratuidade, 32% possuem renda familiar de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00 e 31% responderam que a renda familiar é de R\$ 500,00 a R\$ 800,00, apenas 3% dos entrevistados apresentaram renda de até R\$ 500,00. Quanto menor a renda familiar maiores os obstáculos para o estudante conseguir permanecer no Ensino Superior, mesmo usufruindo do benefício da bolsa de estudo.

Gráfico 7 - Renda Bruta Familiar: Gratuidade



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 8 - Renda Bruta Familiar: Prouni



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Na Lei nº. 12.101 / 2009 que dispõe sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência social – CEBAS, na seção II – Da Educação, no artigo 14, parágrafos 1 e 2 apresenta o critério socioeconômico familiar a ser observado pelas instituições privadas sem fins lucrativos no processo de seleção e aprovação dos candidatos a bolsa de estudo.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.

§ 2º A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

E no artigo 15 da mesma Lei, deixa claro que compete a instituição de educação aferir as informações relativas ao perfil socioeconômico do candidato e de sua família. Portanto, foi implantado o setor de Serviço Social na IES com uma de suas finalidades a gestão da filantropia e o controle institucional, conforme PDI (2008-2012 p.110); assim como, a constituição de uma Comissão Especial para concessão de bolsas da FSDB, constituída pelo Vice-Diretor Administrativo Financeiro, Vice Diretor de Ações Comunitárias, um docente, um representante do NAPPS e a Assistente Social da FSDB (PDI – 2008-2012, p.96).

De acordo com o gráfico de nº. 8, os bolsistas do Prouni apresentaram a seguinte realidade em relação à renda familiar: 27% com renda entre R\$ 500,00 a R\$ 800,00; 25% de R\$ 801,00 a R\$ 1200,00. Realidade familiar semelhante a dos bolsistas da Gratuidade.

A Lei nº. 11.096 / 2005 que institui o Programa Universidade para Todos - Prouni passa a regular as instituições de ensino superior filantrópica que aderiram ao programa, por essa razão, os critérios que regulam a concessão de bolsas de estudo nas IES privadas são os mesmos para as bolsas da Gratuidade e Prouni.

No artigo 1º, parágrafos 1º e 2º da referida lei federal, apresentam os critérios para a concessão das bolsas de estudo: A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio). As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), serão concedidas a brasileiros cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

As IES que participam do Programa Universidade para Todos, conforme a portaria nº. 1.132/ 2009, no artigo 2º, deve instalar uma Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI em cada campus ou unidade da instituição.

A finalidade principal da Comissão Local é acompanhar e fiscalizar o programa dentro da instituição; assim como, interagir com a comunidade acadêmica e com as organizações da sociedade civil, recebendo reclamações, denúncias, críticas e sugestões e emitir a cada processo seletivo, relatório de acompanhamento do PROUNI; e fornecer informações sobre o programa à Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Prouni (CONAP).

Desta forma, o Estado com o apoio da IES visa garantir que seja contemplado com o benefício da bolsa Prouni realmente quem está no perfil estabelecido pela legislação, dando transparência e seriedade a política de democratização do acesso e da inclusão social ao ensino superior de uma demanda com carência social e econômica.

Em um contexto maior de análise, a avaliação Institucional 2010 apresentou a seguinte realidade dos discentes da FSDB: 27,59% apresentam renda que varia entre R\$ 801,00 a R\$ 1.200,00, que correspondem em salários mínimos vigentes no ano de 2010 (R\$ 510,00) em menos de dois salários mínimos e meio (2 ½).

Tabela 6 - Discente e Informações Gerais - Renda Bruta familiar:

Valor	Respostas	Percentual
Até R\$ 500,00	55	5,93%
De R\$ 500,00 a 800,00	143	15,41%
De R\$ 801,00 a R\$ 1.200,00	256	27,59%
De 1.201,00 R\$ a 1.800,00	221	23,81%
DeR\$ 1.801,00 a R\$ 3.000,00	147	15,84%
De R\$ 3.001 a R\$ 5.000,00	72	7,76%
Acima de R\$ 5.001,00	34	3,66%
-----	928	100%

(Fonte: Avaliação Institucional 2010-CPA)

Quanto menor a renda familiar maiores são as dificuldades para o estudante permanecer matriculado em uma instituição particular, porque as mensalidades não são as únicas despesas que o estudante tem no Ensino Superior. Além do fato, do orçamento familiar não ser destinado apenas para custear as despesas acadêmicas. É preciso custear todas as demais despesas familiares além dos estudos.

A análise dos gráficos 7 e 8 demonstram que FSDB tem observado com seriedade o critério estabelecido pelo MEC em relação a renda per capita familiar ao conceder as bolsas de estudo nas duas modalidades: Gratuidade e Prouni.

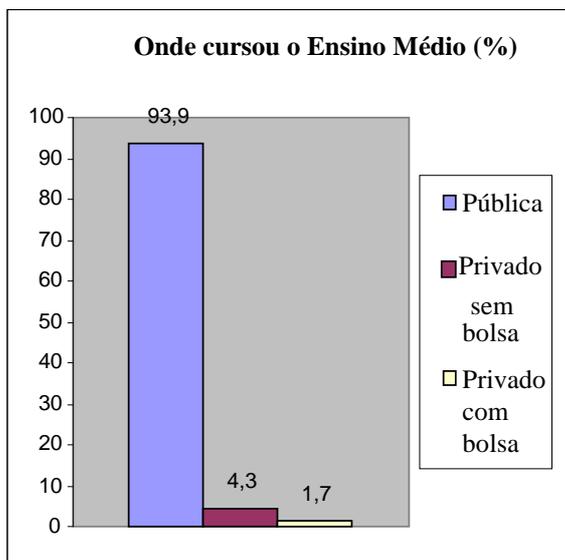
Dois fatores se destacam na análise sobre a renda bruta familiar do estudante bolsista e os dados coletado da realidade socioeconômica dos discentes da instituição na avaliação da CPA em 2010: a demanda atendida pela IES é em sua maioria constituída de pessoas provenientes da camada popular, com baixa renda familiar; portanto aptos a concorrerem ao apoio financeiro oferecido pela instituição por meio das bolsas de estudo. Por outro lado, a realidade socioeconômica da maioria dos estudantes da FSDB é motivo de preocupação com a sustentabilidade financeira da instituição, com a alta taxa de inadimplência e evasão devido à falta de condições financeiras para arcar com o pagamento das mensalidades.

No gráfico n°. 9 foi perguntado aos estudantes bolsistas da Gratuidade onde cursaram o ensino médio. Dos entrevistados, 93,9% cursaram o ensino médio em escolas públicas, 4,3% em escolas particulares na condição de bolsista e somente 1,7% estudou em escola particular, o que demonstrou que a grande maioria dos estudantes beneficiados com a bolsa da filantropia é proveniente da educação básica pública e gratuita.

Dos estudantes bolsistas Prouni que participaram da pesquisa 100% responderam ter cursado todo o Ensino Médio em escolas públicas, conforme gráfico de n°. 10.

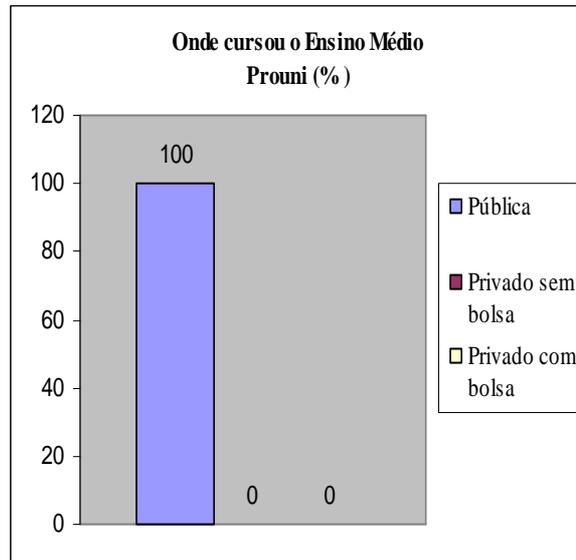
Esse resultado vem confirmar a reflexão de que os estudantes provenientes da rede pública de educação buscam na instituição particular a oportunidade de acesso ao ensino superior pelo fato de não conseguir passar no processo seletivo das universidades públicas, além das políticas de inclusão social que concede bolsas de estudos e financiamento a estudantes que ingressam nas instituições particulares.

Gráfico 9 – Rede de Educação onde cursou o Ensino Médio: Gratuidade



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 10 – Rede de Educação onde cursou o Ensino Médio: Prouni



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Os critérios exigidos pelo MEC para estudantes concorrerem às bolsas do Prouni: ter cursado o ensino médio completo em escola pública, ou ter cursado o ensino médio completo em escola privada com bolsa integral (100%) da instituição, ou ter cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral (100%) da respectiva instituição.

Quanto aos bolsistas da Gratuidade, o fato dos 4,3% que estudaram a educação básica em instituições privadas sem bolsa de estudo e assim mesmo terem sido aprovados como bolsistas da própria IES não significa que os critérios da filantropia não foram observados.

Na análise documental priorizou-se a situação socioeconômica da família que levou o estudante a ser demanda do programa de inclusão social da instituição, a fim de poder ter acesso à educação superior privada. Não dá para ser indiferente a necessidade atual do estudante somente porque cursou toda educação básica em instituição particular.

A tabela de nº. 7 apresenta a análise feita pela Avaliação Institucional – 2010 quanto à origem escolar dos discentes da FSDB em relação à rede de ensino em que cursaram o Ensino Médio. Segundo informações dos estudantes da FSDB que participaram da avaliação, 80,28% cursaram todo o ensino médio em escola pública e somente 3,99% todo em escola particular.

Os dados apresentados pela CPA vêm confirmar a realidade diagnosticada pela pesquisa junto aos estudantes bolsistas da Gratuidade e do Prouni que em sua grande maioria passaram pela rede pública de ensino durante a educação básica quando diagnosticamos que na sua quase totalidade os discentes da FSDB são provenientes da rede pública de educação.

Tabela 7 - Discente e Informações Gerais - Em qual Rede de Ensino você cursou o Ensino Médio?

Valor	Respostas	Percentual
Todo em escola pública	745	80,28%
Todo em escola particular	37	3,99%
Maior parte em escola pública	91	9,81%
Maior parte em escola particular	32	3,45%
Escolas comunitárias	1	0,11%
Supletivo	22	2,36%
-----	928	100%

(Fonte: Avaliação Institucional 2010-CPA)

Evidencia-se, assim a acentuada demanda de alunos oriundos das classes populares mais carentes e provenientes da escola pública, como demanda da FSDB. Uma realidade que vem de encontro com a opção preferencial das IUS por jovens e pessoas das classes populares como seus destinatários prediletos.

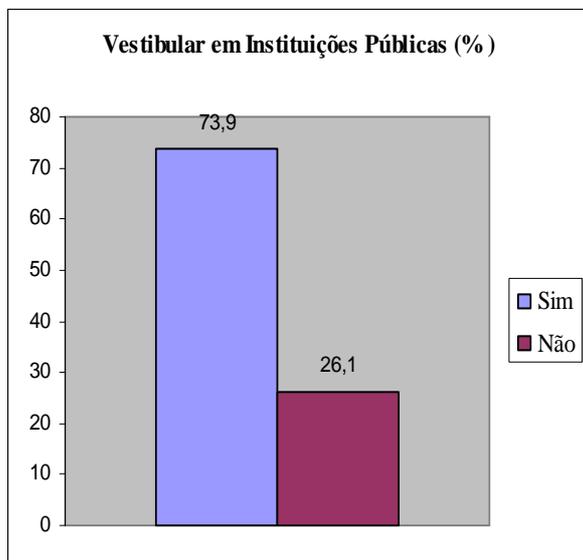
A opção pelos jovens das classes populares quer superar qualquer postura elitista, não apenas em relação aos destinatários, mas também na orientação da pesquisa e no desenvolvimento dos diversos serviços universitários: quer dizer, no ensino, na pesquisa e na extensão. Neste sentido, a pesquisa, a docência e os serviços têm como objetivo conhecer melhor a condição juvenil, sobretudo dos setores menos favorecidos para proporcionar-lhes uma transformação positiva; e a educação transmitida procura formar pessoas comprometidas com a causa da justiça e promover na sociedade propostas que incidam nos processos educativos e nas estratégias e políticas juvenis (IUS 2003^a, N. 19).

Esta realidade dos discentes atendidos pela FSDB, exigiu que a instituição oferecesse aos ingressantes um curso de introdução ao Ensino Superior, com a finalidade de proporcionar condições básicas aos acadêmicos de compreenderem o funcionamento do Ensino Superior bem como prestar auxílio nas questões de aprendizagem.

Em relação à escolha por cursar o ensino superior em instituição particular deve-se ao fato dos estudantes não conseguirem aprovação no processo seletivo nas universidades

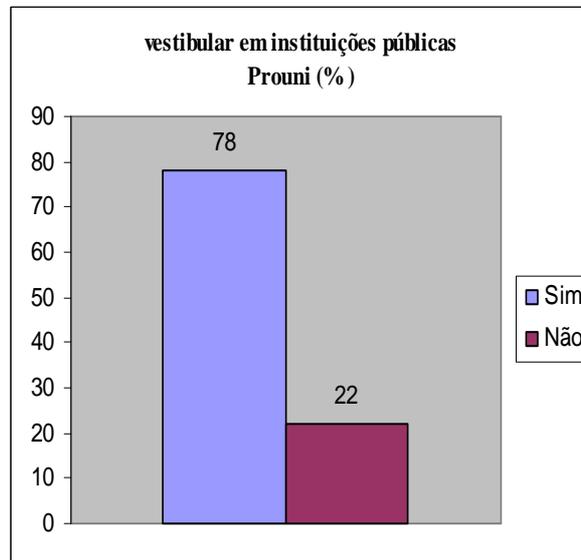
públicas. Como demonstram os gráficos de nº. 11 e 12 - se o estudante bolsista já havia prestado vestibular na Universidade pública e gratuita.

Gráfico 11 - Vestibular em Instituição Pública: Gratuidade.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 12 - Vestibular em Instituição Pública: Prouni.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

O resultado apresenta 73,9% dos estudantes bolsistas da Gratuidade responderam que sim, contra apenas 26,1% que nunca tentaram vestibular em Universidade Pública. A tentativa de cursar o nível superior em instituição pública e gratuita é maior entre os estudantes bolsistas do Prouni, sendo 78% respondendo sim, contra apenas 22% não.

São inúmeras as dificuldades a que são submetidos os estudantes carentes: a maioria cursou integralmente o ensino médio em escolas públicas com qualidade inferior à encontrada em escolas particulares; muitos trabalham para auxiliar a família, tem pouco tempo disponível para estudar; a falta de recursos materiais e didáticos, a dificuldade de conciliar as despesas familiar da acadêmica, são fatores que acaba por dificultar o ingresso nas universidades públicas, bem como sua permanência e conclusão.

A grande maioria dos estudantes das camadas populares frequenta a escola pública durante a educação básica, o que vem dificultar o acesso à universidade pública e gratuita, devido à defasagem de conhecimento. É quando o estudante opta pela Instituição privada, se depara com a dificuldade para pagar as mensalidades, ficando inadimplente ou até desistindo por falta de condições financeira para arcar com as despesas acadêmicas.

Realidade vivenciada pelos estudantes da FSDB que buscaram na política de concessão de bolsas de estudo pela filantropia o apoio financeiro para ingressar e ou permanecer no ensino superior e concluir o sonho do nível superior e de melhorias no campo profissional.

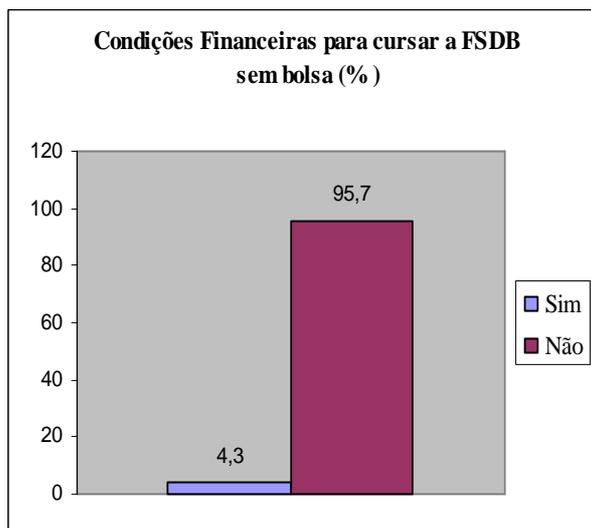
Percebe-se a partir dessa análise que a verdadeira democratização do acesso ao Ensino Superior implica a expansão das instituições públicas e gratuitas, a ampliação dos investimentos da União e dos Estados na oferta desse nível de Educação e a melhoria da qualidade do ensino na educação básica pública permitindo que a população brasileira com baixa renda tenha oportunidade de ingressar na educação superior pública e gratuita realizando o sonho de possuir formação de nível superior. Segundo Carvalho (2006),

O empecilho à massificação do ensino superior brasileiro não está na ausência de vagas para o ingresso no sistema, mas na escassez de vagas públicas e gratuitas. Estas são insuficientes e inadequadas diante do perfil dos estudantes que concluem o ensino médio. Deste contingente, 63% estudam em escolas públicas no período noturno (CARVALHO 2006, p. 996).

Do montante de estudantes beneficiados com a bolsa Gratuidade (gráfico nº 13), 95,7% não teria condições de custear as despesas da mensalidade da graduação se não estivessem recebendo o benefício da bolsa de estudo e apenas 4,3% disseram que tentariam alternativas para custear as despesas com o ensino superior, como: empréstimo no banco; ajuda financeira de amigos, cônjuge e parentes; financiamento estudantil; reduzindo as despesas no orçamento familiar; privando-se de outros bens.

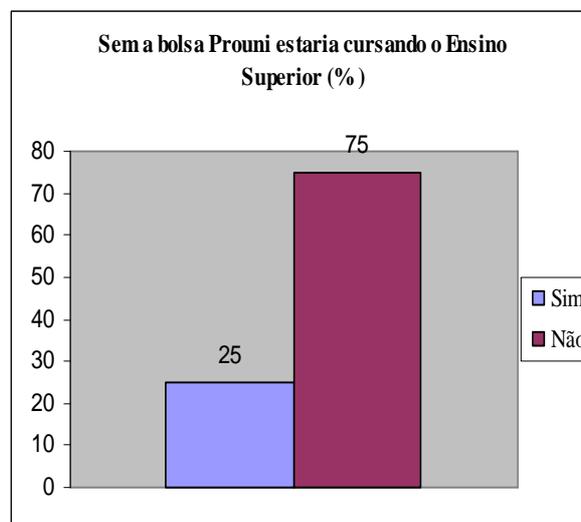
Já o gráfico de nº. 14 apresenta a realidade dos bolsistas do Prouni que 75% responderam que não teriam condições financeiras para custear as despesas com o pagamento das mensalidades do Ensino Superior se não tivessem sido aprovados no programa. Outros 25% disseram que apesar de não possuírem condições financeiras buscariam alternativas para arcar com essa despesa devido à grande necessidade de uma pessoa ter hoje em seu currículo a educação superior.

Gráfico 13 – Condições de cursar o Ensino Superior sem a bolsa de estudo: Gratuidade.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

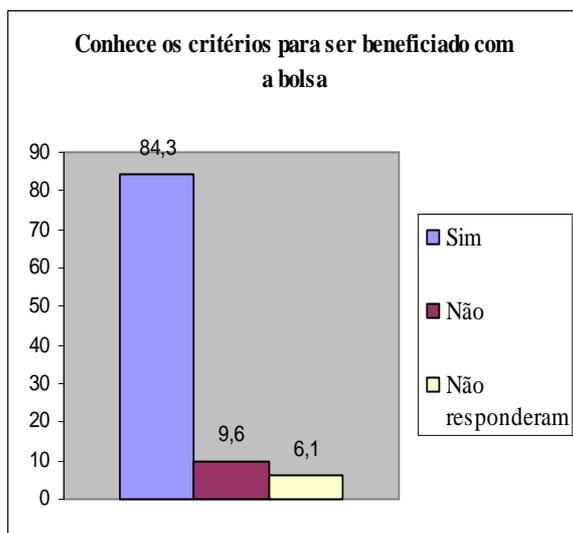
Gráfico 14 – Condições de cursar o Ensino Superior sem a bolsa de estudo: Prouni.



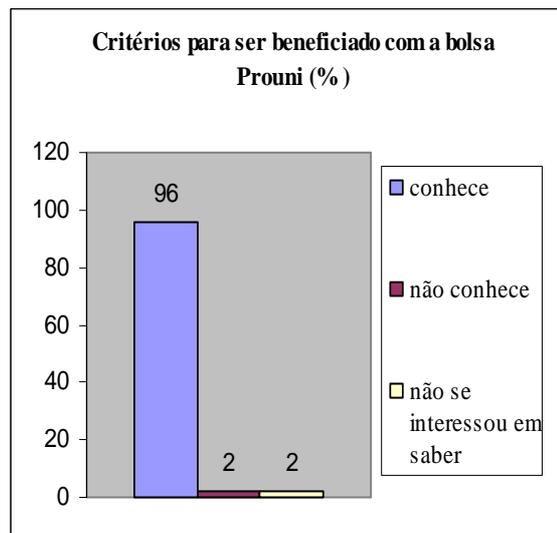
(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

O gráfico de nº 15 demonstra que 84,3% dos estudantes beneficiados com a bolsa de estudo Gratuidade responderam ter conhecimento dos critérios para ser beneficiado com a bolsa de estudo da própria instituição; 9,6% não conhecem os critérios apesar de estar sendo beneficiado pelo programa e 6,1% não responderam à questão.

Entre os bolsistas do Prouni é maior o conhecimento por parte dos estudantes em relação aos critérios e procedimentos para ser beneficiado com a bolsa de estudo. Todas as informações do Programa Universidade para Todos estão disponíveis para a população no site do MEC, existindo até uma cartilha de orientação a respeito da bolsa de nome “Manual do Bolsista Prouni”. Por essa razão, 96% dos entrevistados afirmaram que conhecem os critérios que regulam as bolsas do Prouni, contra apenas 2% que não conhecem e 2% que disseram ter interesse em saber.

Gráfico 15 - Critérios para a Bolsa Gratuidade

(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 16 – Critérios para a Bolsa Prouni.

(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

As respostas dos bolsistas acima confirmam que os mesmos responderam nos gráficos de 15 e 16 sobre o conhecimento dos critérios para ser beneficiado com a bolsa de estudo da própria instituição (Gratuidade e do Prouni) que é a situação de vulnerabilidade social, as condições de carência financeira e social pessoal e familiar.

Em relação aos bolsistas do Prouni o critério é acrescido da exigência de participar do ENEM e obter rendimento superior a 400 pontos. Esse critério da exigência do ENEM para concorrer à bolsa do Prouni em algumas situações tem dificultado que estudantes em situação de vulnerabilidade social consigam o benefício por não obter aprovação no exame.

O procedimento para concorrer à bolsa do Prouni se dá em três fases: a) inscrição e pré-seleção pelo MEC; b) os estudantes devem comparecer às instituições de ensino, de posse dos documentos que comprovem as informações prestadas em sua ficha de inscrição; c) se aprovados pela instituição de ensino, são inseridos no programa mediante a emissão do correspondente Termo de Concessão de Bolsa. De acordo com o site: <http://portal.mec.gov.br> acessado em 01 de março de 2011.

Quanto aos procedimentos que os estudantes bolsistas da Gratuidade tiveram que cumprir para ser beneficiado com a bolsa de estudo, foi unânime as seguintes respostas: Comprovação por meio de documentos da situação financeira; não ficar inadimplente (quando beneficiada com bolsa parcial de 50%); rendimento e aproveitamento acadêmico; entrevista

social com a assistente social da instituição; apresentar documentação de toda a família; observar os regulamentos da IES; visita domiciliar da assistente social para confirmar as informações prestadas pelos estudantes; participação nas atividades desenvolvidas pela IES; redigir uma carta bem detalhada contando as dificuldades e comprovar por meio de documentos; provar que os rendimentos financeiros estavam dentro dos critérios exigidos; avaliação e acompanhamento do aluno pela assistente social; comprovação da renda familiar.

Em relação às maiores dificuldades enfrentadas pelos estudantes para cursarem o Ensino Superior, as principais respostas foram: pagar os outros 50% da mensalidade; as dificuldades financeiras, o transporte, material didático (xerox, livros, seminários, entre outras), conciliar trabalho e estudo, tempo para estudar, distância da instituição de ensino da residência.

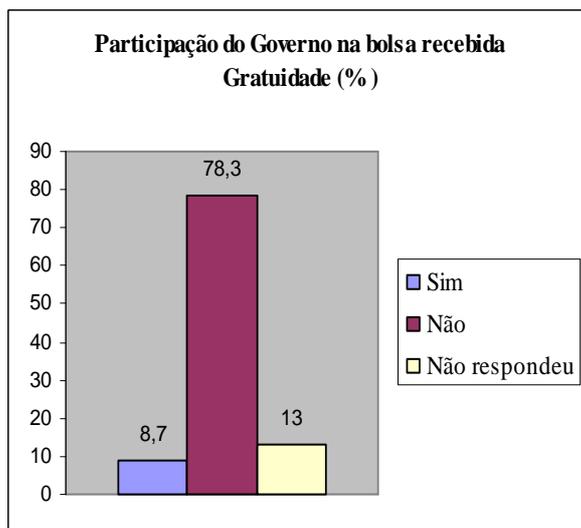
Neste sentido é bastante apropriada a discussão sobre o caráter social dos programas de concessão de bolsas de estudo no ensino superior, que promove uma política pública de acesso, mas não garante a permanência e conclusão com sucesso desta etapa de formação.

O que leva Carvalho (2006) a levantar dúvidas quanto à efetividade do caráter social da política de inclusão no ensino superior.

[...] a população de baixa renda não necessita apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as Instituições públicas, ainda podem oferecer tais como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários, bolsas de pesquisa, entre outras. (CARVALHO 2006, p.16)

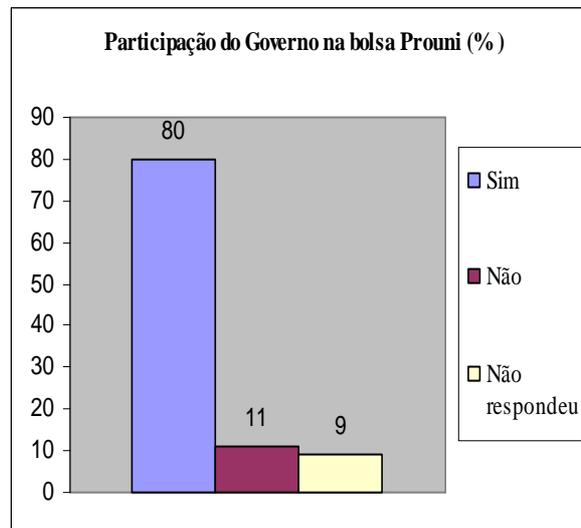
Quando os estudantes bolsistas da Gratuidade foram questionados sobre a participação do governo na política das bolsas de estudos concedidas pela instituição, 78,3% responderam que não existe nenhuma participação do Estado e 8,7% responderam que sim e 13% não responderam a questão, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 17 – Participação Governamental nas Bolsas da Gratuidade.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 18 – Participação Governamental nas Bolsas do Prouni.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Não existe por parte dos estudantes conhecimento do programa das bolsas concedidas pela própria instituição de ensino como uma política pública do Estado visando beneficiar estudantes carentes no acesso e na permanência ao ensino superior em troca de imunidade tributária. Eles desconhecem essa política e acreditam que a concessão da bolsa de estudo da própria IES é algo interno da instituição, faz parte de sua identidade cristã, católica auxiliar os estudantes que necessitam. Desconhecem os critérios estabelecidos pelo MEC na política de concessão de bolsas de estudo pela filantropia e das exigências de sua gestão.

O desconhecimento por parte dos estudantes e da comunidade externa da política nacional de concessão de bolsas de estudos nas IES privadas em troca da renúncia fiscal justifica a tentativa de pessoas externas de influenciarem nas decisões da IES a respeito dos estudantes a serem beneficiados.

São solicitações provenientes de religiosos, pessoas influentes da sociedade manauara, ex-alunos salesianos, solicitação de pessoas amigas, entre outros, que utilizam de status pessoais para intermediarem a solicitação dos estudantes interessados no benefício e que não procuram pelo Serviço Social por desconhecerem a política de concessão de bolsas de estudos pela IES e pela legislação brasileira.

A FSDB no ano de 2008 implantou a Comissão Especial para concessão de bolsas de estudo na FSDB, com a finalidade de dar uma característica mais profissional ao programa, evitando que o mesmo caia em ações protecionistas em prol de alguns estudantes.

Após a entrevista sócio-econômica realizada pela Assistente Social, com o objetivo de diagnosticar social e financeiramente o perfil da família, é emitido parecer técnico.

- A gratuidade parcial ou integral só será concedida após parecer técnico da Assistente Social e aprovação da Comissão Especial para concessão de bolsas da FSDB, constituída pelo Vice-Diretor Administrativo Financeiro, Vice Diretor de Ações Comunitárias, um docente, um representante do NAPPS e a Assistente Social da FSDB.
- Após o parecer final, o responsável se comprometerá através de instrumento contratual, a cumprir as determinações ali estipuladas, afirmando serem verdadeiras, todas as informações prestadas, a fim de se tornar apto a usufruir da gratuidade. (PDI - 2008-2012, p.96)

O que não acontece com as bolsas do Prouni porque é do conhecimento de todos os brasileiros os critérios a serem observados na concessão deste tipo de bolsa, a começar pela obrigatoriedade de participar do ENEM e conseguir pontuação acima dos 400 pontos para estar apto a concorrer à vaga de bolsistas em qualquer instituição privada de ensino superior.

Os candidatos ao Prouni devem fazer a inscrição no site do MEC e aguardar a aprovação do mesmo. Só então, se apresentará na Instituição para a qual foi pré-selecionado para confirmar as informações e apresentar a documentação comprobatória.

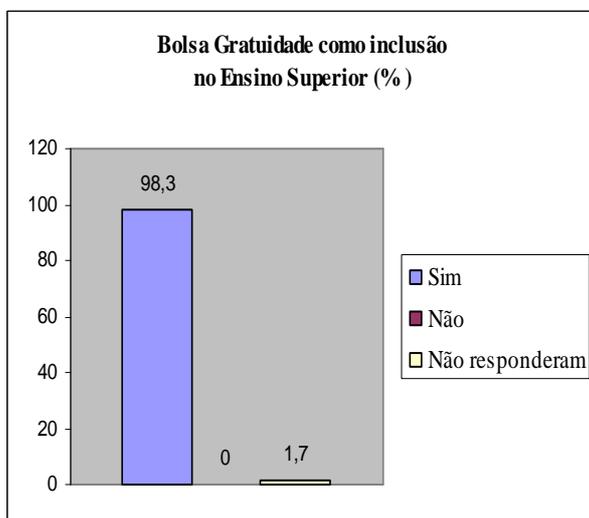
Segundo essa análise, a bolsa do Prouni poderá ser considerada mais justa e correta em relação ao processo seletivo, tendo em vista que não sofrem pressões de pessoas particulares para que determinado estudante seja beneficiado. O estudante para ser beneficiado pela bolsa do Prouni precisa seguir os critérios exigidos pelo MEC quanto ao Enem e as etapas para inscrição no Prouni e comprovação das informações nas IES.

A concessão de bolsas de estudos integrais e parciais do PROUNI para estudantes de ensino superior em troca de renúncia fiscal em instituições privadas com ou sem fins lucrativos surge acompanhada pela retórica de justiça social e de inclusão das camadas sociais menos favorecidas, cujo principal indicador é o baixo contingente de alunos de 18 a 24 anos que frequenta o ensino superior.

O gráfico 18 demonstra que 80% dos bolsistas do Prouni têm conhecimento da participação do governo na concessão das bolsas junto as IES, 11% responderam que não existe e 9% não responderam a questão. Em se tratando do Programa Universidade para Todos, os percentuais de estudantes que responderam não existir a participação do governo ou não respondeu a questão é preocupante. Demonstra a realidade de estudantes que estão sendo beneficiados por uma política pública que visa à democratização do acesso e a inclusão social de parcelas carentes da sociedade no ensino superior e que é por eles desconhecida. Como lutar por direitos que se desconhece?

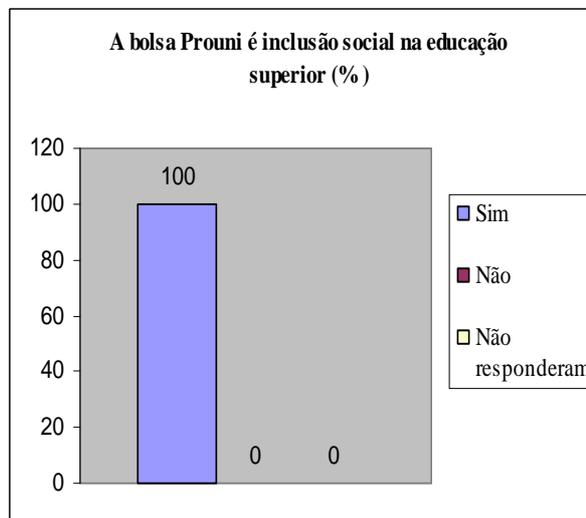
No gráfico de nº. 19, um percentual de 98,3% dos estudantes bolsistas da Gratuidade responderam que a bolsa de estudo é um mecanismo para a inclusão no Ensino Superior, contra 1,7% que não responderam a questão, o que vem confirmar a questão anterior sobre a contribuição da FSDB na inclusão de pessoas carentes no ensino superior. Se a bolsa de estudo é uma forma de inclusão no ensino superior a FSDB ao assumir essa política educacional tem contribuído para que essa inclusão aconteça.

Gráfico 19 – Bolsas de Estudo Gratuidade como Inclusão Social no Ensino Superior.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 20 – Bolsas de Estudo Prouni como Inclusão Social no Ensino Superior.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Já em relação às bolsas do Prouni (Gráfico 20), a pergunta feita aos estudantes foi sobre a inclusão social no ensino superior e não sobre a política de acesso. A resposta foi 100% dos entrevistados consideram a bolsa recebida como Inclusão Social no ensino superior. A hipótese é de que o estudante entenda melhor o termo inclusão social, porque se sente incluído no ensino superior ao ser beneficiado com a bolsa de estudo do Prouni.

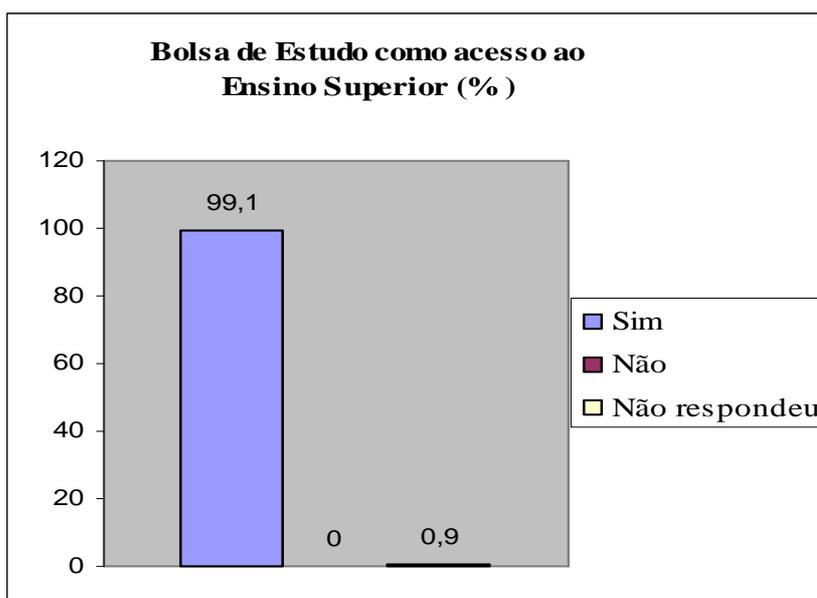
Outro fato que confirma o Programa Universidade para Todos como política de inclusão social no ensino superior é que o programa prevê cotas para negros e indígenas, destacando que o percentual terá que corresponder, no mínimo, ao percentual de cidadãos autodeclarados pretos, pardos e indígenas no último censo do IBGE de cada Estado.

As informações coletadas na pesquisa demonstram que as bolsas de estudos são entendidas pelos estudantes beneficiados como política de inclusão social e o significado dessa categoria “inclusão social” como sinônimo de resgate da cidadania, como acesso ao direito da educação. Neste sentido, a efetivação desta política pública na FSDB implica a garantia do acesso e da permanência do estudante na educação superior.

A contribuição da instituição da FSDB para o emergente e complexo tema que é a discussão atual na política educacional do país para o ensino superior. O que vem a justificar a relevância dessa discussão dentro de uma Instituição de Ensino Superior Salesiana que prioriza os mais necessitados na sua missão educacional.

O Gráfico de nº 21 só veio confirmar as respostas dos estudantes bolsistas da Gratuidade entrevistados em relação à política pública da democratização do acesso ao ensino superior para uma demanda com carência socioeconômica.

Gráfico 21 – Bolsa de Estudo Gratuidade como política de acesso ao Ensino Superior.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Ao serem questionados se a bolsa de estudo recebida é uma política de acesso ao ensino superior, 99,1% dos entrevistados disseram que sim e apenas 0,9% não responderam à questão, podemos levantar a hipótese de que esse percentual não entende o que significa política de acesso ao ensino superior, porque nenhum dos estudantes disse que não.

Percebe-se que os estudantes vêem os programas de concessão de bolsas de estudo como democratização do acesso ao Ensino Superior, porque os programas os beneficiaram.

Pode-se ainda analisar que ao conceder a bolsa de estudo para um grupo de estudantes outro grupo sinte-se excluído por não ter conseguido o benefício embora apresente os critérios exigidos pela legislação. Sabemos que a IES não consegue atender a toda demanda que solicita auxílio financeiro através da filantropia, gerando frustração na comunidade educativa.

Neste sentido, quando o estudante consegue obter o acesso ou a permanência no ensino superior devido à política de inclusão social por meio dos programas de bolsas de estudo, acredita que o Estado está realizando a democratização do ensino superior. No entanto, não consegue ver que a possibilidade de realizar um curso superior deveria ser um direito de todos os brasileiros por meio de uma educação pública e gratuita e não através de políticas inclusivas, que acabam excluindo alguém.

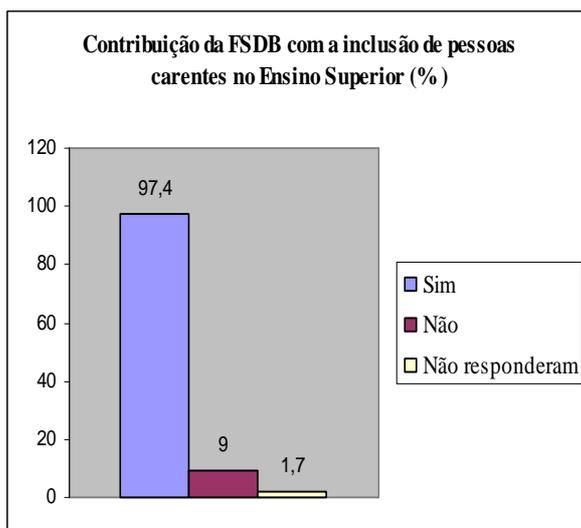
Apesar das políticas de inclusão social voltadas para a democratização do acesso ao ensino superior, o sistema nacional de educação superior continua não sendo acessível a toda a população brasileira.

Nos gráficos 22 e 23 os estudantes puderam manifestar sua opinião se realmente dentro da FSDB a concessão de bolsas de estudos proporciona a inclusão social de pessoas carentes.

Os bolsistas da Gratuidade responderam 97,4% que a IES contribui com a inclusão social de estudantes carentes no ensino superior ao concederem o benefício a estudantes carentes, contra 9% que disseram que não contribui e 1,7% que não responderam à questão. Em relação às bolsas do Prouni 98% dos entrevistados disseram que a Instituição contribui com a inclusão de pessoas carentes no ensino Superior ao aderir ao Programa Universidade para Todos, contra apenas 2% que não responderam à questão.

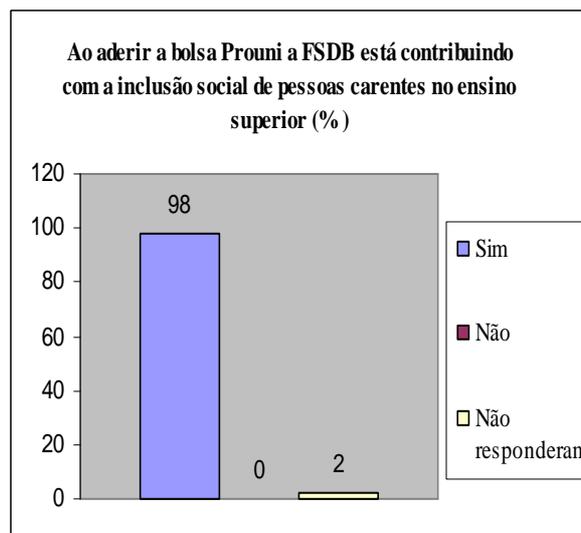
A justificativa do governo brasileiro para a política de inclusão social no ensino Superior é que existe uma baixa cobertura da educação superior no Brasil, que segundo o PNE/2001 é uma das mais baixas da América Latina e que o país tem como meta a ser atingida até 2011 um percentual de 30%.

Gráfico 22 – Gratuidade: Inclusão Social de pessoas carentes no Ensino Superior.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 23 – Prouni: Inclusão Social de pessoas carentes no Ensino Superior.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Como as Universidades públicas (federais, estaduais e municipais) estão distante de alcançar a massificação de estudantes que contribua com a elevação da meta a ser atingida pelo governo brasileiro, apesar de políticas implementadas nesse sentido como: abertura infraestrutura física já instalada para os cursos noturnos, políticas direcionadas para os segmentos menos favorecidos da sociedade e, sobretudo, para negros, índios e estudantes provenientes das escolas públicas, coube ao governo federal o viés mercadorizante, via oferta de ensino superior pago, propondo às instituições particulares a troca de vagas ociosas por renúncia fiscal.

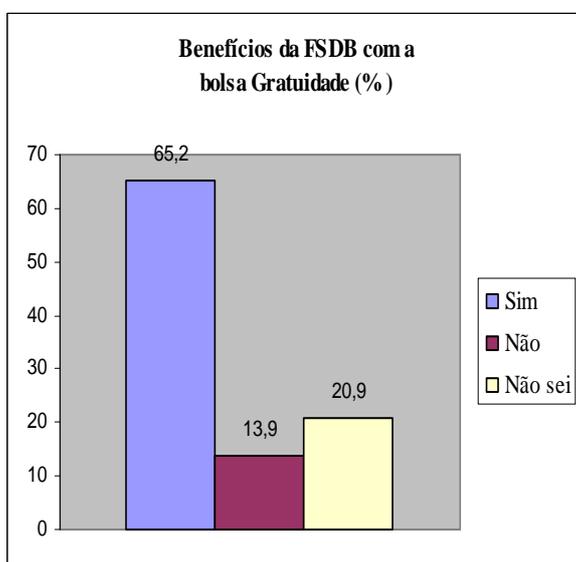
Um assunto é recorrente durante todo esse trabalho, a parceria do Estado com as instituições privadas com e sem fins lucrativos por meio da renúncia fiscal em troca de vagas ociosas nessas instituições.

O que nos leva aos gráficos de nº 24 e 25 cuja questão é se a IES é beneficiada com a concessão das bolsas de estudos (Gratuidade e Prouni).

O gráfico de nº. 24 apresenta 65,2% dos bolsistas da Gratuidade afirmando que sim, a instituição de ensino é beneficiada com a concessão das bolsas de estudo, contra 13,9% que disseram que não e 20,9% que disseram não saber a resposta.

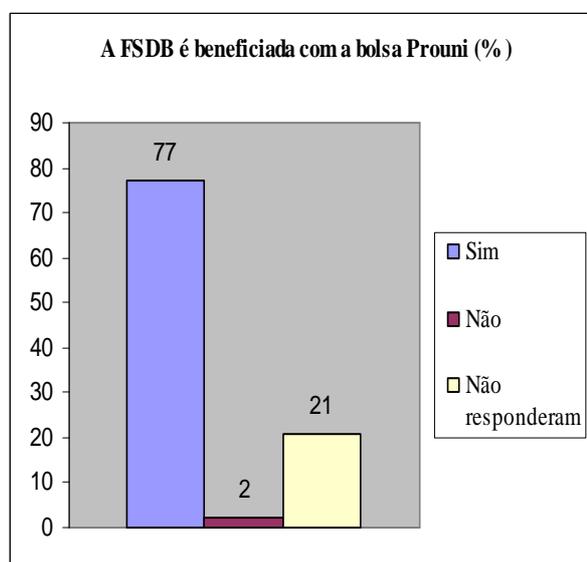
Em relação às bolsas do Prouni, o gráfico 25 demonstra que 77% dos estudantes entrevistados afirmam que a IES é beneficiada com a concessão do benefício, contra 21% que não responderam e 2% que disseram que a IES não é beneficiada.

Gráfico 24 - Benefício da IES ao conceder as Bolsas da Gratuidade.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 25 – Benefício da IES ao conceder as Bolsas do Prouni.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Apesar da maioria dos entrevistados afirmarem que a IES é beneficiada com a concessão das bolsas de estudo, os mesmos não souberam justificar de forma clara de que forma a instituição é beneficiada.

Para os bolsistas o benefício da Instituição se deve a isenção de impostos; a filantropia que a IES possui; a responsabilidade social realizada pela instituição; a divulgação da instituição pelos estudantes beneficiados, o aumento do número de alunos na instituição; o reconhecimento da instituição pela comunidade externa; no entanto, um percentual não respondeu como se concretiza esse benefício para a instituição porque desconhece.

O que nos leva a analisar que o assunto não é de todo claro e compreensível para os estudantes beneficiários, talvez por não se discutir abertamente o tema na comunidade educativa.

A concessão de bolsas de estudo na instituição e os benefícios por ela adquiridos com essa política da filantropia ainda é assunto secreto, tratado por poucas pessoas. Ou ainda, não se considera a gestão da filantropia como assunto importante na instituição que tem por característica ser filantrópica, isto é conceder bolsas de estudo em troca da imunidade tributária.

A questão a seguir dá continuidade à reflexão sobre os benefícios concedidos pelo Estado às instituições que concedem o benefício da bolsa de estudo a estudantes com carência socioeconômica.

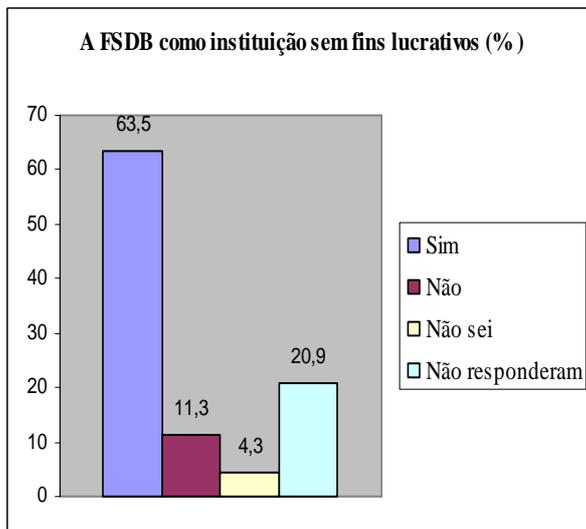
Os gráficos de nº 26 e 27 trazem as respostas dos estudantes bolsistas da Gratuidade e do Prouni, na questão a FSDB como instituição sem fins lucrativos.

Dos bolsistas da Gratuidade entrevistados, 63,5% disseram que sim, a instituição é sem fins lucrativos e 20,9% não responderam a questão e 11,3% não sabem a resposta e apenas 4,3% não sabem responder.

Já para os bolsistas do Prouni, 66% demonstraram ter conhecimento de que a FSDB é uma instituição sem fins lucrativos, contra apenas 1% que disseram que não saber a resposta, 23% que não e 10% que não responderam a pergunta.

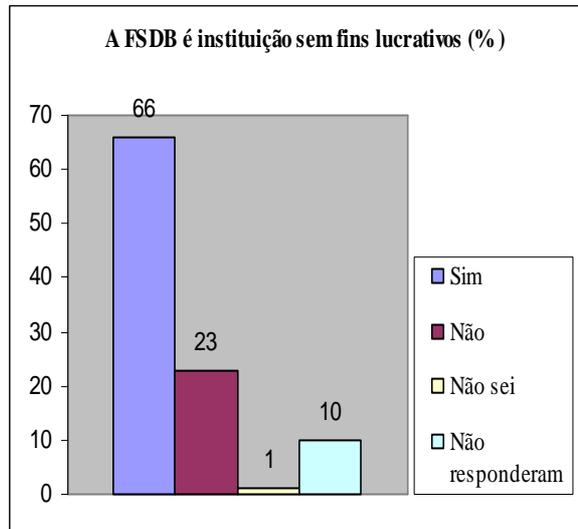
A Constituição Federal do Brasil faz referência às entidades civis com várias qualificações, dentre elas: pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos; instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos; instituições assistenciais; entidades beneficentes de assistência social; entidades filantrópicas; entidades sem fins lucrativos; entidades beneficentes; entidades de assistência social; escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, com finalidade não lucrativa.

Gráfico 26 – FSDB como Instituição sem fins lucrativos para bolsistas da Gratuidade.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 27 – FSDB como Instituição sem fins lucrativos para Prouni.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Enfim, não importa a titulação recebida, o que importa é que são instituições criadas para desenvolver atividades de mérito social.

Por fins não lucrativos entendem-se aquelas cuja realização não envolva exploração de atividade mercantil, nem distribuição de lucros ou participação no resultado econômico final da instituição.

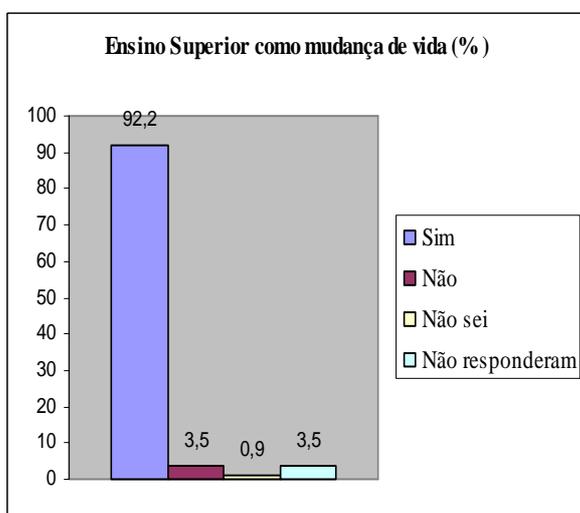
É claro que a instituição necessita possuir a certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, além do certificado de utilidade pública municipal, estadual e federal e para gozo da imunidade tributária, aplicar pelo menos 20% de sua receita anual em gratuidade escolar por meio da concessão de bolsas de estudo integral (100%) e parcial (50%) a estudantes com carência socioeconômica conforme critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

A FSDB é credenciada pela Portaria do MEC de nº 1166, com data de 17/04/2002 e publicada em 18/04/2002, como instituição privada sem fins lucrativos, com organização acadêmica: Faculdade e tem como mantenedora a Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia – ISMA que é a portadora do título de filantropia.

O gráfico 28 apresenta 92,2% dos entrevistados afirmando que o ensino superior proporcionou mudança na sua vida contra apenas 3,5% que disseram que não proporcionou mudança nenhuma.

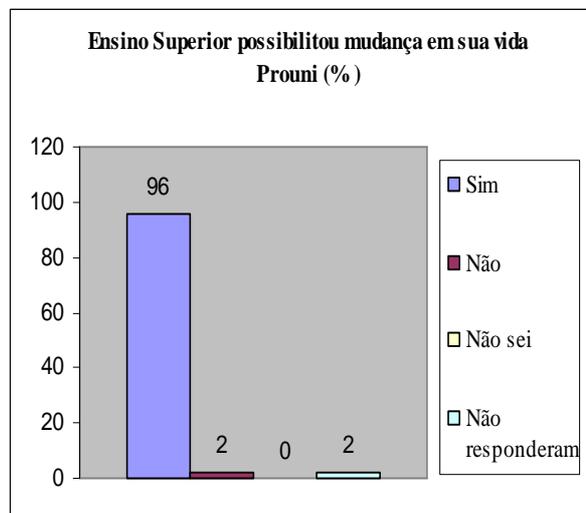
Em relação aos bolsistas do Prouni entrevistados (gráfico 29), 96% disseram que o ensino Superior possibilitou mudanças em suas vidas, apenas 2% não tiveram essas mudanças.

Gráfico 28 – Ensino Superior proporcionou mudança de vida para bolsista da Gratuidade.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 29 – Ensino Superior proporcionou mudança de vida para bolsistas do Prouni.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Apresentaremos abaixo as justificativas dos estudantes bolsistas da Gratuidade ao responderem essa questão. As principais respostas foram: “crescimento pessoal e profissional; maior visão do mundo; mudanças financeiras e maior crescimento pessoal; maior conhecimento dos direitos; oportunidade de promoção no trabalho; conciliar a prática com a teoria; novos horizontes e perspectiva de vida; abertura para o mercado de trabalho; mudança de mentalidade; habilidades necessárias para conquistar um futuro melhor; auto-estima; mudança financeira e intelectual; ser capaz de refletir sobre minha própria vida e a realidade do mundo que me cerca”.

Os bolsistas do Prouni que responderam sim, o ensino superior possibilitou mudanças em suas vidas foram 96% dos entrevistados. As justificativas foram às seguintes: “habilidade profissional; ampliação do conhecimento; maior credibilidade; novos horizontes e outras

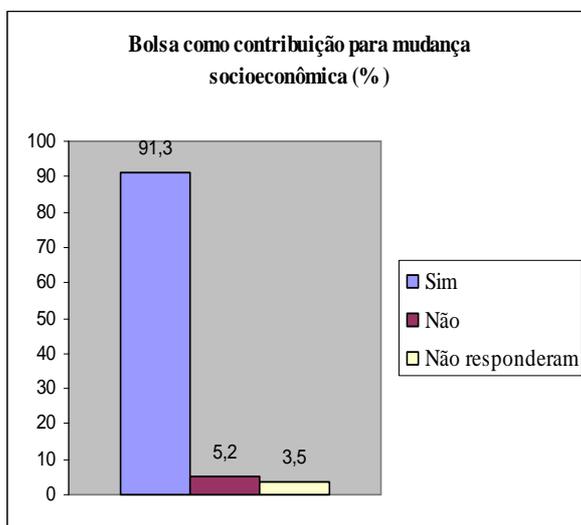
perspectivas de vida; possibilidade de crescimento pessoal e profissional; auto-estima; mais oportunidades no mercado de trabalho; visão crítica; conhecimento técnico; aquisição de conhecimentos; possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e ser melhor remunerada; capital intelectual; conhecimento e respeito; crescimento profissional; melhorou a qualidade de vida em diversos aspectos, principalmente no financeiro”.

Em relação às mudanças socioeconômicas que estudantes tiveram em suas vidas após serem beneficiados com as bolsas de estudo: Gratuidade e Prouni.

O gráfico 30 apresenta 91,3% dos estudantes bolsistas da Gratuidade afirmando que sim, essas mudanças aconteceram, contra apenas 5,2% que disseram que não contribuiu e 3,5% que não responderam à questão.

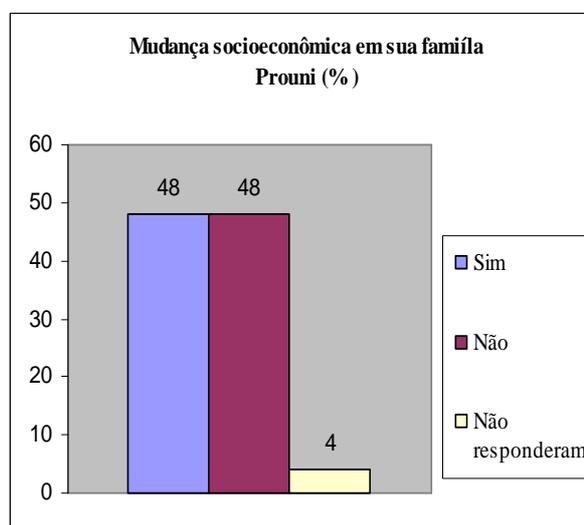
Quanto aos bolsistas do Prouni, o gráfico de nº 31 demonstra que houve um empate, sendo que 48% disseram que sim, houve mudanças socioeconômicas na vida de suas famílias com o benefício da bolsa do Prouni e 48% disseram que não, contra 4% que não responderam.

Gráfico 30 - Mudanças socioeconômicas do Estudante bolsista da Gratuidade.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 31 – Mudanças socioeconômicas do Estudante bolsista do Prouni.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Alguns depoimentos dos bolsistas do Prouni a respeito das mudanças que já estão acontecendo em suas vidas: “possibilitou ser aprovada no concurso público; oportunidade de estágio remunerado na área que cursa; melhorou a qualidade de vida da família porque com a bolsa de estudo sobra dinheiro para outras despesas familiar; porque não tenho despesas com a mensalidade de uma faculdade privada; consegui emprego; a redução das despesas com meus estudos possibilitaram pagar outras despesas familiares; posso contribuir com o orçamento familiar; melhores condições financeiras; posso arcar com outras despesas acadêmicas porque não pago a mensalidade do curso; fui contratada pela empresa onde fazia estágio; possibilitou ter expectativas para o futuro”.

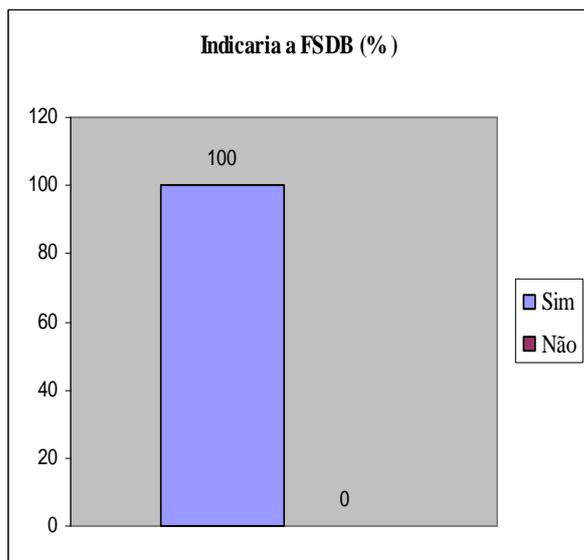
Em relação aos 48% que disseram que não houve mudança socioeconômica em suas vidas, a grande maioria não justificou a resposta. Algumas justificativas foram: “não está atuando na área da graduação; continua desempregada apesar de cursar o nível superior; não houve ainda acréscimo de salário; ainda não, mas já consegue vislumbrar um futuro melhor; membros da família desempregado sobrecarrega o estudante apesar de possuir bolsas de estudo; família residente em outro Estado”.

Quanto aos 91,3 % dos bolsistas da Gratuidade que disseram que houve mudança socioeconômica em suas vidas, as justificativas são as seguintes: “antes de conseguir a bolsa não tinha possibilidade de ajudar no orçamento familiar, mais agora eu tenho; agora posso ajudar minha família nas despesas da casa; melhor qualidade de vida para minha família; a renda familiar melhorou muito, tenho mais dinheiro para pagar as dívidas; possibilitou investimento em outros cursos e bens materiais; ainda não mudou muita coisa, mas tenho certeza de que irá mudar; diminuiu minha preocupação com o atraso no pagamento da mensalidade; agora consigo pagar meu transporte e custear as despesas com material didático; consigo manter a faculdade e contribuir dentro de casa; começamos a comprar material de construção para terminar a casa; pude guardar dinheiro para pagar as contas atrasadas; melhorou as condições financeiras podendo ajudar nas despesas da casa; hoje posso pagar uma pessoa para cuidar de minha filha e não preciso desistir de estudar para ficar com ela”.

Esse resultado da pesquisa significa que a inclusão social de estudantes carentes no ensino superior privado por meio da política de concessão de bolsas de estudo, contribui sim para a melhoria da qualidade de vida do estudante ao proporcionar formação humana e profissional que o capacitará para o mercado de trabalho.

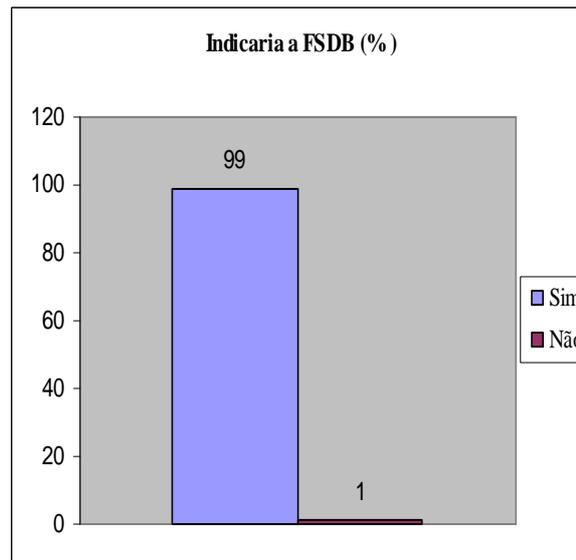
Os gráficos 32 e 33 encerra essa discussão junto aos estudantes bolsistas com o questionamento: você indicaria a FSDB para outro estudante?

Gráfico 32 – Bolsistas da Gratuidade indicariam a FSDB para outros estudantes.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas da Gratuidade)

Gráfico 33 – Bolsistas do Prouni indicariam a FSDB para outros estudantes.



(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com Bolsistas do Prouni)

Ao ser questionado sobre a FSDB, 100% dos bolsistas da Gratuidade entrevistados responderam que indicariam a IES para outros estudantes. O que poderíamos considerar como a satisfação do cliente, o verdadeiro marketing social.

As respostas apresentadas pelos estudantes à questão foram às seguintes: “por ter qualidade de ensino; ser reconhecida na sociedade; o diploma FSDB é valorizado no mercado de trabalho; dá oportunidade aos estudantes, valoriza seus acadêmicos e prepara para o futuro; a instituição forma profissional com qualidade; tem bons profissionais e são humanos; respeita e valoriza o educando como pessoa; instituição cristã que leva a sério a responsabilidade na educação; preço acessível; tem ensino de qualidade; valoriza a educação do cidadão; prioriza o ser humano; princípios éticos, morais e cristão; dá oportunidade para aqueles que necessitam; se preocupa com as necessidades de seus alunos; integrada com a comunidade; pela metodologia utilizada; comprometida com a qualidade de ensino prestado aos seus acadêmicos entre outros”.

Dos participantes da pesquisa, 99% dos bolsistas do Prouni indicariam a FSDB para outros estudantes, apresentaram os seguintes motivos: “é uma instituição humana e se preocupa com o desenvolvimento de seus acadêmicos; pela qualidade do ensino; por respeitar seus clientes; é uma IES acolhedora; respeita as diferenças; porque é uma instituição com princípios cristãos e éticos; é comprometida com o social; sua credibilidade no mercado; por oferecer oportunidades a quem não tem condições de pagar mensalidades; possui um bom conceito no mercado de trabalho; pedagogia salesiana; professores e funcionários empenhados no aprendizado do aluno; ambiente agradável, professores qualificados”, contra 1% que disseram que não indicariam a FSDB para outros estudantes por que se sentem apenas mais um cliente dentro da IES.

Os gráficos analisados procuraram apresentar o cruzamento entre as variáveis e as duas modalidades de bolsas existentes na FSDB: Gratuidade e Prouni e como a demanda beneficiada de cada modalidade compreende o tema investigado.

Quando cruzadas as informações demonstram que não houve discrepância entre as duas modalidades, sobretudo referente aos critérios para a concessão das bolsas de estudos, que segundo a legislação brasileira é única para as bolsas Gratuidade e bolsas Prouni; porque ambas as modalidades constituem a filantropia da IES e são normatizadas pela mesma legislação.

Isso indica a seriedade com que a FSDB trabalha a filantropia e fica evidente que a instituição possui caráter social inclusivo, condizente com sua natureza de instituição sem fins lucrativos e de identidade salesiana.

A pesquisa comprovou que os estudantes bolsistas da FSDB consideram a política de concessão de bolsas pela instituição de ensino como instrumento para a inclusão social de estudantes carentes na educação superior e demonstraram possuir conhecimento a respeito dos critérios para ser beneficiado, embora desconheçam a legislação sobre filantropia em instituição de educação de nível superior.

Faltou na investigação levantar informações de estudantes não bolsistas, a fim de verificar qual o grau de conhecimento dessa demanda a respeito do fato da instituição ser sem fins lucrativos e conceder bolsas de estudos.

3.3 Interpretação e Análise dos Dados: na visão dos Gestores, Docentes e Colaboradores Técnicos Administrativos.

O segundo momento da investigação foi à aplicação da entrevista semi-estruturada aos representantes da comunidade educativa nas categorias: gestor (1), docentes (8), técnicos administrativos (5). As respostas foram transcritas conforme as perguntas abertas coletadas do questionário, garantindo a fidedignidade das respostas dos entrevistados.

Dentre as questões aplicadas agrupamos as respostas em dois blocos por categorias: Gestão Educacional e Inclusão Social na FSDB.

Um dos objetivos estratégicos da pesquisa é interpretar qual o entendimento que estudantes, gestores, colaboradores técnicos administrativos da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus têm sobre essa modalidade de gestão educacional e de inclusão social na educação superior;

O primeiro bloco de questões abordará a Gestão Educacional na visão de pessoas que representam à comunidade educativa nas seguintes categorias: gestor, técnicos administrativos e docentes.

Para a exposição da análise elaborada sobre as repostas, optamos por agrupar os argumentos destacando o que existe de comum entre eles, em todas as categorias.

Ao ser questionado a respeito da FSDB ser uma instituição sem fins lucrativos. E o que isso significa, todos os entrevistados (100%) têm o entendimento de que a FSDB é uma instituição sem fins lucrativos. Vejamos o que cada categoria entende por instituição sem fins lucrativos.

Entrevistado A: (Gestor)

1. “Significa que é legalmente autorizada e reconhecida pelo órgão regulador do Estado brasileiro para a educação como Instituição que presta serviço à sociedade, mesmo não sendo mantida pelo poder público. Significa também que é uma instituição cujo superávit (lucro) é revertido para a manutenção dos seus objetivos sociais”.

Entrevistado B: (Docentes)

1. “Significa que recebe isenção de alguns impostos e taxas em prol de uma política de inclusão social através da educação”
2. “Que reverterá seu lucro, se chegar a ter, no crescimento e ou qualificação da própria instituição”;
3. “Significa que pretende prestar um grande serviço as comunidades carentes, é de Utilidade Pública”;
4. “Que a Instituição investe todos os recursos em benefício da comunidade civil e acadêmica”;
5. “significa imunidade em relação aos impostos com obrigação de investir o percentual dos impostos em filantropia, com prestação de contas”;
6. “Instituição que não visa lucro”;
7. ”Hoje constitui em grande desafio, são muitas as exigências e fiscalizações e pouca contribuição do governo”;
8. Não justificou a resposta.

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

1. ”Acredito que alguns impostos são convertidos em bolsa de estudo”;
2. “Isenção de impostos e taxas”;
3. “[...] É possuir incentivos fiscais para garantir a concessão de bolsas de estudo [...]”;
4. “Incentivos do governo federal”;
5. “Uma contribuição direta dos valores da IES para a formação dos cidadãos”;

Grifo nas palavras que caracterizam uma instituição sem fins lucrativos. A partir dessas características que identificam as instituições sem fins lucrativos, podemos buscar trabalhar uma definição para estas IES na área da educação.

As instituições oriundas da iniciativa particular são criadas por credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) e são mantidas e administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado, podendo ter ou não fins lucrativos.

No Brasil, quanto à origem de seus recursos financeiros, existem dois tipos de instituições de ensino superior: as que são mantidas pelo Poder Público - instituições públicas

e gratuitas e as que se mantêm com recursos próprios que são as instituições privadas, que se subdividem em instituições sem fins lucrativos (confessionais, comunitárias e filantrópicas) e as instituições com fins lucrativos.

O Estado transfere recursos públicos à iniciativa privada sem fins lucrativos, tendo em vista que, estas, investem o excedente nas próprias atividades institucionais. No artigo 209, fica clara a característica privatista do Estado ao afirmar que o ensino é livre à iniciativa privada e no artigo 213 mostra a legalidade da transferência de recursos do Estado para instituições privadas sem fins lucrativos, como política de inclusão educacional via renúncia fiscal da União.

Credenciada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como instituição de ensino superior privada, sem fins lucrativos, a Faculdade Salesiana Dom Bosco é por lei obrigada a destinar 20% da sua receita efetiva anual na concessão de bolsas de estudos a estudantes com carência socioeconômica, observando a legislação que normatiza a filantropia e segundo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Ao ser questionado se a FSDB deveria ser uma instituição sem fins lucrativos ou com fins lucrativos, do total de entrevistados, 78,57% responderam que a IES deve continuar como sem fins lucrativos, destacando a importância de preocupar com sua sustentabilidade financeira, e 21,43% disseram que a instituição deveria ser com fins lucrativos, afirmando que o retorno financeiro seria mais rápido e conseqüentemente o crescimento da FSDB também.

Entrevistado A: (Gestor)

1. “A missão e os valores condizem com a natureza de instituição privada sem fins lucrativos. Assegurar aos jovens / adultos em situação de maior carência o acesso ao Ensino Superior atende a um dos valores subjacentes às IUS (Instituições Universitárias Salesianas)”.

Entrevistado B: (Docentes)

1. “A FSDB tem uma identidade comprometida com os menos favorecidos”;
2. “É sua razão social”;
3. “Ela deve continuar mantendo o seu perfil e objetivos da salesianidade”;
4. “Tem mais a ver com sua missão”;
5. “Acredito que faz parte da identidade da IES”;

6. “Devido à salesianidade que constitui seu diferencial”;
7. “Se for pensando na missão salesiana: deve ser privada, sem fins lucrativos”;
8. “Acredito que deve continuar sendo filantrópico. Mas deve estar atento para a sua sustentabilidade”;

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

Já entre os colaboradores técnicos administrativos, 40% responderam que a instituição deve continuar como sem fins lucrativos devido à missão institucional e devido ao carisma salesiano, mas deve melhorar sua gestão organizacional. Os outros 60% responderam que a instituição deveria ser com fins lucrativos, afirmando que o retorno financeiro seria mais rápido e conseqüentemente o crescimento da FSDB também.

A questão seguinte busca levantar a diferença na gestão de uma instituição sem fins lucrativos de uma instituição com fins lucrativos. As respostas foram às seguintes:

Entrevistado A: (Gestor)

1. “Para ser bem prático penso que os diferentes modelos de Gestão estão intimamente ligados aos fins e objetivos a que a uma instituição persegue. No caso de uma IES com fins lucrativos o fim será sempre aquele de obter resultados em termos econômicos; portanto, toda a gestão ficará focada à grande meta que é o lucro. A eficiência e a competência da gestão é medida pela quantidade de valores tangíveis (em termos econômicos) que consegue agregar à empresa. Nesse modelo a educação torna-se facilmente uma mercadoria. Outros valores, tais como, a qualidade do ensino, a gestão democrática, as relações humanas no trabalho, etc., estão subordinados e em função do valor econômico. Já a gestão em uma IES sem fins lucrativos, mesmo mantendo uma necessária preocupação com a sustentabilidade econômica, o leque de atenção se amplia possibilitando a articulação de objetivos e metas condizentes com a missão e os valores intangíveis da instituição. Assim é possível priorizar no trabalho da gestão aspectos como projeto pedagógico, gestão participativa, clima organizacional positivo, atenção às pessoas, etc. As pessoas estão ao centro dos processos, não o contrário”.

Entrevistado B: (Docentes)

1. “Em nível de gestão não se diferencia, porém existe legislação específica para regulamentar as IES sem fins lucrativos”;
2. “A diferença está na forma de gerir os recursos que dispõe para satisfazer as necessidades da instituição”;
3. “Sua preocupação pela promoção humana e a inclusão social, pela educação dos menos favorecidos”;
4. “A IES sem fins lucrativos a arrecadação deve ser investida na própria instituição. As IES com fins lucrativos a gestão tem liberdade de aplicar o lucro como lhe prouver”;
5. “Sem fins lucrativos: caráter social reverte parte do lucro para a educação e com fins lucrativos: tem caráter mais empresarial”;
6. “A IES com fins lucrativos busca o lucro de seu empreendimento”;
7. “Sim, com fins lucrativos deve ter lucro para se manter no mercado e sem a obrigatoriedade de reverter o lucro em benefício da comunidade. Seu objetivo maior é distribuir o lucro entre os sócios”;
8. “Sim existe”;

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

Dos entrevistados, 60% apresentaram características que diferenciam os dois tipos de IES e que estão transcritas abaixo.. E 40% dos entrevistados não souberam apresentar as diferença na gestão.

1. “Gestão privada com fins lucrativos: visa somente o lucro”;
2. “A gestão sem fins lucrativos é também conhecida como terceiro setor”;
3. “IES com fins lucrativos: busca lucratividade. IES sem fins lucrativos: visa a assistência social”;

Na questão o que acha importante destacar na Gestão de uma Instituição de Ensino Superior privada. A categoria entrevista A (Gestor) não respondeu. Os demais participantes apresentaram as seguintes respostas:

Entrevistado B: (Docentes)

1. “A sua identidade institucional. Sua missão, visão e valores”;
2. “O Planejamento Estratégico”;
3. “Sua preocupação com o corpo docente e discente e sua projeção na comunidade mediante a pesquisa e a extensão”;
4. “Que o ensino tende a ser de melhor qualidade, mas quando se fala de privada e de Dom Bosco deve-se ter em mente a seriedade dos serviços prestados”;
5. “Valores humanos e pedagógicos”;
6. “Seriedade. Responsabilidade social. Comunicação e liderança”;
7. “Com os poucos recursos tem que funcionar e satisfazer os clientes. Deve-se ter ousadia na gestão”;
8. “Normalmente, as Instituições privadas procuram garantir uma melhor qualidade de atendimento e também de ensino”;

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

1. “A comunicação entre os setores”;
2. “O comprometimento com o cliente/acadêmico em fornecer um serviço com qualidade”;
3. “Qualidade no Ensino”;
4. “Organização, estrutura física, procedimentos e métodos de controles de melhorias”;
5. “Melhoria constante nos departamentos e estrutura organizacional”;

Nesta categoria foi solicitado aos participantes que dessem sugestões para a GESTÃO da Instituição, 78,57% dos entrevistados deram suas sugestões e 21,43% não fizeram nenhuma sugestão.

Entrevistado A: (Gestor)

1. “Quem trabalha na gestão tem como responsabilidade perguntar-se permanentemente sobre como a instituição pode melhorar seus serviços para responder de forma adequada sua missão e objetivos. Considerando que a gestão da FSDB está ligada a todos os processos internos, sejam eles pedagógicos ou administrativos penso que a FSDB pode avançar muito em alguns setores, sobretudo administrativos, adquirindo maior profissionalismo e co-responsabilidade. Precisamos trabalhar para integrar melhor os recursos humanos da FSDB ao redor dos objetivos institucionais”.

Entrevistado B: (Docentes)

1. “Priorizar o pedagógico em detrimento do financeiro”;
2. “Criação de novos cursos de graduação para conquistar clientela, agilizar a construção da nova sede”;
3. “Confiar na capacidade dos leigos no gerenciamento da Instituição”;
4. “Investir na formação dos docentes com mestrados e doutorados reconhecidos no país”;
5. “Contribuir para o desenvolvimento e crescimento da instituição através da implantação de uma gestão corporativa e participativa”;
6. “Divulgar as ações de responsabilidade social da Instituição e realizar estudos sobre a tendência na concessão de bolsas anualmente”;
7. “Verificar alternativas para a sustentabilidade financeira da IES. Gestão democrática”;
8. “Especificar de forma mais detalhada as competências das diversas funções que são desenvolvidas na IES”;

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

1. “Melhorar a comunicação interna, qualificação dos colaboradores, equipamentos mais modernos”;
2. “Comunicação interna e entrosamento entre os setores”;

A última questão deste bloco de entrevistas faz a seguinte pergunta: Você gosta de trabalhar na FSDB?

Entrevistado A: (Gestor)

1. “Sim. Em poucas palavras porque comungo dos valores e objetivos institucionais. Isso me dá liberdade e autonomia para trabalhar, ao mesmo tempo em que assegura um sentido mais profundo a tudo que faço”.

Entrevistado B: (Docentes)

Todos os docentes entrevistados afirmaram gostar de trabalhar na FSDB pelos seguintes motivos:

1. “Ambiente acolhedor”;
2. “Sinto-me parte da história do curso”;
3. “A instituição valoriza as pessoas e proporciona formação profissional e pessoal”;
4. “Pela sua política de inclusão social”;
5. “Tenho liberdade de expressão”;
6. “Me identifico com as questões sociais, com a credibilidade do nome Dom Bosco e porque me sinto muito bem na instituição”;
7. “Por que me identifico com a FSDB”;
8. “É um espaço educativo desafiador. Há muito que construir para a educação”;

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

Do total dos participantes, 20% não gostam de trabalhar na FSDB e 80% responderam que gostam de trabalhar na IES.

1. “Entusiasmada com o carisma salesiano”;
2. “O clima de companheirismo faz toda a diferença”;
3. “Um bom ambiente para se trabalhar”;
4. “Por trabalhar na minha formação profissional, gosto do que faço e busco novos desafios”;
5. “A cada dia passamos por dificuldades e novos desafios, o que precisamos é nos auto-avaliarmos e buscar melhoria contínua; pois a empresa quando não tem identidade perde o seu espaço”.

Neste bloco de respostas a respeito do tema Gestão Educacional e mais especificamente, na FSDB que é uma instituição privada sem fins lucrativos, chama atenção sobre a concepção assistencial e pouco profissionalizante que temos da gestão de uma instituição de educação desta categoria e da pouca preocupação com estratégias de sustentabilidade financeira.

Muitas das instituições sem fins lucrativas nasceram do carisma de um fundador interessado em resolver uma questão social da época e por anos lutaram para sobreviver por meio de doações, subsídios do governo, imunidade tributária e até por geração de renda através de produção de bens e serviços; no entanto, enfrentam sérios problemas de gestão.

Cada vez mais nos convencemos de que as instituições com gestão baseada em valores devem profissionalizar seus gestores e colaboradores porque é imprescindível a existência de uma gestão financeira e de uma prestação de serviços eficientes para a continuidade da instituição. Não basta apenas possuir uma missão e valores institucionais que encantam a sociedade; é preciso sobreviver num mercado com muitos concorrentes. Um dos desafios a ser enfrentado por este tipo de instituição é tornar-se mais profissional sua gestão, buscar formas criativas e alternativas para sua sustentabilidade financeira, investir em marketing social e qualificar seus colaboradores para uma atuação mais eficaz.

Quando falamos que a instituição é sem fins lucrativos, não podemos na atualidade entender que a instituição não possa ter lucro em seu investimento. O que ela não pode é distribuir esse lucro entre seus sócios. Apesar da FSDB não possuir finalidades lucrativas, ela deverá apresentar resultados positivos, porque possuir lucro num exercício financeiro significa que os recursos foram usados de forma eficiente, sendo possível pagar as despesas e reinvestir os recursos em novos empreendimentos que darão vida e continuidade à missão institucional.

A gestão de uma instituição sem fins lucrativos deverá ser tão profissional e eficiente como a de qualquer empresa de finalidade lucrativa.

Quanto à obrigatoriedade de investir 20% de sua receita efetiva na política de inclusão social por meio da concessão de bolsas de estudos, seja da própria IES (bolsas Gratuidade) ou da parceria com o MEC através do Prouni, não traz nenhum empecilho a sua sustentabilidade financeira, nem dificulta a sua gestão. Pelo contrário, o credenciamento como instituição filantrópica traz para a instituição a imunidade tributária; ou seja, a instituição recebe recursos públicos em troca de vagas para uma demanda controlada pelo Estado como política de democratização e universalização do acesso ao ensino superior.

O grande empecilho financeiro de uma gestão de ensino superior privada é o percentual alto de inadimplência nas mensalidades. Uma gestão que não está atenta à situação

financeira da IES, que não constrói estratégias para conter as inadimplências, que não investe na captação de recursos e num marketing capaz de trazer novos clientes para seu empreendimento está condenado à falência.

A competitividade no setor educacional gerou a necessidade de gestores profissionais que reúnam as capacidades e competências adequadas à gestão diária deste tipo de instituição para não perder campo de atuação para as instituições empresariais que no contexto atual, ainda são beneficiadas com a parceria com o Estado por meio das isenções fiscais ao aderirem o Prouni em troca de vagas ociosas.

Podemos citar Hudson (1999) quando falamos da importância da gestão em uma instituição sem fins lucrativos.

[...] Entretanto, administração é igualmente importante para o sucesso dessas organizações. Até a metade da década de 70, administração não era uma palavra muito usada pelas pessoas ao referirem-se a organizações do terceiro setor. A administração era vista como parte da cultura do mundo dos negócios e não parecia ser apropriada para organizações orientadas por outros valores. O grande crescimento e a abordagem cada vez mais profissional dessas organizações mudaram completamente esse ponto de vista. Hoje em dia, a administração está sendo adaptada para organizações orientadas por valores. Sua linguagem e seus conceitos estão começando a brotar da língua das pessoas tão eloqüentemente quanto os discursos sobre a causa. [...] (HUDSON 1999, p.13)

Nos dias atuais há uma consciência cada vez maior de que as instituições não podem mais sobreviver com a visão caritativa e protecionista. É necessário lançar mão de uma gestão eficiente, eficaz e inovadora que viabilize a sustentabilidade da missão filantrópica, sem perder sua característica humanizadora.

Quando falamos da superação da postura caritativa, estamos nos referindo à gestão profissional da assistência educacional proporcionada aos estudantes por meio da política da concessão de benefícios como bolsas de estudos ou descontos na mensalidade.

A instituição é por lei obrigada a investir 20% de sua receita efetiva na política de inclusão social de estudantes carentes, não mais do que este percentual. Não tem obrigação de socorrer a toda a demanda que solicita ajuda financeira, para não comprometer sua sobrevivência financeira.

O processo de privatização da educação superior em curso no país é perceptível quando as instituições com fins lucrativos (empresariais) ficam isentas de todos os tributos que recolhiam a partir da adesão ao Programa Universidade para Todos – PROUNI. Outro fator é que a contrapartida das instituições empresariais em número de bolsas é menor do que as instituições sem fins lucrativos, elas permanecem com o mesmo status institucional e continuam não se submetendo a fiscalização/regulação governamental na mesma proporção das instituições privadas sem fins lucrativos.

As instituições empresariais também realizam a inclusão social de estudantes carentes ao aderirem o programa de concessão de bolsa de estudo pelo Prouni e financiamento estudantil por meio do Fies. No contexto de Manaus, ainda existe o programa de bolsas municipais por meio do programa Bolsa Universidade. Essas instituições também são beneficiadas com a renúncia fiscal em troca da concessão de bolsas de estudo.

Fica então o questionamento, qual a vantagem de ser uma instituição em fins lucrativos no setor educacional?

Diante do quadro de privatização da educação superior no Brasil, precisamos repensar nosso entendimento sobre a gestão de instituição sem fins lucrativos se quisermos sobreviver neste mercado onde cada vez mais predominam as instituições empresariais.

O segundo bloco de questões a serem analisadas diz respeito à Inclusão Social no Ensino Superior. Procuramos identificar como é entendido esse tema pelas pessoas que representam à comunidade educativa: gestor, docentes e técnicos administrativos.

Os programas de concessão de bolsas de estudo nas instituições privadas com e sem fins lucrativos são considerados como políticas para a democratização do acesso ao ensino superior de estudantes provenientes da rede pública de ensino, etnias (negros e indígenas), pessoas deficientes e pertencentes às camadas sociais mais empobrecidas.

Uma alternativa do Estado para amenizar a exclusão social de pessoas que não consegue ingressar numa instituição pública de ensino superior por diversos motivos, dentre eles, a formação de pouca qualidade na educação básica da rede pública de educação.

A primeira questão a ser trabalhada neste bloco diz respeito à concessão de bolsas na FSDB: Você concorda com a concessão de bolsas de estudos na FSDB? Quando 100% dos pesquisados responderam que Sim, concordam com a concessão de bolsas pela Instituição.

Entrevistado A: (Gestor)

1. “Sim. Concordo não somente por ser uma questão legal, isto é, um requisito imprescindível para manter o credenciamento como Instituição Filantrópica, mas também por ser uma resposta efetiva ao desafio do acesso à educação superior de milhares de jovens que se encontram em situação de desvantagem socioeconômica. Sabemos que essa é uma responsabilidade do Estado – pois a educação é um bem público, portanto, um direito do cidadão – mas no atual contexto da globalização e, conseqüente, mercantilização da educação e exclusão social, creio que as IES filantrópicas cumprem um papel fundamental na sociedade, salvaguardando direitos constitucionais”.

Entrevistado B: (Docentes)

1. “Concordo, pois contempla a missão da IES e dos salesianos. É um modo de ampliar o acesso e a permanência de cidadãos que estariam excluídos”;
2. “A instituição é sem fins lucrativos e a missão salesiana tem como alvo a juventude, especialmente a mais necessitada”;
3. “Concordo pela oportunidade que se dá aos que não tem condições de pagar, tendo o cuidado para que a instituição possa se manter, pois mesmo sendo filantrópica precisa honrar seus compromissos”;
4. “Permite a Inclusão Social”;
5. “Primeiro pela razão de ser da IES e também pelo grande benefício que presta a sociedade, oportunizando pessoas a tornarem-se profissionais competentes”;
6. “Muitas pessoas tem a possibilidade de realizar o ensino superior graças a esta ajuda; facilitando sua inclusão social e o desenvolvimento de seus direitos de cidadania”;
7. “Desta forma a IES completa os propósitos de inclusão social ampliando as possibilidades dos estudantes”;
8. “Devido ao seu caráter cristão e filantrópico. É justo que a oferta de bolsas para alunos que realmente não têm condições de pagar seus estudos”;

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

1. “Para dar uma oportunidade às pessoas de baixa renda”;
2. “De certo modo, é uma forma de atrair acadêmicos para a FSDB”;
3. “Devido ao fato de possuir procedimentos e critérios semelhantes ao do Prouni e uma comissão na própria instituição”;
4. “Isenta a instituição de pagar imposto”;

A questão seguinte é sobre os critérios para concessão da bolsa de estudo. Foi perguntado: Você conhece os critérios para o estudante ser beneficiado com a bolsa de estudo?

Entrevistado A: (Gestor)

1. “Sim. Bolsa PROUNI: comprovação de renda familiar; ter estudado em escola pública e ter feito o exame do Enem. Bolsa FSDB: comprovação de renda familiar de até 2 salários mínimos”.

Entrevistado B: (Docentes)

Em relação à participação dos docentes nesta questão, 62,50% disseram que conhecem os critérios para a concessão das bolsas pela filantropia na FSDB e 37,50% disseram que não conhecem.

1. “Comprovar as necessidades econômicas e também sociais”;
2. “Não ter renda familiar superior a três salários mínimos e ter realizado a prova do Enem”;
3. “Renda mais composição familiar”;
4. “Baixa renda familiar”;
5. “Ter cursado o ensino médio em escola pública e ter renda familiar per capita de até três salários mínimos”;

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

Em relação aos critérios para a concessão das bolsas da filantropia. Entende-se por bolsas filantrópicas, as modalidades Gratuidade (própria da IES) e as do Prouni (MEC). Nesta questão, 60% dos entrevistados disseram que SIM e 40% disseram NÃO conhecer os critérios para concessão de bolsas de estudos.

- a) “Comprovar dificuldades socioeconômicas”;
- b) “Para concorrer à bolsa filantropia, o estudante deve participar do Enem e obter nota mínima do MEC. Tem que ter renda familiar de até três salários mínimos e obedecer às condições estabelecidas pelo MEC”;
- c) “Ter renda familiar de até três salários mínimos e fazer o Enem com nota de classificação junto ao MEC”;

O programa de concessão de bolsas de estudos nas IES particulares é política educacional direcionada a estudantes com carência socioeconômica, objetivando proporcionar o acesso e ou a permanência na educação superior. A FSDB executa essa política, por essa razão, pergunta-se: A bolsa de estudo proporciona realmente acesso ao ensino superior de estudantes carentes?

Nesta questão, 100% dos entrevistados de todas as categorias responderam que SIM.

Entrevistado A: (Gestor)

1. “Penso que sim. Pelo menos foi essa a finalidade de ser ter estabelecido, em 2007, no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2008-2012, uma comissão para concessão de bolsas; isto é, garantir que a bolsa seja concedida, de forma totalmente imparcial, para quem realmente necessita”.

Entrevistado B: (Docentes)

- 1. “Ajuda sem dúvida, porém os acadêmicos deveriam ter subsídios para o material de estudo”;
- 2. “Proporciona, mas deve ter cuidado no acompanhamento”;

3. “Estou respondendo enquanto faculdade, mas se levarmos em consideração o Prouni, beneficia pessoas que não tem nenhuma necessidade. O governo deve repensar”;
4. “Porque, a não ser assim, os bolsistas nem suas famílias teriam condições de pagar as mensalidades”;
5. “Devido à possibilidade de promoção social e do protagonismo dos estudantes”;
6. “Tenho certeza de que a triagem é realizada com bastante lisura e que possibilita um grande número de alunos o acesso à educação superior”;
7. “Possibilita ampliar critérios de acesso a pessoas carentes na educação superior”;
8. “Com certeza. Muitos acadêmicos só tiveram chance de ingressar no ensino superior por que foram contemplados com a bolsa de estudo”;

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

- a) “Acredito que as bolsas são destinadas às pessoas que não podem pagar as mensalidades, então necessitam desse recurso”;
- b) “Por não ter condições financeiras para arcar no todo com a educação para uma profissionalização”;
- c) “Devido ao fato de buscar crescimento e melhoria do conhecimento na vida pessoal e profissional”;
4. “Precisamos sempre garantir a real necessidade de uma bolsa de estudo filantrópica, dentro dos critérios e procedimentos exigidos pelo MEC”;

Quando a IES particular executa a política de democratização do acesso e ou permanência mediante aos programas de inclusão social de estudantes carentes existe uma contrapartida por parte do Estado em troca destas vagas.

Objetivando analisar qual o entendimento dos entrevistados em relação à execução desta política dentro da IES, perguntamos: A IES é beneficiada com a concessão de bolsas de estudos?

Entrevistado A: (Gestor)

“Sim. Através de sua mantenedora ISMA, a FSDB é beneficiada com a isenção de alguns tributos federais, se não estou enganado, ISS, ICMS e IPI.”

Entrevistado B: (Docentes)

A pesquisa demonstra que 87,50% dos docentes entrevistados responderam que a IES é beneficiada com a concessão de bolsas de estudo, sendo que todas as respostas apresentavam a isenção de impostos como o benefício recebido em troca das bolsas de estudos concedidas. Contra apenas 12,50% que disseram que a instituição não recebe nenhum benefício com a política de bolsas de estudos.

Entrevistado C: (Técnicos Administrativos)

Em relação à participação dos colaboradores técnicos administrativos, 80% afirmaram que sim, a instituição é beneficiada com a concessão de bolsas de estudos, através da isenção de impostos e da certificação junto ao MEC da mantenedora como instituição filantrópica que se estende a filiar. Apenas 20% que disseram que não existe nenhum benefício.

Na última questão deste bloco sobre a inclusão social na FSDB, foi questionado a respeito das vantagens e desvantagens da instituição ao aderir à política educacional proposta pelo Estado na busca da efetivação do princípio constitucional da democratização e universalização da educação brasileira.

Tabela 8 - Entrevista realizada com Gestor da FSDB.

Docentes	Vantagens	Desvantagens
1	“Além da citada acima, penso que a maior vantagem é o fato de associar o nome FSDB à idéia de Responsabilidade Social da iniciativa privada. Isso provoca a instituição (gestores e colaboradores) a ampliar cada vez mais seu compromisso com a sociedade manauense, sua busca por maior qualidade, bem como, a elaboração e execução de projetos sociais para atender a comunidade”.	Não vejo desvantagens.

(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com gestor da FSDB).

Tabela 9 - Entrevista realizada com Docentes da FSDB.

Docentes	Vantagens	Desvantagens
1	Coaduna com a filosofia salesiana e sua missão de educar	Atrai a classe mais desfavorecida e diminui a procura dos segmentos sociais mais abastados.
2	Proporciona o acesso de um maior número de pessoas carentes ao ensino superior	Dificuldades financeiras. Risco de falência da IES.
3	Contribui com a justiça distributiva. Devolve a dignidade ao cidadão.	A impossibilidade de atender a todos os pedidos da comunidade acadêmica, criando um mal estar.
4	Atende aos objetivos salesianos de opção pelos jovens carentes	Não consegue atender a toda a demanda local.
5	Deveria ser um marketing institucional.	Quantidade de bolsas torna a IES deficitária financeiramente.
6	Ter mais alunos; atender a missão salesiana e atender a filantropia.	Não pode ultrapassar o limite orçamentário da sustentabilidade econômica e financeira da IES.
7	Ampliar o acesso ao ensino superior e manter o compromisso com a educação dos jovens mais pobres.	Bolsistas não prestam serviços ou trabalho voluntário na IES.
8	Garantir a população menos favorecida o direito a inclusão no ensino superior.	Comprometem em partes as questões financeiras da IES.

(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com os docentes da FSDB).

Tabela 10 - Entrevista realizada com Colaboradores Técnicos Administrativos da FSDB.

Docentes	Vantagens	Desvantagens
1	Dar oportunidades para pessoas de baixa renda poder estudar.	Menor investimento em infra-estrutura
2	Divulgação de bolsas é sempre atrativo para os acadêmicos	Atraem acadêmicos sem recursos financeiros influenciando na parte financeira da IES.
3	Visibilidade para o certificado junto ao MEC	Compromete a saúde financeira da FSDB.
4	Promove acesso ao ensino superior para pessoas carentes	Talvez a bolsa de estudo não favoreça financeiramente a IES.
5	Garante a isenção de impostos	Não existem desvantagens.

(Fonte: Pesquisa realizada por Ribeiro (2011) com os colaboradores Técnicos administrativos da FSDB)

Alguns aspectos merecem ser analisados neste bloco sobre a inclusão social no ensino superior.

Todos concordam que as bolsas de estudo na IES privada viabilizam o acesso de estudantes carentes ao ensino superior, no entanto, nem sempre a permanência. Muitas das vezes o estudante beneficiado com a bolsa parcial de 50% não dispõe de recursos para arcar com a outra parte da mensalidade e algumas das vezes a gratuidade total ainda não é suficiente diante das despesas acadêmicas com os seminários, com o material didático, com a despesa de transporte e demais despesas pessoais e familiares que interferem na vida

acadêmica. O que nos leva ao seguinte questionamento: A verdadeira política educacional não seria a democratização e universalização do acesso nas instituições públicas e gratuitas?

Mas para viabilizar o ingresso nas universidades públicas e gratuitas de pessoas com carência socioeconômica o governo brasileiro terá que investir recursos para qualificar a educação básica, proporcionando uma educação que capacite os brasileiros que estudam na rede pública a serem aprovados no processo seletivo das universidades públicas.

E não basta apenas a gratuidade nas mensalidades do ensino superior é preciso políticas públicas que garantem sua permanência na educação superior. Políticas públicas que perpassam todos os setores da vida pessoal e familiar do estudante, tais como: moradia, saúde, habitação, transporte; emprego e renda, entre outras.

Quanto aos critérios para os estudantes serem beneficiados com as bolsas de estudo, tanto as bolsas da própria instituição (Gratuidade) quanto às bolsas do Prouni a regra é uma só: renda per capita familiar de 1 ½ (um salário e meio) do salário mínimo vigente para as bolsas integrais (100%) e até 3 (três) salário mínimo vigente para as bolsas parciais de 50%. O que predomina é a carência socioeconômica do estudante a ser beneficiado. No caso das bolsas do Prouni ainda existe a exigência da pontuação mínima de 400 pontos na prova do Enem. Já em relação às bolsas Gratuidade não existe a exigência da aprovação mínima no Enem.

As instituições de ensino superior que aderiram ao Prouni deverão seguir a legislação que normatiza o Prouni em relação aos critérios para a concessão das bolsas de estudo, assim como, em relação ao percentual da filantropia exigida pelo MEC que é de 20% da receita efetiva anual, totalmente em concessão de bolsas de estudo.

As instituições que concedem bolsa de estudo pela filantropia não podem em nenhum momento exigir que o estudante trabalhe para a entidade, nem mesmo como trabalho voluntário em atividades de pesquisa e extensão. As bolsas de estudos filantrópicas são totalmente gratuitas, não se pede retribuição da parte dos estudantes porque a instituição já receber imunidade tributária em troca da concessão do benefício. As únicas exigências é que o estudante tenha aproveitamento acadêmico e não fique inadimplente com a parte que lhe cabe no pagamento das mensalidades.

É preciso lembrar que a instituição não está fazendo caridade para com o estudante ao lhe conceder uma bolsa de estudo filantrópica, ela está executando uma política pública e recebe renúncia fiscal em troca da concessão de bolsas de estudos.

O fato da instituição não poder atender a toda a demanda por bolsa de estudo gera insatisfação na comunidade educativa como disse um docente em sua entrevista, é preciso lembrar não é da responsabilidade da instituição atender toda a demanda que busca o programa de apoio financeiro da instituição, mas somente a quantidade de bolsas que contemple o percentual de 20% da receita efetiva anual conforme exigência do MEC. Caso contrário estará comprometendo sua sustentabilidade financeira.

Os gestores da instituição, assim como os executores da política de inclusão social da instituição precisam estar consciente de que a instituição necessita de recursos financeiros para arcar com os seus compromissos acadêmicos e empresariais e que a mensalidade é para a instituição privada e, sobretudo, sem fins lucrativos a sua auto-sustentação financeira.

Muita das vezes, o estudante bolsista faz o marketing social da instituição atraindo pessoas de baixo nível econômico que vem até a instituição interessados no benefício da bolsa de estudo e que acabam desistindo da academia quando não recebem o benefício ou insistem em continuar mesmo sem recursos financeiros e acabam se tornando inadimplentes.

O financiamento das instituições privadas depende fortemente da cobrança de mensalidades, se conseguem algum recurso público é por meio da renúncia tributária em troca de vagas para estudantes carentes através de bolsas de estudo.

A crescente matrícula de alunos de menor poder aquisitivo tem levado a altos índices de inadimplência a cada semestre. A inadimplência estudantil é hoje um dos principais problemas enfrentados pelas instituições privadas de educação e que comprometem sua sustentabilidade financeira.

É preciso cuidar da gestão da instituição de forma profissional. A marca de instituição cristã, salesiana e filantrópica deverá contribuir para uma gestão democrática e participativa envolvendo toda a comunidade educativa na missão de prestar serviços educacionais com qualidade; tendo sempre como os preferidos desta missão os mais pobres, sem descuidar de sua sustentabilidade financeira e da competitividade deste mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desta pesquisa. O presente trabalho buscou contribuir na discussão sobre a gestão de uma instituição privada sem fins lucrativos e na política da inclusão social desenvolvida por esta IES junto aos estudantes com carência socioeconômica proporcionado aos mesmos à possibilidade de ingressar e ou permanecer no ensino superior e concretizar o sonho do diploma de nível superior como qualificação que os capacite para o concorrido mercado de trabalho.

A discussão sobre as políticas para o ensino superior no Brasil situa-se no contexto das políticas neoliberais que influenciaram a Reforma do Estado brasileiro, reduzindo o papel do Estado nas questões sociais. Sob a influência do neoliberalismo globalizado os Estado brasileiro vai se desobrigando de prestar serviços públicos que se constituem em direitos sociais da população. Dentre esses direitos sociais encontramos a educação superior.

O Brasil tem apresentado uma acentuada desigualdade social que impedem que uma demanda de sua população tenha acesso ao conhecimento através da educação superior. Pode-se afirmar que o acesso ao ensino superior ainda é bastante restrito e não atende a demanda por esse nível de ensino, apenas 10,4% dos jovens de idade entre 18 e 24 anos conseguem uma vaga no ensino superior. O Plano Nacional de Educação estima que em 2011 esta porcentagem atinja 30%, muito baixo comparado com outros países.

Diante dessa realidade a Constituição Federal de 1988, assim como a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB nº. 9.394/96 destacam a importância e urgência de promover a inclusão educacional como elemento formador de nacionalidade; por essa razão, o Brasil passou a discutir as políticas públicas de acesso ao ensino superior.

Na Faculdade Salesiana Dom Bosco a inclusão social de estudantes com carência socioeconômica se faz por meio dos programas de concessão de bolsas de estudo parciais (50%) e integrais (100%) em duas modalidades: a Gratuidade que consiste na bolsa institucional e o Prouni que é a parceria com o MEC. Delimitamos nossa investigação analisando a gestão e a política de inclusão social junto aos estudantes bolsistas destas duas modalidades.

É de responsabilidade do setor de Serviço Social que trabalha conjuntamente com a Vice-Diretoria Administrativa Financeira e as Comissões existentes nas duas modalidades de bolsas de estudos, realizarem a análise dos critérios estabelecidos pela legislação brasileira por meio da triagem socioeconômica, da apresentação de documentos comprovando a situação social e econômica da família e conseqüentemente a aprovação dos candidatos.

Com o objetivo de identificar a gestão educacional, interpretar o entendimento que bolsistas e comunidade educativa possuem a respeito do tema, e verificar como é executada a política de inclusão social na instituição é que foi realizada entrevista com o universo de 196 bolsistas nas duas modalidades de bolsas de estudo: Gratuitade e Prouni e 14 representantes da comunidade educativa, sendo gestor, docentes e colaboradores técnicos administrativos.

Observou-se no decorrer desta pesquisa que o problema foi respondido no conjunto das informações coletadas com a demanda entrevistada e no embasamento teórico que norteou a investigação.

Os fatores fundamentais que devem estar presentes na inclusão social de estudantes com carência socioeconômica em uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos que mais se destacaram no decorrer da pesquisa foram: a percepção da educação superior como bem público, direito social e dever do Estado; assegurar o direito ao estudante bolsista de receber uma educação de qualidade; primar pela equidade de oportunidades; inclusão social como política de democratização do acesso e permanência ao ensino superior; resgate da dignidade da pessoa humana; atendimento humanizado na instituição de Ensino; observar os critérios previstos na legislação que normatiza a política de concessão de bolsas de estudos; entender a concessão de bolsas de estudos no ensino superior como política pública de acesso e não como ação de protecionismo, caridade e assistencialismo por parte da instituição de ensino.

Se a Faculdade Salesiana Dom Bosco tem clareza dos fatores fundamentais que influenciam a inclusão social então contribui para o acesso de estudantes de baixo poder econômico no ensino superior. Esta é a hipótese que a investigação buscou confirmar ou refutar no decorrer da pesquisa.

Segundo os bolsistas da Gratuitade, 99,1% afirmam que as bolsas de estudos na FSDB contribuem com o acesso ao ensino superior. Na variável sobre a contribuição da IES

para a inclusão social de pessoas carentes no ensino superior, 97,4% dos bolsistas da Gratuidade e 98% dos bolsistas do Prouni responderam que sim, existe esta contribuição da instituição.

Na questão da satisfação dos estudantes bolsistas em relação à gestão e a inclusão social da FSDB é demonstrado quando 100% dos bolsistas da Gratuidade e 99% dos bolsistas do Prouni disseram que indicariam a instituição para outras pessoas. O que poderíamos considerar como comprovação da hipótese de que a Instituição de Ensino tem clareza dos fatores considerados fundamentais na gestão da política de inclusão social como política de acesso de estudantes de baixa renda na educação superior.

Quanto aos representantes da comunidade educativa (gestor, docentes, colaboradores técnicos administrativos) 100% dos entrevistados afirmaram ter entendimento que a FSDB é uma instituição privada e sem fins lucrativos, embora não tendo muita clareza do que isso significa, limitando a justificativa em “a IES não visa lucro”.

Em relação à política de concessão de bolsas de estudo, 100% aprovam a política dentro da instituição, sendo que somente 64,28% disseram ter algum conhecimento dos critérios e normas legais existentes no processo de seleção e aprovação dos candidatos ao benefício e as respostas apresentadas estão incompletas. O que nos leva a compreender atitudes protecionistas a estudantes que tentam ser beneficiados e não estão de acordo com as exigências da legislação.

Percebe-se ainda que, falta a correlação entre a gestão educacional de uma forma global, a sua sustentabilidade financeira como instituição particular e a obrigatoriedade de executar a política de concessão de bolsas de estudos no percentual de 20% de sua receita efetiva anual por ser credenciada como instituição sem fins lucrativos.

Desta forma, a pesquisa mostrou a complexidade e amplitude de um tema atual e polêmico que permeia a discussão sobre as políticas educacionais direcionadas a educação superior no Brasil. Expõe a preocupação em relação à concepção da educação como bem público e direito social da população e da implantação de políticas que garanta o trinômio acesso/permanência/sucesso dos estudantes ao serem beneficiados pelas políticas educacionais e a preocupação para com a sustentabilidade financeira da instituição.

Conclui-se que a FSDB na condição de instituição sem fins lucrativos dá sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e humana, suprimindo a incapacidade do Estado em desenvolver políticas públicas voltadas à educação superior ao aderir à política de inclusão social de demandas com carência socioeconômica na educação superior mediante programa de bolsas de estudo.

Quanto ao objetivo geral que norteou essa investigação que foi a análise dos temas Gestão Educacional e Inclusão Social no Ensino Superior, percebemos que foi alcançado, tanto em relação ao referencial teórico que embasou a reflexão desta pesquisa quanto à pesquisa junto aos estudantes bolsistas e aos representantes da comunidade educativa: gestor, docentes, colaboradores técnicos administrativos.

Observou-se também que a hipótese desta investigação foi confirmada durante a análise das informações referente aos fatores fundamentais que devem estar presentes na inclusão social de estudantes de baixa condição econômica em uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos; portanto, dando resposta ao problema objeto desta pesquisa.

Constatamos com esta análise que os bolsistas da FSDB estão conscientes de que as bolsas de estudos constituem-se em direito social e de que na instituição existe um serviço estruturado que executa a gestão da política pública mediante os critérios e normas exigidas pela Lei da filantropia e que apesar da gestão da FSDB ser democrática e participativa, faz-se necessária maior profissionalização de todos os setores, sobretudo, em relação aos gestores, para atuar perante as novas e complexas demandas que se apresentam no contexto de mercantilização da educação superior no Brasil sem perder o espaço e demanda nesse concorrido mercado e nem sua identidade institucional salesiana e cristã.

Mediante os resultados da presente investigação, apesar das críticas tecida por diversos atores sociais, constatamos, que a política de concessão de bolsas de estudos nas IES particulares é uma ação possível de alcançar resultados positivos em relação à democratização do acesso e ou permanência de estudantes carentes na educação superior. Mas, para isso, essa política educacional precisa realmente ser entendida pela demanda beneficiada como política pública educacional e gerenciada com profissionalismo pelas instituições de ensino.

REFERÊNCIA.

- AMARO, L. **Direito Tributário Brasileiro**. 9ª edição. São Paulo: Saraiva 2003.
- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. 2ª. Edição revisada e atual. São Paulo: Moderna, 1996.
- ASMANN, H. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Editora vozes. Petrópolis – RJ, 1998.
- AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. São Paulo: melhoramentos/Editora da USP, 1971.
- AZZI, R. **A Igreja e o menor na história social brasileira**. São Paulo: Cehila/Paulinas, 1992.
- BOBBIO, N.; COUTINHO, C. N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOSCO, J. **Memória do Oratório de São Francisco de Sales de 1815 a 1855** (Título Original Memorie dell'Oratorio di S. Francesco di Sales- dal 1815 al 1855 revisto por Pe. Julio Comba) tradutor Pe. Fausto Santa Catarina 2º Ed, São Paulo Editora Salesiana 1999.
- BOSCO, T. **Dom Bosco: uma nova biografia**. 6ª edição, São Paulo: Editora Salesiana, 2002.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. 21ª edição, São Paulo: Saraiva 1999.
- _____. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692/71, de 11 de Agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971.
- _____. **Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009**. DOU de 30/11/2009. Artigos 12 a 17. Brasília: 2009.
- _____. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- _____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. **Lei 4.024/61, de 20 de Dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília, MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.html>> Acesso: 10 de setembro de 2010.

_____. **Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005.** D.O.U de 14.1.2005. Brasília 2005.

BUARQUE, C. **A Universidade na encruzilhada.** In: Educação Superior: reforma, mudança e internacionalização. Anais. Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, C.H.A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 27, n. 96, p. 979-1.000, out. 2006.

CASASSUS, J. **A escola e a desigualdade.** Brasília: Plano Editora, 2002.

CENTRO UNISAL. **Revista de Ciências da Educação.** ANO 05 – Nº. 09 – 2º semestre/2003 360 p. – Semestral Lorena – Centro Unisal ISSN 1518-7039 – CDU - 37.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5ª edição, São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das Universidades.** Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. 131p; il. (Universitas). Título original: Histoire des universités.

CORBUCCI, P. R. **Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma.** Educação e Sociedade (88), v. 25, n. especial, p. 677-701. São Paulo: Cortez; Campinas: Cedes, 2004.

CPA. **Relatório de Avaliação Institucional.** Avaliação Interna. FSDB, Manaus, 2010.

CUNHA, L. A.; GOÉS, M. de. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica: o ensino superior na República Populista.** São Paulo: Unesp, 2007. Brunner, José Joaquim 1989 “La educación superior y formación profesional en América Latina”, in Revista Mexicana de Sociología (México: UNAM) Año LI, Nº 3, julio/Septiembre.

CURY, C. R. J. **Políticas Públicas inclusivas e compensatórias na educação Básica.** Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005.

CURY, C. R. J.; HORTA, J. S. B.; FÁVERO, O. **A relação educação sociedade-estado pela mediação jurídico-constitucional.** In: FÁVERO, Osmar (org.) A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 1996.

CURY, T. C. H. **Elaboração de projetos sociais** In: ÁVILA, C.M. (org.). Gestão de projetos sociais. – 3ª edição revisada – São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

DIREÇÃO GERAL OBRAS DE DOM BOSCO. **Identidade das Instituições Salesianas de Educação Superior (IUS)**. São Paulo: Salesiana, 2003a.

_____. **Políticas para a presença salesiana na educação superior (IUS)**. São Paulo: Salesiana, 2003b.

DURHAN, E. R. **Uma Política para o Ensino Superior Brasileiro**: Diagnóstico e Proposta. São Paulo: NUPES, Documento de Trabalho 01, 1998.

DRUCKER, P. F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: Princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1997.

_____. **Desafios gerenciais para o século XXI**. 3ª reimpressão. São Paulo: Pioneira, 2001.

_____. **Terceiro Setor Exercício de auto-avaliação para Empresas / The Peter F. Drucker Foundation**; tradução Cynthia Azevedo, São Paulo: Futura. 2001.

FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Manaus, 2008.

FAUNDEZ, A. **O Poder da Participação**. Cortez, 1993.

FÁVERO, M. L. de A. **A Universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba, n. 28, 2006.

_____. **A suposta outorga do título de Doutor Honoris causa ao rei da Bélgica e a criação da Universidade do Rio de Janeiro**. Educação Brasileira, Brasília, v. 26, n. 53, p.81-103. jul./dez. 2004.

_____. **Universidade e Poder**. Análise Crítica/Fundamentos Históricos (1930-45). 2ª. ed. Brasília: Plano, 2000.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos, 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**: conforme a nova ortografia. 4ª edição. Curitiba: Editora Positiva. 2004.

_____. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G.A. **Curso de Estatística**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Edição, São Paulo: Atlas, 1999.

- GUARNIERI, F.V.; MELO SILVA, L.L. **Ações Afirmativas na educação superior:** rumos da discussão nos últimos cinco anos. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre vol.19 nº2. 2007.
- HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor:** o desafio de administrar sem receita. Editora Pearson Makron Books – São Paulo, 1999.
- INEP. **Censo da Educação Superior 2004.** Resumo Técnico. Brasília: 2005. Disponível em http://www.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-censo_2004.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do Trabalho Científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª Edição, São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- LEVITT, T. *Third Sector; nem tactics for a responsive society.* EUA: Harvard University, 1973.
- LIMA, E. M.; PEREIRA, C. A. **Revista Contabilidade & Finanças - USP.** Apuração e Evidenciação dos Resultados das Instituições de Ensino Superior com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. n. 36, 2004. p. 35-49, set-dez. Universidade de São Paulo, 2004.
- LOUREIRO, M. A. S. **História das Universidades.** São Paulo: Estrela Alfa, 1975.
- LÜCK, H.; SCHNECKENBERG, M.; DURLI, Z. **A implantação e implementação de políticas educacionais:** o caso da gestão do PROEM. Curitiba, 1999 (relatório de pesquisa).
- LÜCK, H. **Ação Integrada:** administração, supervisão e Orientação educacional. 17 edição. Rio de Janeiro: vozes, 2002.
- MARCIGAGLIA, L. Pe. (SDB). **Os Salesianos no Brasil** – ensaio de crônica dos primeiros vinte anos da Obra de Dom Bosco no Brasil (1883-1903). São Paulo: Salesiana, 1955.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisas.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MEREGE, L. C.; BARBOSA, M. N. L. **3º setor:** reflexões sobre o marco legal. Rio de Janeiro: FGV - Editora 2001.
- MINAYO, M.C.S. (Org) **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão Social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª edição São Paulo: Cortez, 2003.
- MORIN, E. **A cabeça bem feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MURAD, A. **Gestão e espiritualidade:** uma porta entreaberta. São Paulo: Paulinas, 2007.

OLIVEIRA, R. P. (org.) **Política educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

POMBO, O. **A vida dos estudantes universitários na Idade Média**. [S.l], 2003. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/medieval/estudantes/custo.htm>. Acesso em 08 de setembro de 2010.

SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma nova política educacional**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

SGUISSARDI, V. (Org.). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2000.

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 27, n. 96, out., p.1.021-1.056, 2006.

_____. **Políticas de Estado e de Educação Superior no Brasil: alguns sinais marcantes da Dependência**. In: MOROSINI, M. (Org). Mercosul/ MercosulL: políticas e ações universitárias. Campinas. Autores Associados; Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

SOARES, M. S. A. (org). **Educação Superior no Brasil**. IESALC. Unesco – CAPES. Brasília, 2002.

SOARES, L. T. R. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, P. N. P. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991.

_____. **História sumária do ensino superior brasileira**. In: SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. LDB e Educação Superior: estrutura e funcionamento. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

SPOSATI, A. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social**. In: Serviço Social & Sociedade, nº. 87, São Paulo, Cortez, 2006.

SZAZI, E. **Terceiro Setor: regulação no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: Peirópolis, 2003.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

_____. **Educação no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

_____. **Ensino Superior no Brasil: Análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

ULLMANN, R. A. **A Universidade Medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

UNESCO. Panorama de la Educación superior em América Latina y el Caribe. UNESCO / IESALC, Cartagena de Índias, Junio de 2008. Disponível em:
<<http://www.iesalc.unesco.org.ve/docs/boletines/boletinnro153/boletinnro153.html>> Acesso em 27 de setembro de 2010.

VERGER, J. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: UNESP, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE – A: Entrevista com os Bolsistas da Gratuidade.

1. Idade
2. Total de componentes do grupo familiar (incluindo o aluno)
3. Quantas pessoas de sua família trabalham?
4. Qual a renda BRUTA total familiar? (soma a renda de todos os Componentes).
5. Quais são as maiores dificuldades para você cursar o Ensino superior?
6. Você tentou vestibular em instituições públicas: () não. () sim () UFAM () UEA.
Por que você não ingressou numa universidade pública?
7. Onde cursou o Ensino Médio?
() Público () Privado sem bolsa () Privado com bolsa.....%
8. Você teria condições financeiras para cursar a faculdade sem a bolsa de estudo?
() sim () não. Por quê?
9. Você conhece os critérios necessários para ser beneficiado com uma bolsa de estudo filantropia? () sim () não
10. Existe participação do governo no benefício da bolsa que você recebe?
() sim () não. Como?
11. Você considera a bolsa de estudo recebida como um acesso ao ensino superior
() sim () não.
12. A FSDB é beneficiada com a concessão das bolsas de estudo de estudo?
() sim () não. De que forma?
13. Você considera as bolsas de estudo como inclusão social na educação superior.
() sim () não. Por quê?
14. A FSDB é uma Instituição sem fins lucrativos. () sim () não. Explique
15. A FSDB ao conceder bolsas de estudos está contribuindo com a inclusão social de pessoas carentes no ensino superior? () sim () não.
16. Você indicaria a FSDB para outras pessoas. () sim () não. Por quê?.
17. O Ensino Superior possibilitou mudanças em sua vida:
() sim () não. Que tipo de mudanças:.....
18. A bolsa de estudo concedida pela FSDB contribui com as mudanças socioeconômica na sua vida e na vida de sua família. () sim () não

APÊNDICE – B: Entrevista com os bolsistas do Prouni.

1. Idade
2. Total de componentes do grupo familiar (incluindo o aluno)
3. Quantas pessoas de sua família trabalham?
4. Qual a renda BRUTA total familiar? (soma a renda de todos os Componentes)
5. Quais são as maiores dificuldades para você cursar o Ensino superior?
6. Você tentou vestibular em instituições públicas: () não. () sim () UFAM () UEA.
7. Por que você não ingressou numa universidade pública?
8. Existe participação do governo no benefício da bolsa Prouni que você recebe?
() sim () não. Como
9. Em relação aos critérios para ser beneficiado com uma bolsa de estudo do Prouni, você?
() conhece () não conhece () nunca se interessou em saber.
10. Se você não tivesse recebido a bolsa, estaria cursando o ensino superior?
() sim () não. Por quê?
11. A IES é beneficiada com a concessão das bolsas de estudo do Prouni ?
() sim () não. De que forma
12. Você considera as bolsas do Prouni como inclusão social na educação superior.
() sim () não. Por quê?
13. A FSDB é uma Instituição sem fins lucrativos. () sim () não. Explique
14. A FSDB ao aderir o PROUNI está contribuindo com a inclusão social de pessoas carentes no ensino superior? () sim () não.
15. Você indicaria a FSDB para outras pessoas. () sim () não. Por quê?
16. O Ensino Superior possibilitou mudanças em sua vida:
() sim () não. Que tipo de mudanças:
17. A situação socioeconômica de sua família mudou depois que você recebeu a bolsa do Prouni e está cursando o ensino superior? () sim () não. Explique

APÊNDICE – C: Entrevista com Gestores, Docentes, Técnicos Administrativos.

1. Função que exerce na FSDB:

() docente. () Técnicos administrativos. () Gestor.

2. A FSDB é uma Instituição sem fins lucrativos. ()sim () não.

3. O que significa para uma Instituição de Ensino superior ser credenciada no MEC como Instituição privada, sem fins lucrativos?

4. O que diferencia na GESTÃO de uma Instituição de Ensino Superior privada sem fins lucrativos e uma instituição privada com fins lucrativos?

5. O que você acha importante destacar na Gestão de uma instituição de ensino superior privada.

6. A FSDB tem duas modalidades de bolsas de estudos: PROUNI parceria com o MEC e a bolsa da própria instituição denominada GRATUIDADE. Ambas constituem a filantropia da instituição. Você concorda com a concessão de bolsas de estudos na FSDB ? ()sim ()não.

Explique sua resposta

7. Você conhece os critérios necessários para um estudante ser beneficiado com uma bolsa de estudo filantropia? ()sim () não

8. Se a Resposta foi SIM. Quais são os critérios para o estudante ser beneficiado com a bolsa de estudo da filantropia?

9. Qual a sua opinião. Como a FSDB deveria ser credenciada:

() privada, sem fins lucrativos (filantrópica)

() privada, com fins lucrativos (empresariais)

Explique sua resposta

10. Você considera que a bolsa de estudo da filantropia proporciona realmente o acesso ao ensino superior de estudantes carentes ()sim ()não.

Explique sua resposta

11. A FSDB é beneficiada com a concessão das bolsas de estudo de estudo da filantropia?

()sim ()não. Se a sua resposta foi Sim. De que forma?

12. Para você quais as VANTAGENS da FSDB conceder bolsas de estudos?

13. Para você quais as DESVANTAGENS da FSDB conceder bolsas de estudos?

14. Você gosta de trabalhar na FSDB? ()sim ()não. Explique sua resposta.

15. Tem sugestão para a gestão da FSDB. ()sim ()não. Se a resposta foi SIM. Quais?

APÊNDICE - D: TERMO DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO LIVRE.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA
Título do Projeto: Análise da Gestão Educacional e Inclusão Social mediante a concessão de bolsas de estudo na Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus.
Área do Conhecimento: Educação
Curso: Mestrado em Educação: Ênfase em Gestão Educacional
Patrocinador da pesquisa: Auto - financiando
Instituição onde será realizada: Faculdade Salesiana Dom Bosco
Nome da pesquisadora e colaboradora: Aparecida Ramos Ribeiro

O objetivo desta pesquisa é fazer uma análise da gestão educacional de uma instituição de ensino superior filantrópica que adere a política nacional de inclusão social por meio da concessão de bolsas de estudos nas instituições de ensino superior privada, com a participação dos gestores, colaboradores, docentes e alunos bolsistas beneficiados. Sua participação é muito importante. Os fins desta pesquisa são estritamente acadêmicos. Caso você participe, você será entrevistado, respondendo a questionários já padronizados (marcando com um **X** as respostas que lhe parecerem mais convenientes, ou dando sugestões quando necessário). Não existem respostas certas ou erradas. Suas respostas serão mantidas em sigilo absoluto, ou seja, seu nome não aparecerá em nenhum momento do estudo, pois você será identificado apenas por um número.

Você poderá ter acesso a todas as informações sobre a pesquisa, ou recusar-se a participar dela, ou mesmo, retirar seu consentimento a qualquer momento. Lembramos também, que você não receberá nenhum valor em dinheiro por participar desta pesquisa, por outro lado, você não terá responsabilidade sobre quaisquer despesas referentes à realização desta pesquisa.

Solicitamos a sua autorização para a participação como colaborador no acesso as informações que irão contribuir com a pesquisa intitulada **“ANÁLISE DA GESTÃO EDUCACIONAL E INCLUSÃO SOCIAL MEDIANTE A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO NA FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO DE MANAUS”**.

De acordo com os esclarecimentos prestados, preencha as informações a seguir.

2. IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA E DO RESPONSÁVEL			
Nome:		Data de Nascimento:	Sexo:
Nacionalidade:	Estado Civil:		Profissão:
RG:	CPF/MF	Telefone:	E-mail:
Endereço: Rua/nº./Bairro/CEP			
3. IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
Nome: Aparecida Ramos Ribeiro			Telefones: (92) 8133-5599
Profissão: Assistente Social	Registro no Conselho Nº. CRESS 1491	E-mail: aparecida@fsdb.edu.br	
Endereço: Rua Maringá, quadra 100, nº. 208, Bairro Grande vitória, CEP: 69.088-000.			

Eu, _____, li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e quais os procedimentos a que serei submetido. A explicação que recebi esclarecimento sobre os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

Eu concordo em participar do estudo.

Manaus, _____ de _____ de 2011.

Nome e assinatura do sujeito da Pesquisa.

Aparecida Ramos Ribeiro